Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira 29.5.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 650 / € 1,50 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

Saúde
Médicos de família não querem trabalhar mais, "mesmo com incentivos", mas melhores condições de trabalho
PÁG. 12

África do Sul
Histórico ANC pode perder a maioria. Estagnação cria incerteza eleitoral
PÁG. 20

Entrevista
Stephen Bronner, codiretor do Conselho Internacional de Diplomacia e Diálogo: "As negociações vão ter que ser impostas de fora, na Ucrânia e em Gaza"
PÁGS. 18-19

Aviação
Manutenção da TAP avança com pré-aviso de greve e cancelamentos ameaçam verão
PÁG. 16

Banco de Portugal
Crédito a famílias em risco de incumprimento dispara quase 13%
PÁG. 17

APOIO DE PORTUGAL À UCRÂNIA ASCENDE A 248 MILHÕES DE EUROS

Dos 126 milhões de apoio à Ucrânia para 2024 anunciados pelo primeiro-ministro português, 100 milhões foram executados pelo antecessor António Costa em março, com o aval de Luís Montenegro, já eleito, quando o Governo socialista ainda estava em gestão. Os 26 milhões agora somados são para apoio bilateral através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Nos dois anos anteriores, 2022 e 2023, a ajuda portuguesa totalizou apenas 122 milhões de euros.

PÁGS. 8-9



TIAGO PETINGA / POOL / AFP

CATARINA MARTINS

"A IMIGRAÇÃO DEVE SER UM DIREITO, MAS NÃO PODE SER UMA CONDENAÇÃO"

PÁGS. 4-7

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

A MAIOR *FEIRA DO LIVRO* DE SEMPRE ABRE HOJE NO PARQUE EDUARDO VII

PÁGS. 24-25



Até ver...

Rui Frias
Editor do Diário de Notícias

África. A nossa dívida

Historicamente, a dívida da Humanidade para com África é eterna e impagável. Não fossem as condições propícias do continente-mãe para o desenvolvimento dos primeiros humanos há milhões e milhões de anos e ninguém pode assegurar que hoje estaríamos aqui para contar a história. Infelizmente, o desenvolvimento da espécie não tem sido justo com as suas origens e África é hoje um continente maltratado pelos seus descendentes (todos nós), divididos entre retóricas sobre reparações pós-colonialistas e práticas neocolonialistas que a mantêm num atraso crónico.

Esta semana, decorre em Nairobi, no Quénia, o encontro anual do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que conta com 81 Estados-membros, entre 53 países africanos e 28 países fora do continente, incluindo Portugal. E a questão da dívida africana, no contexto de uma reforma da arquitetura financeira global, é um dos principais pontos em discussão. "A dívida de África é uma hemorragia que tem de ser parada rapidamente", exortou o presidente do BAD, o nigeriano Akinwumi Adesina, colocando ênfase num dos maiores entraves ao desenvolvimento continental, a sua histórica dívida externa.

O repto de Adesina é tão mais relevante, quanto se observa a distorção que as políticas monetárias de altas taxas de juro impostas pelos principais bancos centrais ocidentais (o BCE e a Reserva Federal norte-americana) trouxeram aos mecanismos financeiros montados com o propósito de ajudar os países em desenvolvimento a recuperarem o seu atraso. De acordo com dados divulgados pela organização não-governamental ONE Campaign, no ano passado o chamado Sul Global (termo que abriga um conjunto de países em desenvolvimento) pagou mais pela sua dívida, em reembolso do capital e dos juros, do que recebeu em pacotes de ajuda ao desenvolvimento.

As entregas de dinheiro a este conjunto de países caíram para o nível mais baixo desde a crise financeira global de 2008, escrevia esta semana o jornal espanhol *El País*, concretizando que já em 2022 – o primeiro ano de fortes aumentos das taxas de juro nos EUA e na Europa para conter o aumento da inflação provocado sobretudo pela Guerra na Ucrânia –, os países do Sul Global pagaram quase 46 mil milhões de euros mais em dívida do que receberam em novos financiamentos, segundo as estatísticas recolhidas pela UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o órgão da Assembleia-Geral das Nações Unidas que procura promover a integração de países em desenvolvimento na economia mundial.

O Banco Africano de Desenvolvimento estima que a dívida externa total de África se situava em 1,15 biliões de dólares no final de 2023, com o continente a pagar 163 mil milhões de dólares de serviço da dívida nesse ano, quase o triplo do que acontecia em 2010. A conclusão parece óbvia. Como aponta o líder do BAD, "África não está a ser bem servida pela arquitetura financeira global".

Com um esquema de financiamento que mais não faz, nesta altura, do que limitar a sua capacidade de crescimento, as ambiciosas metas de Desenvolvimento Sustentável – que incluem a ação climática e as energias renováveis, mas também outras tão primárias quanto erradicar fome e a pobreza – afiguram-se uma miragem. "Quando África gasta mais em juros do que em Educação, temos de falar de um fracasso sistémico", conclui a secretária-geral da UNCTAD, a costa-riquenha Rebeca Grynspan.

Mais do que reparações simbólicas que mais não soam do que a uma espécie de *colonialwashing* para libertar da consciência o peso de fantasmas passados, para África seria bem mais útil que o resto do mundo se empenhasse efetivamente em ajudá-la a desenvolver-se. Se não libertando-a totalmente da dívida externa acumulada, pelo menos abstendo-a de a agravar com taxas de juro impostas pelos tecnocratas de Washington ou Frankfurt.

Encontrar um mecanismo de reestruturação da dívida africana que seja eficaz e oportuno para o desenvolvimento do continente-mãe (devidamente monitorizado nas suas metas) é a mínima das reparações históricas a fazer pelo mundo ocidental. E aí, parece-me, Portugal deu um bom exemplo, ainda pelo anterior Governo, nos acordos com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe para reconversão da dívida destes países em investimentos climáticos. Mais do que compensar o passado, África precisa que a ajudem a viabilizar o futuro. Essa é a nossa dívida.

OS NÚMEROS DO DIA

10,8

MILHÕES DE PORTUGUESES
O Ministério da Administração Interna revelou que estão inscritos 10 830 572 eleitores para as próximas Eleições Europeias, marcadas para o dia 9 de junho, sendo que destes 11 255 são cidadãos estrangeiros.

7,4

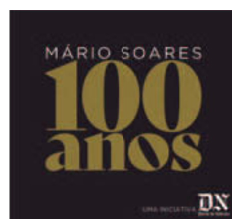
POR CENTO
Foi quanto caiu a procura de gás na União Europeia em 2023, atingindo o valor mais baixo registado desde 2008, de acordo com o Eurostat. Trata-se de segunda quebra em anos consecutivos, depois de no ano de 2022 ter sido registada uma redução de 13,3%.

6352

MENSAGENS
Foram recebidas em 2023 pela provedora da RTP, Ana Sousa Dias, das quais mais 2800 tiveram como tema as touradas. Este número de mensagens corresponde a um aumento face a anos anteriores.

200

MIL
A Alemanha naturalizou mais de 200 mil estrangeiros no ano de 2023, o que representa um aumento de 19% em relação ao ano anterior, durante o qual se tinha registado uma subida de 28%. No entanto, em 2023 registou-se o número mais elevado de naturalizações desde 2000.





29.5.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.





CATARINA MARTINS

"A imigração deve ser um direito, mas não pode ser uma condenação"

Após mais de uma década na coordenação do BE e de 14 anos de Assembleia da República, a agora cabeça de lista aponta ao Parlamento Europeu. Mostrando-se convicta de que "uma esquerda ecologista, social e feminista" será "fundamental" no próxima constituição deste órgão comunitário, a candidata do Bloco de Esquerda pugna ainda pela recuperação da "autonomia estratégica" de uma União Europeia que considera "eurocínica". E António Costa no Conselho Europeu? Não é assunto para já.

ENTREVISTA **RUI MIGUEL GODINHO** FOTOS **REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS**



Um destes dias vi um cartaz do BE cujo *slogan* era: "Europa por ti." Que Europa é esta e em que áreas acha prioritário intervir?
A União Europeia (UE) toma decisões sobre a nossa vida quotidiana. E este mandato é muito particular, porque vai acabar em 2029, perto de 2030, um ano-chave. É um mandato em que há uma série de decisões que têm de ser tomadas agora, ou então já não se vai a tempo. Existe um *Pacto Verde Europeu*, mas, na verdade, ainda não houve nenhuma redução de emissões. Ou seja, a ideia do mercado das emissões não faz com que haja nem redução da energia consumida, nem redução das emissões. A energia renovável que é produzida está a servir para se continuar a consumir cada vez mais energia. Este é o momento de outra política climática, e as questões da transição justa vão ser muito importantes. Alguma coisa acontecerá sempre, e há setores da economia que vão sofrer com isso. Queremos apoiar esses setores e queremos que a política europeia não possa jogar contra os povos. Por outro lado, há também a questão da paz, que as pessoas sentem. Há medo a crescer na Europa.

Passo então para a próxima pergunta. Há vários desafios no horizonte, sejam ambientais ou de ordem humana. Entende que a UE se deve tornar mais resiliente para lidar com estas questões? Qual deve ser a postura perante os conflitos na proximidade?
A primeira coisa que é muito importante é a credibilidade internacional. Do ponto de vista económico, a UE é um dos espaços mais ricos do mundo. Isso dá capacidade e responsabilidade acrescidas nas relações internacionais. Mas precisa de credibilidade. Quando a UE é capaz, e bem, de defender a Ucrânia, mas depois é incapaz de defender a Palestina... Quando mantém o contrato de associação com Israel, não impõe sanções, e há países europeus que continuam a enviar armas para Netanyahu, ao mesmo tempo que está a haver um genocídio em Gaza, a UE está a perder toda a sua credibilidade internacional. E é importantíssima, enquanto defensora dos Direitos Humanos, do multilateralismo, do Direito Internacional. É, aliás, a ideia na base da fundação do projeto. Quando se fala, muitas vezes, dos desafios geoestratégicos da UE, é bom acrescentarmos isto: se a União é a primeira a ter o eurocinismo. Ou seja, se fica conhecida por eurocínica e não por defensora dos Direitos Humanos ou do Direito Internacional, a sua capacidade de existência no mundo é muito pequena. Isto é, para nós, muito importante. Há, aliás, um Governo que é um elefante no meio da sala da UE, de que é preciso falar.

A Hungria?
Não. É a questão da Alemanha. Na Alemanha, há uma coligação que



PERFIL

Catarina Martins tem 50 anos. Assumiu a liderança do Bloco de 2012 a 2014, de início repartida com João Semedo e depois, de 2014 até maio do ano passado, já sozinha. Meses depois, em setembro, deixou a Assembleia da República, onde estava desde 2009. Atriz de profissão, natural do Porto, estreia-se agora em listas para as Eleições Europeias, e logo como cabeça de lista, substituindo Marisa Matias (que foi eleita para o Parlamento Europeu em março). O número dois continua a ser José Gusmão, que já é eurodeputado desde 2019.



"[A União Europeia] será um espaço tão mais seguro quanto melhor souber tratar todas as pessoas dentro e fora de portas."



"Não há alargamento sem discutir as questões da política do Orçamento da UE e das políticas de coesão. Não há mais Europa sem mais Orçamento. O que temos defendido é que este alargamento deve ser acompanhado por maior capacidade orçamental."



"É também importante, claro, uma perspetiva para a Ucrânia, que tem de passar pela retirada das tropas russas – nenhuma dúvida sobre isso –, porque a Ucrânia tem direito ao seu território."

tem verdes, liberais, sociais-democratas. Estão a mandar armas para Netanyahu, enquanto estão a ser verdadeiramente massacradas as crianças em Gaza, onde morreram mais em 100 dias de conflito do que nos conflitos do mundo em 5 anos. É preciso compreender que há aqui um problema do Governo que tem mais influência e um bocado tão grande da economia europeia, que tem grandes famílias políticas europeias e é o exemplo máximo do eurocinismo, da descredibilização da Europa no mundo.

Claro que me preocupa o Governo húngaro e a extrema-direita, mas é preciso perceber que, para compreender o que está a acontecer na UE, não podemos olhar só para a extrema-direita. Temos de perceber como as famílias políticas de direita tradicional, e que se diziam ao centro, resvalaram tão depressa para a extrema-direita. Temos os liberais no Governo holandês, liderados pela extrema-direita, a querer políticas de atentado contra os Direitos Humanos no que diz respeito às migrações. Temos aliás o pacto das migrações.

Já lá vamos.

Analisar o que está a acontecer do ponto de vista da descredibilização interna e externa da UE enquanto espaço de Direito Internacional e que acredita nos Direitos Humanos, é vasto e preocupante. Essa credibilidade é importante. É também importante, claro, uma perspetiva para a Ucrânia, que tem de passar pela retirada das tropas russas – nenhuma dúvida sobre isso –, porque a Ucrânia tem direito ao seu território. Mas tem de passar também por uma capacidade de mediação da UE, que não tem querido ter. Não tem sido mediadora, enquanto tal, para ajudar a que haja um percurso de paz.

Outro dos desafios é a questão do alargamento, principalmente aos países dos Balcãs Ocidentais e também da Ucrânia. Que caminho deve ser feito para garantir a e ntrada desses países? Qual é a opinião do BE?

Em primeiro lugar, os países que cumprem os critérios de Copenhaga (que dizem respeito a questões tão importantes como o Estado de Direito e separação de poderes, por exemplo) e querem aderir, devem fazê-lo. Sempre tivemos essa posição. Agora, não há alargamento sem discutir as questões da política do Orçamento da UE e das políticas de coesão. Não há mais Europa sem mais Orçamento. O que temos defendido é que este alargamento deve ser acompanhado por maior capacidade orçamental, incluindo também aquelas receitas próprias da UE que sempre foram prometidas e foram adiadas, como a taxa das transações financeiras ou as questões das multinacionais e da taxa do plástico. Há uma série de receitas que deviam estar já a existir e os *lobbies* fortíssimos do sistema financeiro e do digital não deixam que avancem. E eram importantes para esse alargamento ser feito. Defendemos que temos de avançar, até porque há um problema: este tipo de receitas são taxas que os Estados não conseguem cobrar sozinhos. Só são possíveis ao nível do espaço europeu. Neste momento, há setores da economia, gigantes, que não contribuem de forma decente. Há sempre alguma coisa residual, mas o grosso da riqueza desses setores da economia não contribui, nem para os Estados, nem para a UE como um todo. Isto faz com que qualquer mercearia na Europa esteja a contribuir mais para os orçamentos públicos do que os gigantes digitais ou o sistema financeiro. E isso não é aceitável.

Essa questão dos gigantes digitais e das multinacionais deve abrir uma reflexão dentro da UE sobre como taxar as empresas?

Há aqui dois temas diferentes. Primeiro, há o mito de que a UE não se mete em assuntos fiscais, e também achamos que as receitas de cada país são de cada país e a União não se mete. Mas, na verdade, naquilo que é global, como a diretiva de juros e dividendos, por exemplo, a UE interfere. É o que faz com que valha muito a pena a grandes empresas que operam em Portugal terem sede na Holanda. Não podemos tributar cá os dividendos, porque haveria essa dupla tributação, quando poderia ser feito ao contrário. Tributávamos primeiro e, depois, se fosse dupla, devolvíamos a parte em excesso. Mas faz-se ao contrário e acabam por nunca se pagar os impostos justos. Ou seja, a UE tem regras de mercado que permitem a concorrência entre países para que os gigantes paguem cada vez menos impostos. Isto é um problema. Há uma concorrência que acaba por delapidar as receitas fiscais dos Estados e da União como um todo e colocar sobre os salários todo o esforço fiscal, que aguenta as políticas públicas. Isto cria um desequilíbrio muito grande, que não pode continuar. Ainda por cima, estes gigantes digitais são ótimos a ter políticas de baixos salários.

Como se resolveria essa questão das desigualdades, em relação ao perpetuar de baixos salários?

Precisamos de criar mínimos europeus, para que, em vez de se correr para baixo, digamos assim, puxarmos para cima uns pelos outros. Essa tem sido a nossa política. Tivemos essa experiência, e, aliás, o BE esteve muito envolvido nas questões do trabalho, como proibir estágios não-remunerados. Havendo vontade política, a UE também pode ser um espaço de criar direitos, não tem de ser só corrida para o fundo, não é? Achamos que isto pode ser alargado e pode criar mais direitos. A governação económica preocupa-nos muitíssimo porque,

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

por um lado, dá poderes à Comissão Europeia para tomar decisões orçamentais sobre os países como nunca teve. Por outro, não garante sequer que os países tenham tratamento igual. Os critérios não têm de ser iguais para todos. Aquilo que já acontecia, de alguma forma, é que uns países contêm o défice e têm sanções, e outros não. Mas ainda existiam, mais ou menos, algumas regras que acabavam por impedir isso. Agora o poder discricionário da Comissão Europeia é gigantesco. Desse ponto de vista, o que foi aprovado na governação económica é um erro. E a UE sabe disso. Esta governação económica é mais agressiva, dá mais poder à Comissão Europeia, com mais discricionariedade. Mas tem a mesma lógica de ter medidas sobre o Orçamento, défice e dívida, ou sobre o mercado único. Essas medidas impedem os Estados de intervir na sua economia em alturas de crise ou quando é preciso. Isto foi o que aconteceu na crise financeira. Foi o que deu, aliás, uma destruição muito grande em países como Portugal. A UE veio a reconhecer que essa política foi errada. E veio a reconhecer que era errada, que quando chegou a covid, as regras de governação económica e de mercado único foram suspensas. É um erro que agora queiram repô-las, achando que o problema da covid já passou, porque o que não funciona para uma crise, não funciona nunca.

Falemos de energia, que se tem discutido principalmente depois da guerra na Ucrânia. Como diversificar as fontes de fornecimento? Que caminho deve ser tomado para tentar garantir a sustentabilidade e a soberania energética?

Portugal é um bom exemplo, porque tem o que correu bem e tem sinais para o que tem de ser diferente. Há uma grande capacidade de produção de energia renovável, o que quer dizer que é possível. Isto sem fazer coisas absurdas como achar-se que o nuclear é seguro ou limpo, porque o problema dos resíduos e das estruturas de segurança, em caso de desastre, é óbvio. Portugal dá esse passo. Temos várias energias, mas também conhecemos os defeitos do nosso modelo e temos de ser capazes de reconhecer que modelos de produção centralizada da energia, nas mãos das grandes energéticas, não permitem baixar os custos para a população. Qualquer pessoa do interior ou de outra zona do país pode perguntar por que produzimos tanta energia, seja com barragens, seja com eólicas, e aqui não fica nada. Não fica nenhuma riqueza que é produzida, pagamos a energia ao mesmo preço e, também, nem sequer gera muito emprego nos territórios. Acho que aprendemos com isso, e devemos aprender também com o erro das áreas gigantescas de fotovoltaicas. Podemos associar a nossa experiência na produção de energia renovável ao pensamento sobre o que deve ser diferente, que é a produção descentralizada. No caso de Portugal, claramente, a produção fotovoltaica descentralizada. Temos muito sol e podemos ter produção fotovoltaica descentralizada, não-dependente das grandes energéticas. Isso permitiria que comunidades produzissem energia e tivessem elas próprias energia mais barata. Esse modelo é muito importante. Precisamos de investimento e era o que dizia há pouco. Vamos ter de escolher se queremos um modelo de governação económica que agrava os problemas do passado ou se vamos lutar para ter investimento, que é fundamental. A Europa precisa de refazer muitas das suas infraestruturas. Isto é um problema não só português, mas transversal. É preciso renovar os serviços públicos, é preciso muito mais eficiência energética. Isso pode ser feito com grande transição climática, que seja também justa. Há, até, estudos muito relevantes sobre a própria criação de empregos para o clima, o que seria muito importante para a Europa toda e para Portugal. Acho que as pessoas percebem bem o que é termos um emprego qualificado. Qualificamos as gerações, mas o emprego que temos é muito não-qualificado e de muito baixos salários. Esta transição justa tem de ser acompanhada de investimento e da capacidade do Estado de fazer opções sobre a sua economia. Ou seja, não estarmos nas mãos das energéticas que são multinacionais, cujo poder nunca está em cada Estado e decidem o que querem. Esta capacidade de intervenção podia permitir uma política industrial, da mobilidade e para o território, que ao mesmo tempo que dá mais segurança às populações, também cria muito mais emprego qualificado.





★ *"Não tem nenhum sentido a UE continuar estrangulada pela subserviência à política norte-americana."*

★ *"A UE acha que o mundo será um lugar mais seguro e haverá menos gente a ter de fugir da guerra e da fome quando está a patrocinar este tipo de caminhos?"*

E há abertura política para essa mudança ao nível das instituições europeias, nomeadamente dos dois maiores grupos (PPE, de PSD e CDS-PP, e S&D, de PS)?

Vamos disputar isso nestas Eleições Europeias e também as alianças que se podem fazer entre países e entre famílias políticas para conseguir esse caminho. Não vai ser fácil. Mas é o caminho que é fundamental. A Europa, neste momento, tem três missões óbvias: a paz, o clima e a coesão. Ou seja, o funcionamento do Estado social, da possibilidade de das pessoas acreditarem que o futuro da Europa não será pior, mas sim melhor, e que haverá menos desigualdades. Não se pode falhar.

Quero fazer um paralelismo. Nas últimas Legislativas, Portugal virou à direita. Ainda assim, o BE manteve o seu grupo parlamentar e aumentou o número de votos. Quais são as perspetivas agora, até tendo em conta que não há a questão dos círculos eleitorais e é um único, a nível nacional?

Sim, é verdade. O BE foi dos partidos que teve mais votos desperdiçados em Legislativas por causa da questão dos círculos. Aqui, isso não acontece. Todos os votos vão para a mesma lista, não há votos desperdiçados. Isso é muito importante. Somos o único partido à esquerda que tem a possibilidade de ter mais do que um eurodeputado. Achamos que esse é um objetivo muito importante e vamos lutar por ele. Há algo que queremos fazer de melhor para a União Europeia, pelas várias questões, desde os Direitos Humanos à igualdade, ao respeito entre os povos.

Até porque há a perspetiva de reforço de políticas de direita e de partidos mais radicais, não é?

Por isso, é muito importante a força que a esquerda pode ter nestas eleições. Vemos, por exemplo, as alianças no Parlamento Europeu, ou nos vários Governos, onde verdes, populares e direita convencional estão a fazer o caminho da política de extrema-direita. A força de uma esquerda ecologista, social e feminista, vai ser fundamental nos equilíbrios e nas alianças que se vão criar. E é para essa luta que lá estamos.

Falemos de relações externas. Há a perspetiva de Donald Trump voltar ao poder, nos EUA. Deve a UE começar a precaver-se para esta eventualidade, procurando outros parceiros?

A UE tem-se deixado condicionar pelos EUA e perdeu autonomia estratégica em várias áreas. Isso é um erro. É nas questões da guerra e da paz. Como eu dizia há pouco, o facto da União Europeia não se afirmar como mediadora para conseguir um caminho para a Ucrânia e que tivesse a retirada das próprias tropas e começasse a construir a paz – é por essa subserviência aos EUA. Há uns anos, Emmanuel Macron [presidente francês] dizia que a Europa ia ser campeã de uma série de coisas. Mas em desafios fundamentais, como o digital, por exemplo, a Europa deixou-se condicionar pela agenda dos EUA e não teve autonomia estratégica para fazer nem os investimentos, nem o desenvolvimento necessário no território europeu, nem impor as regras necessárias, nomeadamente em proteção de Direitos Humanos e proteção de dados. Ou seja, todas as coisas que são fundamentais não só à inovação, mas também à democracia. A falta de capacidade, de autonomia estratégica da UE está a prejudicar-nos em todos os campos. E isto é grave. Temo-lo dito, temos defendido essa autonomia estratégica. Com Trump a poder regressar à presidência, julgo que a questão só fica mais visível, porque o problema já lá está, mesmo com a atual linha dos Estados Unidos. No que diz respeito a estes equilíbrios, a Europa está a perder com essa subserviência. O possível regresso de Trump faz um desenho muito explícito, muito cru, do que é uma aliança de extrema-direita que vai dos Estados Unidos de Donald Trump à Rússia de Vladimir Putin.

No passado houve até o caso de Steve Bannon [ex-conselheiro político de Trump], que teve um papel importante nisto, ao financiar partidos de extrema-direita.

Exato. Seguramente, a autonomia estratégica na Europa, mais até do que na UE, passará por um diálogo. Ninguém acha que não vamos dialogar com o Reino Unido, embora tenham saído. Esse diálogo amplo vai ser fundamental, tal como essa autonomia estratégica. Não tem nenhum sentido a UE continuar estrangulada pela subserviência à política norte-americana.

No último mandato, houve várias políticas na União Europeia viradas contra a China. Acha que pode ter sido influenciado pelos EUA?

Tenho preocupações, e acho que temos todos, com a captura de dados, que é muito o que se põe na luta tecnológica com a China. Tenho muitas preocupações com a captura de dados pela China e pela ditadura, mas por que é que eu não tenho esse problema com os EUA e com as grandes empresas que estão a capturar esses dados? Aliás, a forma como promovem a política do ódio… Quer dizer, achamos que Elon Musk é um democrata e que-



remos todos que ele tenha os nossos dados? Seguramente que não. É por isso que digo que a autonomia estratégica da UE é fundamental, porque acho que há até uma opinião pública que quer a proteção dos seus dados, que não aceita, que quer combater a manipulação. Ao mesmo tempo, quer desenvolvimento tecnológico para áreas tão importantes como a saúde, a inovação, tudo o que podemos fazer. Essa autonomia estratégica é fundamental e não podemos ficar nesta escolha absurda imposta pelos EUA e pelas multinacionais americanas. Não tem sentido.

Deixe-me agora passar para outro tema: o *Pacto para as Migrações*. Qual é a sua opinião? Deve ser revertido?

O *Pacto das Migrações* é um absurdo. É, basicamente, uma absoluta cedência à extrema-direita e agrava o que já estava mal. O Mediterrâneo já é a fronteira mais mortífera do mundo. A UE paga, literalmente, milhares de milhões de euros à Turquia, ao ditador Erdogan ou à Guarda Costeira da Líbia para reter e prender os migrantes e para os mandar para campos de concentração, a que chama de detenção. Essas pessoas ficam na mão de traficantes. Há uma economia que tanto recebe dinheiro da UE para travar pessoas de cá chegarem, como se alimenta dos traficantes que colocam pessoas sem direitos no espaço europeu. Isto é horrível. É o pior de tudo, é absurdo. É superviolento. Precisamos de investir em canais seguros e precisamos de investir em integração. As pessoas que chegam à Europa, porque estão à procura de uma vida melhor – e porque a Europa também precisa dessa mão-de-obra –, querem o que todos nós queremos. Querem poder ter o mesmo trabalho, uma comunidade onde se sintam bem-vindas, com vizinhos e onde possam unir-se com as famílias. Querem poder construir uma vida como os portugueses sempre quiseram. Podemos escolher dar cada vez mais poder às máfias de tráfico de seres humanos com o caminho que temos, aliás, pago pelo dinheiro da UE, no fundo. Ou podemos, pelo contrário, usar esse dinheiro para ter canais seguros e para ter integração, para as pessoas aprenderem português, no nosso caso. Para as pessoas poderem reunificar-se com as suas famílias, para que haja habitação, para que haja educação, para que haja saúde. É disso que precisamos. E essa é a escolha que tem de ser feita hoje na UE. Segundo os dados da Pordata, entre 2011 e 2023, Portugal perdeu mais pessoas para a emigração do que aquelas que ganhou com a imigração. Temos um problema de precisarmos de gente. E diria, já agora, gente com salários dignos e com habitação que os salários pudessem pagar. Isto é também para quem está a ser obrigado a sair de Portugal – porque não consegue cá viver – poder cá ficar. A imigração deve ser um direito, mas não pode ser uma condenação.

Como se pode garantir que essas pessoas, quando chegam, tenham essa vida digna? Falou nos milhões que se gastam na Turquia e em outros países. Acha que esse dinheiro pode ser usado internamente para garantir essas condições?

A UE tem de gerir as suas próprias fronteiras, de ter canais seguros para as pessoas entrarem e tem de investir na integração. Investir na integração é sempre o melhor, é o que permite que haja segurança para todas as populações e é o que permite que não haja máfias que exploram os trabalhadores migrantes – são as mesmas que fazem *dumping* dos salários dos europeus, porque põem trabalhadores com menos direitos e que são obrigados a aceitar qualquer coisa no trabalho ou na habitação. Quando a UE investe em que as pessoas tenham direitos, está a investir nos direitos de toda a gente, de quem chega e de quem cá está. A ideia da separação, de nós e os outros, é ótima para quem quer explorar mão-de-obra. Não é por acaso que há grandes interesses financeiros a financiar a extrema-direita, vivem de pôr as pessoas umas contra as outras, que querem pessoas muito vulneráveis na Europa. Não queremos ninguém vulnerável, queremos toda a gente com direitos, porque é isso que permite defender todos. Esse caminho pode ser feito, a UE tem dinheiro para isso. Depois há outros caminhos que têm de ser vistos com as próprias políticas externas.

Passa por legislação que permita essa salvaguarda? Não digo um regime de exceção...

Temos um regime de exceção para quem vem de fora, que é não lhes dar direitos. Esses regimes de exceção devem acabar, as pessoas devem todas ter os mesmos direitos. O regime que põe algumas pessoas nas mãos de máfias é que cria problemas, temos de acabar com isso. Há, depois, outras questões de política externa em que a Europa tem responsabilidades. Sei que me estou a repetir, mas vejamos o caso de Gaza. Quando a UE arma Netanyahu para fazer o que está a fazer, está ou não a provocar mais refugiados e imigração a prazo? Por que é que a UE está a espalhar desestabilização em vez de estar do lado da segurança nos vários territórios, mesmo fora do espaço europeu? Quando estamos do lado de quem faz a guerra, estamos a criar problemas humanitários. Da mesma forma que quando estamos do lado de quem cria problemas climáticos, estamos a aumentar o problema. Por exemplo, a Total em Moçambique. A Total é uma gigantesca francesa, extrativa de combustível fóssil. Já está, há algum tempo, a criar em Moçambique tanto um problema de segurança das populações como um problema de poluição. A UE acha que o mundo será um lugar mais seguro e haverá menos gente a ter de fugir da guerra e da fome quando está a patrocinar este tipo de caminhos? Quando falamos de transição climática, é importante dizer que não é com mercados de emissões, nem acordos em que, em vez de fazer o dano ambiental no território europeu, se vai fazer o dano ambiental na América do Sul ou em África. Isto não existe. Isto não é verdade. O planeta é só um. Não há transição climática. Ponto número dois, estamos a semear insegurança e problemas em mais sítios e com isto a aumentar a pressão de migrações por todos os territórios. Portanto, a UE, como eu dizia, para nós é muito importante, é um espaço que tem, é um espaço do ponto de vista económico com uma das maiores capacidades do mundo e isso dá-lhe responsabilidade. E será um espaço tão mais seguro quanto melhor souber tratar todas as pessoas dentro e fora de portas.

Mesmo para fechar, um tema que tem sido debatido: António Costa no Conselho Europeu? Sim ou não? Qual a sua posição?

O próprio não tem posição, portanto eu se calhar também não tinha – até seria antipático.

rui.godinho@dn.pt



O BLOCO NAS EUROPEIAS

Fundado a 28 de fevereiro de 1999, foi a votos numas Eleições Europeias logo nesse ano (que aconteceram em junho). Era cabeça de lista Miguel Portas, que não conseguiu ser eleito. Mas, em 2004 e 2009, o rumo mudou e o Bloco de Esquerda conseguiu eleger. O melhor resultado foi, aliás, nessas Eleições Europeias, quando conseguiu a maior delegação no Parlamento Europeu, com três deputados (Miguel Portas, Marisa Matias e Rui Tavares) e mais de 382 mil votos. Desde então, o partido nunca mais voltou a ter uma delegação tão extensa (em 2014, foi eleita Marisa Matias que, em 2019, voltou a ser eleita, juntamente com José Gusmão).

Governo anuncia 126M€ para a Ucrânia. Mas 100M€ já foram pagos por António Costa

COOPERAÇÃO Ao todo, a ajuda portuguesa soma 248 milhões desde 2022. Deste valor, 26 milhões do acordo bilateral serão pagos este ano. Governo começou por anunciar verba de 126 milhões que, no entanto, já incluía os 100 pagos em março pelo anterior Executivo.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

O horizonte temporal está definido: no mínimo, 10 anos. O valor total, também: "pelo menos" 126 milhões de euros, como anunciaram o Governo e o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, após a assinatura do acordo bilateral de apoio à Ucrânia. Mas o valor levantou dúvidas, até porque o texto do acordo não foi claro: "Em 2024, Portugal compromete-se a fornecer à Ucrânia apoio militar num valor de pelo menos 126 milhões de euros, incluindo contribuições financeiras e em espécie. Portugal já se comprometeu com 100 milhões de euros para a iniciativa checa para a aquisição de munições em apoio à Ucrânia."

Persistindo a dúvida, foram contactados vários elementos do Governo (quer do Gabinete do PM, quer dos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros). A dúvida ficou desfeita ao início da noite, após insistência. Fonte do Gabinete do primeiro-ministro discriminou então: 100 milhões são da "iniciativa checa de munições" (aprovados pelo anterior Governo, com "o aval" de Luís Montenegro, após as eleições, que já foram pagos em março) e os restantes 26 são "em apoio bilateral e através da nossa contribuição para o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz".

Juntando estes fundos àquilo que Portugal já doou à Ucrânia, o total ascende a 248 milhões de euros desde o início do conflito no país do Leste Europeu. O anterior Governo, liderado por António Costa, doou um outro pacote de 122 milhões de euros em dois anos.

Ainda assim, o valor é apenas parte do acordo de ajuda que ontem foi firmado, por ocasião da visita oficial de Zelensky a Portugal. No documento com 14 páginas onde estão plasmados os termos de ajuda, há ainda outros fatores que se destacam: Portugal pode dar "apoio de forma inabalável" para que a Ucrânia possa exercer "o seu direito de legítima defesa" e de "resistência contra futuros ataques armados"; pode dar "apoio estrutural" à reforma do Setor de Defesa, bem como treinar "forças de segurança e defesa ucranianas, a título nacional e no quadro europeu"; e, ainda, dar "equipamento militar, incluindo através de cooperação industrial, armamento, equipamento e bens de Defesa nos domínios terrestre, aéreo, cibernético e espacial". A prioridade, lê-se, é atender "às principais necessidades de capacidades da Ucrânia".

No entanto, no ponto 76.º (de 87), ambas as partes reconhecem que este protocolo de cooperação bilateral não é vinculativo, por não estar registado "no artigo 102.º da *Carta das Nações Unidas*". Mas tal não atemoriza o presidente ucraniano. Questionado sobre o assunto, Zelensky foi claro: é "uma parceria estratégica de dez anos", o documento "vai funcionar" e não tem dúvidas sobre o acordo.

E Luís Montenegro? Fala numa "circunstância que não diminui força e não impede que vários governos possam materializar este acordo". O documento, caracterizou, é "transversal, porque abrange domínios como a cultura, a ciência, a economia, a política ou a formação". "O nosso compromisso contribui para a interoperabilidade global das forças de segurança da Ucrânia com a NATO", apontou.

Sobre o facto de o acordo prever uma cooperação a 10 anos (que é, no entanto, prolongável, se for necessário), Zelensky foi perentório: "Não quer dizer", necessariamente "que a guerra dure tanto tempo".

Na última paragem antes do regresso a casa – e já depois de ter estado em Espanha e na Bélgica (onde também assinou acordos bilaterais, *ler mais na peça ao lado*) – Zelensky reforçou ainda palavras ao mundo e pediu que se resista a uma eventual fadiga: "A Rússia trabalha muito numa guerra híbrida" e, por isso, "é importante que o mundo não se canse" do conflito. Se assim for, deixa de haver justiça "e o mundo será governado por pessoas como Putin, o que seria uma loucura."

Depois de ter estado em São Bento, na residência oficial do primeiro-ministro, o presidente ucraniano foi direto ao Palácio de Belém. Aí, foi recebido pelo seu homólogo, Marcelo Rebelo de Sousa, onde lhe foi oferecido um jantar.

Horas antes dessa receção, o chefe de Estado afirmava que "o objetivo é sempre a paz, não é a guerra pela guerra". O compromisso é "trabalhar pela construção da paz e pelos Direitos Humanos, porque há pessoas a morrer e a sofrer". E, por isso, haverá uma cimeira em junho, na Suíça, na qual Portugal estará representado pelo próprio Marcelo Rebelo de Sousa e pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros [Paulo Rangel]. "O objetivo é iniciar contactos certos, que permitam ter avanços. Há muitos Estados a ajudar", reiterou o Presidente da República.



EPA / MANUEL DE ALMEIDA

Em Portugal por cerca de cinco horas, Volodymyr Zelensky reuniu-se em São Bento com Luís Montenegro, onde assinou o acordo bilateral. Ao final da tarde, deslocou-se até ao Palácio de Belém, onde foi recebido e jantou com o Presidente da República.

PS fala em "consenso", PCP quer país a construir a paz

A visita oficial de Volodymyr Zelensky marcou, naturalmente, o dia de ontem e a campanha para as Europeias – que completou ontem o seu segundo dia oficial.

Logo pela manhã, a cabeça de lista do PS, Marta Temido, referiu que "é muito importante que a União Europeia continue a ter, sobre o tema Ucrânia, a disponibilidade para a resposta emergencial, mas também o compromisso com aquilo que é a resposta estratégica". Mais tarde, o líder socialista, Pedro Nuno Santos, defendeu que o


GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

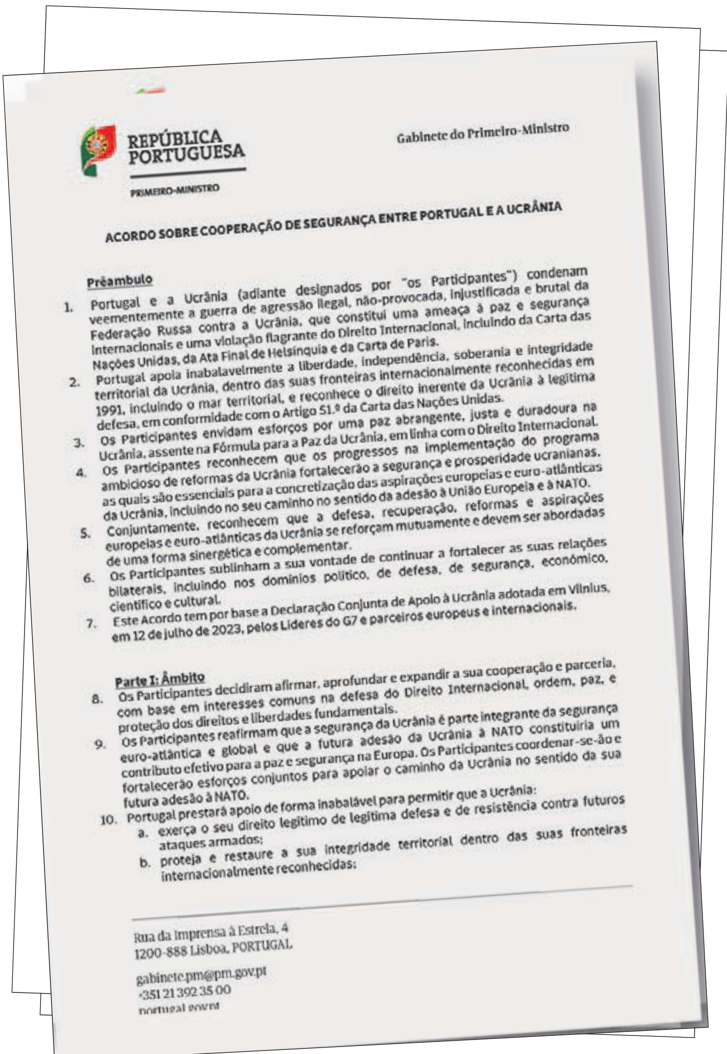
apoio deve continuar porque "o consenso nacional" sobre o assunto é "total". "A luta pela liberdade, pela independência é uma luta que sempre disse muito aos portugueses", reiterou.

João Cotrim de Figueiredo, candidato da Iniciativa Liberal, disse que a visita do presidente Zelensky era uma "excelente ocasião" para os vários partidos serem claros sobre a posição relativamente ao assunto. Na véspera, tinha acusado o BE de ser "eurossonso" ao apoiar a luta da Ucrânia, ainda que com condições. Em resposta, a cabeça de lista do partido, Catarina Martins, disse que o liberal mente e usa "estratagemas da extrema-direita" na campanha.

Por sua vez, o cabeça de lista do Chega, António Tânger Corrêa, defendeu que "os contornos de um acordo de paz" devem ser estipulados pela Ucrânia e não por Moscovo.

Já João Oliveira, cabeça de lista da CDU, defendeu que Portugal deve ter um papel ativo em busca de uma "solução de paz para a Ucrânia e de uma solução de segurança coletiva para toda a Europa".

No mesmo sentido foi o secretário-geral comunista, Paulo Raimundo. Em declarações em Vendas Novas, numa ação com trabalhadores, reiterou: "O Estado português tem de cumprir aquilo que a Constituição determina, que é um Estado na procura do caminho da paz."



REPÚBLICA PORTUGUESA
PRIMEIRO-MINISTRO

Gabinete do Primeiro-Ministro

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO DE SEGURANÇA ENTRE PORTUGAL E A UCRÂNIA

Preâmbulo

1. Portugal e a Ucrânia (adiante designados por "os Participantes") condenam veementemente a guerra de agressão ilegal, não-provocada, injustificada e brutal da Federação Russa contra a Ucrânia, que constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais e uma violação flagrante do Direito Internacional, incluindo da Carta das Nações Unidas, da Ata Final de Helsínquia e da Carta de Paris.
2. Portugal apoia inabalavelmente a liberdade, independência, soberania e integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas em 1991, incluindo o mar territorial, e reconhece o direito inerente da Ucrânia à legítima defesa, em conformidade com o Artigo 51.º da Carta das Nações Unidas.
3. Os Participantes envidam esforços por uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia, assente na Fórmula para a Paz da Ucrânia, em linha com o Direito Internacional.
4. Os Participantes reconhecem que os progressos na implementação do programa ambicioso de reformas da Ucrânia fortalecerão a segurança e prosperidade ucranianas, as quais são essenciais para a concretização das aspirações europeias e euro-atlânticas da Ucrânia, incluindo no seu caminho no sentido da adesão à União Europeia e à NATO.
5. Conjuntamente, reconhecem que a defesa, recuperação, reformas e aspirações europeias e euro-atlânticas da Ucrânia se reforçam mutuamente e devem ser abordadas de uma forma sinergética e complementar.
6. Os Participantes sublinham a sua vontade de continuar a fortalecer as suas relações bilaterais, incluindo nos domínios político, de defesa, de segurança, económico, científico e cultural.
7. Este Acordo tem por base a Declaração Conjunta de Apoio à Ucrânia adotada em Vilnius, em 12 de julho de 2023, pelos Líderes do G7 e parceiros europeus e internacionais.

Parte I: Âmbito

8. Os Participantes decidiram afirmar, aprofundar e expandir a sua cooperação e parceria, com base em interesses comuns na defesa do Direito Internacional, ordem, paz, e proteção dos direitos e liberdades fundamentais.
9. Os Participantes reafirmam que a segurança da Ucrânia é parte integrante da segurança euro-atlântica e global e que a futura adesão da Ucrânia à NATO constituiria um contributo efetivo para a paz e segurança na Europa. Os Participantes coordenar-se-ão e fortalecerão esforços conjuntos para apoiar o caminho da Ucrânia no sentido da sua futura adesão à NATO.
10. Portugal prestará apoio de forma inabalável para permitir que a Ucrânia:
    a. exerça o seu direito legítimo de legítima defesa e de resistência contra futuros ataques armados;
    b. proteja e restaure a sua integridade territorial dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas;

Rua da Imprensa à Estrela, 4
1200-888 Lisboa, PORTUGAL

gabinete.pm@pm.gov.pt
+351 21 392 35 00

O acordo, assinado por Zelensky e pelo primeiro-ministro português, prevê ajuda durante, pelo menos, dez anos.

Uma dúzia de acordos e mais 27 por fechar

Em julho do ano passado, perante a impossibilidade de a Ucrânia poder aderir à NATO a meio de uma guerra, mas para dar um sinal em simultâneo a Kiev e a Moscovo, os países das economias mais avançadas (G7) decidiram anunciar o início de negociações bilaterais para se formalizarem acordos de segurança. Como em muitos outros aspetos do apoio à Ucrânia, os primeiros a fecharem um pacto foram os britânicos, em janeiro, tendo três meses depois expandido o mesmo para a produção conjunta de armamento.

Até agora, França, Alemanha, Itália e Canadá seguiram os passos de Londres, estando por finalizar acordos da Ucrânia com EUA e Japão. Além dos países do G7, Dinamarca, Países Baixos, Finlândia, Letónia, Espanha, Bélgica, e agora Portugal chegaram a um compromisso de cooperação.

Os acordos têm seguido um padrão: duração multianual e responsabilidade do poder executivo, isto é, não são ratificados pelos Parlamentos, nem têm o valor de um tratado ou de uma aliança militar – dependem da vontade de quem estiver no poder. Cada acordo, porém, tem as suas vicissitudes. Por exemplo, enquanto alguns países, Portugal incluído, se comprometeram a proceder a consultas no prazo de 24 horas com a Ucrânia em caso de um "futuro ataque armado" da Rússia, o Canadá acrescentou a ressalva de que só o fará "após a cessação das atuais hostilidades".

Além das negociações com Tóquio e Washington, Kiev pretende chegar a acordo com outras 27 capitais.

Antes da visita a Lisboa, Zelensky teve encontros produtivos em Espanha e na Bélgica. Em Madrid, o acordo de dois anos prorrogável por mais três, prevê o treino de mais 4000 soldados ucranianos e entrega de material como mísseis para os sistemas de defesa Patriot ou mais tanques Leopard, além de material fabricado em Espanha, no total de 1,1 milhões de euros. Já os belgas comprometeram-se a transferir 30 aviões F-16 até 2028 e 977 milhões de euros em ajuda militar este ano.

C.A.

APOIO MILITAR À UCRÂNIA

Um valor superior a 122 milhões que corresponde aos anos de 2022 e 2023.

> Armamento (espingardas automáticas, acessórios diversos)
> Equipamentos de proteção (capacetes, coletes balísticos, óculos de visão noturna)
> Equipamento de comunicações
> Material médico e sanitário
> Munições (incluindo 7,62mm; 60mm; 120mm)
> Armamento (metralhadoras pesadas)
> Sistemas aéreos não tripulados (6 un.)
> Kits de primeiros socorros em combate
> Viaturas blindadas de transporte de pessoal M113 (14 un.) e respetivo armamento
> Carros de combate Leopard 2A6 (3 un.)
> Geradores p.ª produção de eletricidade (62 / 200KvA) (8 un.)
> Munições (inc. 120mm)
> Viaturas blindadas de transporte de pessoal M113 (14 un.) e respetivo armamento
> Armamento (morteiros, 60mm)
> Munições (105mm)
> Viaturas blindadas de transporte de pessoal M113 (3 un.) e M577 (2 un.) em versão de socorro e apoio médico.

MATERIAL PARA ENTREGA

> Armamento (obuses, 105mm, 9 un.)
> Embarcações de alta velocidade (3 un.)
> Equipamento de desminagem (4 un.)
> Fardamento/vestuário de inverno (25 000 artigos individuais)
> Geradores p.ª produção de eletricidade (150KvA) (4 un.)
> Helicópteros pesados multipropósito (KA32A11BC, 6 un.)
> Munições (155mm)
> Viaturas blindadas de transporte de pessoal M113 (14 un.) e respetivo armamento

FONTE: Ministério da Defesa


ASPRESS / HELDER SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Líder do PSD-M diz que acordo com o CDS vem garantir mais estabilidade para o Governo".

Chega, PAN e IL obrigados a dizer "sim" a Albuquerque

MADEIRA Representante da República confia que estes três partidos viabilizam o Programa do Governo do PSD contrariando o "não é não".

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

21 ou 20? O representante da República para a Madeira optou pelo acordo parlamentar entre PSD e CDS, que soma 21 deputados, em vez do acordo de Governo entre PS e JPP que soma 20.

Para Ireneu Barreto, Miguel Albuquerque "terá todas as condições de ver o seu programa aprovado na Assembleia Legislativa", enquanto a solução conjunta de Paulo Cafôfo e Élvio Sousa "não tem qualquer hipótese de ter sucesso na Assembleia Legislativa".

O representante da República confia que Chega, IL e PAN vão viabilizar o Programa do Governo de Miguel Albuquerque contrariando o "não é não" que assumiram durante a campanha eleitoral.

A abstenção é suficiente. O voto contra do Chega, por exemplo, leva a Madeira para novas eleições, exceto se a Ireneu Barreto for entregue uma solução de governação PS/JPP que tenha apoio parlamentar, pelo menos na aprovação do Programa do Governo de IL, PAN e CDS.

"O PS, mais uma vez, assume essa sua responsabilidade de, junto com o JPP e outros partidos que estejam disponíveis, podermos ter condições para ser solução de Governo na Região", garante Paulo Cafôfo.

O líder do PS-M considerava ter "a mesma legitimidade que o PSD" para governar "num quadro parlamentar difícil", mas com uma diferença: um acordo de Governo escrito com JPP.

Élvio Sousa, logo após a reunião com o representante da República, reconheceu que ainda não seria desta vez que o PSD não seria Governo: "Nós tentámos construir uma alternativa que seria histórica."

A bengala cambada

Tinha "falta de confiança neste PSD" e recusava ser "uma bengala que o PSD usa, a seu bel-prazer, quando está cambado". E até deixava avisos: "O PSD, que não respeitou o CDS (...), não pode vir agora pedir nada. [Miguel Albuquerque] vai ter de arcar com as consequências da sua decisão."

Passaram 29 dias desta declaração de José Manuel Rodrigues. Ontem, revelou ao DN, ter assumido com Albuquerque "um compromisso parlamentar de o CDS viabilizar o Governo e aprovar o Orçamento, sendo que estes documentos vão conter uma grande parte das propostas eleitorais do CDS". Um entendimento sem um "acordo escrito", apesar dos "documentos".

E a "bengala" que recusava ser? O líder dos centristas argumenta, agora, que "isso foi no contexto de haver uma coligação de Governo pós-eleitoral e não há. Apenas existe um entendimento parlamentar".

As garantias de que o "PSD não pode vir pedir nada" e a "falta de confiança" também foram cambadas na reunião que manteve com Albuquerque na Quinta Vigia, residência oficial do presidente do Governo Regional, confirmando que "houve conversações, quer com o líder do PS, ontem [segunda-feira], quer com o líder do PSD, hoje [ontem], sobre a presidência do Parlamento".

E aqui há uma mudança. O nome previsto era o de João Cunha e Silva, número dois na lista do PSD.

A IL mantém a disponibilidade para "ponderar se as medidas apresentadas, caso a caso, ponto a ponto, vão ao acordo com aquilo que é a nossa maneira de pensar. Não são os protagonistas, são as medidas". Do Chega, a certeza surgiu reafirmada por André Ventura: "Miguel Albuquerque não é solução, é problema." O PAN que diz recusar Albuquerque iria "aguardar pelas soluções e pelas alternativas".

O líder do PSD-Madeira vai ser indigitado hoje, às 12.00 horas, no Palácio de São Lourenço, a residência oficial do representante da República no Funchal.

AD e PS dispensam presença de Marcelo na CPI das gémeas

COMISSÃO Deputados decidem hoje os trabalhos. Chega, IL e Bloco querem ouvir Chefe de Estado. Mais desejados são Nuno Rebelo de Sousa e Lacerda Sales.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ao caso das gémeas luso-brasileiras tratadas no Serviço Nacional de Saúde com o remédio Zolgensma, num custo total de quatro milhões de euros, pode ter Marcelo Rebelo de Sousa entre os que serão ouvidos. Essa é a intenção do Chega, da Iniciativa Liberal e do Bloco de Esquerda, dificultada por PSD, PS e CDS excluírem o Presidente da República, enquanto o PCP só quer que seja chamado o presidente do Infarmed, Rui Santos Ivo.

Na qualidade de Chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa pode depor por escrito se esta tarde for decidido na reunião na Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo deputado do Chega Rui Paulo Sousa, que venha a ser ouvido. Certa está a chamada do seu filho, Nuno Rebelo de Sousa, que terá movido influências para que as duas crianças tivessem acesso ao tratamento à sua doença neurodegenerativa.

Consensual entre os vários partidos é o ex-secretário de Estado-Adjunto da Saúde, Lacerda Sales, enquanto o PS e o Bloco de Esquerda não querem chamar a ex-ministra da Saúde, Marta Temido. Quase todos pretendem colocar perguntas ao chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frutuoso de Melo; ao ex-chefe de gabinete do antigo primeiro-ministro, Francisco André; à atual ministra da Saúde (ex-presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte), Ana Paula Martins; e à assessora do Presidente da República Maria João Ruela.

DN/LUSA

Ângelo Pereira constituído arguido na *Tutti-Frutti*

JUSTIÇA Vereador da Câmara de Lisboa, que é líder distrital do PSD, junta-se aos envolvidos nas alegadas trocas de favores entre sociais-democratas e socialistas.

O vereador da Câmara de Lisboa e presidente da distrital lisboeta do PSD Ângelo Pereira foi constituído arguido no caso *Tutti-Frutti*.

Líder distrital do PSD desde 2019, Ângelo Pereira cumpre o primeiro mandato como vereador, com pelouros da Proteção Civil e Socorro, Desporto e Segurança, Polícia Municipal, Higiene Urbana, Estrutura Verde e Plano Verde, Gestão Cemiterial, Frota, Unidade de Coordenação Territorial, Proteção Animal e Acessibilidade Pedonal.

A *Operação Tutti-Frutti* investiga desde 2018 alegados favorecimentos a militantes do PS e do PSD, através de avenças e contratos públicos, estando em causa suspeitas de corrupção passiva, tráfico de influência, participação económica em negócio e financiamento proibido.

A investigação revelou uma alegada troca de favores entre PS e PSD na preparação das listas para as Autárquicas de 2017, citando escutas e *e-mails* que envolvem os ex-ministros Fernando Medina (que era presidente da Câmara de Lisboa) e Duarte Cordeiro (ex-vereador).

O Ministério Público quis o levantamento de imunidade dos atuais deputados do PSD Luís Newton, Carlos Eduardo Reis e Margarida Saavedra, a fim de os constituir arguidos, mas o pedido regressou ao tribunal por falta de informações. Reis está fortemente indiciado por corrupção ativa, prevaricação e tráfico de influência, sobre Newton recaem fortes indícios de corrupção passiva e prevaricação, e Margarida Saavedra está fortemente indiciada por burla qualificada.

DN/LUSA



Opinião
Pedro Tadeu

Os tribunais estão mesmo loucos?

A empresa dona dos hipermercados Continente, a Sonae, anunciou em março que o ano passado obteve um lucro de 357 milhões de euros. A semana passada publicitou que este ano, nos primeiros três meses, já soma 25 milhões de euros em lucros, um pouco melhor que em igual período de 2023.

Esta fantástica contabilidade do grupo liderado por Cláudia Azevedo é capaz de ter de sofrer uma retificação em baixa pois o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que o Continente terá de devolver a um funcionário do hipermercado a quantia de 365,7 euros que reteve do salário desse homem.

O Jornal de Notícias de quarta-feira passada explicou que em 2021 o trabalhador (a empresa trata-o, num comunicado, por "colaborador", mas parece, pelo relato que se segue, que ele trabalhava mais e colaborava menos) meteu a farda de trabalho num saco de plástico para a levar quando se preparava para sair. Foi retido e confrontaram-no com a acusação de roubo do dito saco de plástico. O trabalhador devolveu o saco de plástico, que custou à empresa 2 cêntimos, e saiu.

O Continente, porém, achou que o caso não devia acabar aqui: decretou uma suspensão de 15 dias ao trabalhador, a perda de 15 dias de antiguidade e a cassação de metade do salário de um mês: os tais 365,7 euros. Note-se que este "colaborador" trabalhava há imensos anos no Continente, tinha a classificação de "operador especializado" e auferia um salário de 735 euros, apenas mais 70 euros que o salário mínimo nacional de 2021.

O trabalhador não colaborou na sua própria punição e recorreu, inconformado, para o Tribunal de Sintra. Pois o douto juiz (ou juíza, não sei) que analisou o caso achou que a punição imposta ao trabalhador era "proporcional, adequada e necessária".

O trabalhador continuou a não colaborar e recorreu para a Relação. Desta vez o tribunal achou que "roubar" meio salário a um homem por ele ter "roubado" um saco de 2 cêntimos nada tinha de proporcional, adequado ou necessário e mandou o Continente reverter a decisão e pagar o que devia ao seu empregado.

Depois foi o Continente a recorrer para o Supremo, onde perdeu em toda a linha – só que, entretanto, passaram-se três anos e, imagino, o ambiente para aquele trabalhador, que entretanto se reformou, deve ter sido bem difícil.

Num comunicado que o Continente emitiu depois da notícia ser conhecida é dito que esse "colaborador" trabalhou 23 anos na empresa, que teve "outros processos" sublinhando que, neste caso do saco de plástico, o primeiro tribunal e o Ministério Público, na Relação e no Supremo, deram razão ao hipermercado – assim como quem insinua: "Nós não estamos malucos, até houve vários magistrados do nosso lado."

E aqui está o ponto onde queria chegar: como é possível tantos doutos e respeitáveis *togados* acharem razoável, ou, melhor, acharem "proporcional, adequada e necessária" uma suspensão de 15 dias e a apreensão de metade de um salário por causa da porcaria de um saco de plástico de dois cêntimos?

Como é evidente, não há aqui uma questão técnico-jurídica que impelisse, sem apelo nem agravo, uma decisão favorável à impudência do Continente, pois quer o Tribunal da Relação quer o Supremo Tribunal encontraram os fundamentos jurídicos para dar razão ao trabalhador.

Como também é evidente, as posições que estes juízes e procuradores da República tomaram basearam-se sobretudo na convicção que formaram sobre a credibilidade dos testemunhos que ouviram, dos factos que apuraram e do discernimento ideológico com que traduzem o mundo nas suas inteligências.

Há, parece-me, uma geração de magistrados que, à partida, está mentalmente disponível para acreditar mais num administrador ou num diretor de Recursos Humanos de uma grande empresa do que num trabalhador que ganha pouco mais do que o salário mínimo.

Há uma geração de magistrados que acha "proporcional, adequado e necessário" o livre arbítrio com que as grandes empresas andam a tratar os trabalhadores "menores". Dá ideia que, desde que não os espanquem, quase tudo é aceitável para meter essa "escumalha na ordem".

Há uma geração de magistrados que, claramente, foi educada num preconceito de classe, no fiel respeitinho pelo grande "empreendedor" (para os pequenos empresários a coisa fia mais fino) e na preconceituosa desconfiança para com o "colaborador".

Quando essa geração de magistrados for maioritária nos Tribunais da Relação e no Supremo, trabalhadores que tentem levar do Continente, sem pagar, um saco de plástico de dois cêntimos só podem esperar um veredicto: "Olho na rua! A bem da Nação."

Jornalista



Opinião
Jorge Costa Oliveira

Sobrecapacidade de EV chineses e sua penetração na Europa

Responsáveis dos EUA vêm insistindo na necessidade de a China conter a "sobrecapacidade industrial" de produtos fotovoltaicos, baterias elétricas e veículos elétricos (EV), cuja exportação terá atingido 127 mil milhões de euros em 2023 (+30% que em 2022).

Em recente entrevista ao *The Economist*, Macron afirma que "hoje, a China tem uma sobrecapacidade de veículos e exporta-os em grande escala, particularmente para a Europa". Vejamos se é mesmo assim, focando-nos na vertente da "exportação [para a Europa] em grande escala".

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), em 2024, a quota de mercado dos EV poderá chegar aos 45% na China, 25% na Europa e >11% nos EUA. A vasta maioria das vendas de EV em 2023 foi na China (60%), Europa (25%) e EUA (10%). Em termos comparativos, estes três grandes mercados representam 65% das vendas totais de automóveis a nível mundial.

De acordo com a KPMG, os BEV fabricados na China representaram apenas 10% dos 1,1 milhões de BEV vendidos na Europa em 2022.

Segundo a Associação dos Construtores Europeus de Automóveis (ACEA), a China manteve a sua posição de principal fonte de novas importações de automóveis da UE em termos de valor, com um crescimento de 37,1% e uma quota de mercado de 17,7%. Parte significativa deste crescimento deve-se aos EV. De acordo com a Federação Europeia dos Transportes e do Ambiente (T&E), os EV fabricados na China deverão representar 25% das vendas totais de EV na Europa em 2024 (+5% que em 2023).

As projeções da T&E estimam que [dentre os EV fabricados na China] as marcas chinesas conquistem progressivamente maiores quotas de mercado – 11% até 2024 e 20% até 2027. Mas convém esclarecer o que são "as marcas chinesas". Em 2023, as marcas chinesas apenas representavam uma quota de mercado de 2,5% do mercado europeu no ano passado, pertencendo 72% dessa quota à MG, uma marca de automóveis britânica controlada pelo grupo chinês SAIC Motor, que é hoje uma marca totalmente chinesa da produção ao *design*. Sem a MG, as marcas chinesas têm apenas 0,6% de quota de mercado na Europa. Esta discrepância decorre do facto de a maioria dos veículos importados da China para a Europa não serem veículos chineses, mas sim veículos fabricados na China por marcas estrangeiras. Só a Tesla é responsável por 68% dos EV importados da China e registados na Europa Ocidental.

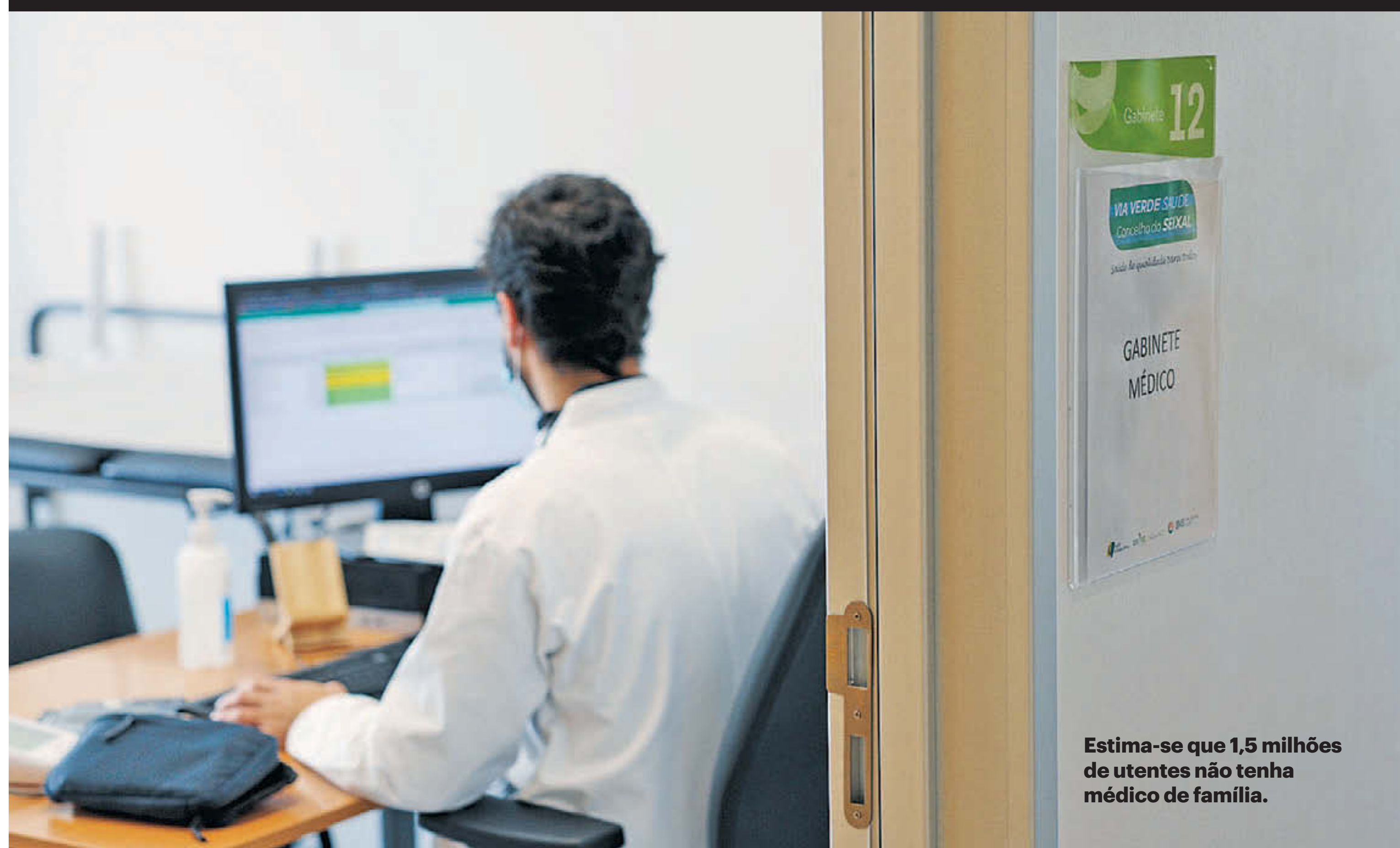
É possível que haja sobreprodução de EV chineses. Embora seja duvidoso que seja essa a razão principal do recente aumento significativo dos EV importados da China, havendo notícias de >100 000 EV chineses atualmente parqueados em portos europeus. As principais razões são: (i) o receio de imposição de tarifas ou obstáculos não-tarifários pela UE; (ii) o muito difícil acesso ao mercado dos EUA; e (iii) as maiores margens nas vendas na Europa.

A narrativa dos responsáveis políticos europeus de combate à "sobrecapacidade" chinesa ecoa as preocupações dos fabricantes europeus. A verdade é que nem os fabricantes europeus planearam bem a transição, nem os políticos europeus definiram atempadamente políticas públicas para o setor e a cadeia de valor dos EV, nem a opinião pública europeia consegue libertar-se das entropias do ambientalismo radical. Já vai sendo tempo de os responsáveis políticos e empresariais europeus pararem de procurar desculpas para o que deviam ter feito e não fizeram.



A verdade é que nem os fabricantes europeus planearam bem a transição, nem os políticos europeus definiram atempadamente políticas públicas para o setor e a cadeia de valor dos veículos elétricos."

Consultor financeiro e *business developer*
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira



Estima-se que 1,5 milhões de utentes não tenha médico de família.

ANTÓNIO PEDRO SANTOS / LUSA

Médicos de família "não querem mais trabalho, mesmo com incentivos", mas medidas estruturais

ALERTA No dia em que o *Plano de Emergência para a Saúde* deverá ser aprovado na reunião semanal do Conselho Ministros e anunciado por Luís Montenegro, há mais um alerta da Medicina Geral e Familiar sobre o que este deve conter: "Uma aposta claríssima nas condições de trabalho para fixar profissionais no SNS." Os cuidados primários são um dos pontos em que este assenta.

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**

"Quando falamos em emergência, tentamos resolver as situações com pensos rápidos, de forma incorreta, em vez de pensarmos em soluções estáveis, duradouras e com respostas a curto, médio e longo prazo." A declaração é do presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar (APMGF), Nuno Jacinto, que ontem defendeu ao DN que "um *Plano de Emergência para a Saúde* (PES) no estado atual do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem de ter uma aposta claríssima naquilo que são as condições de trabalho dos profissionais para os conseguir reter e fixar. E não falo só dos médicos de família, mas de todos os outros profissionais, como enfermeiros, secretários clínicos, etc."

Para a APMGF esta é a prioridade das prioridades na elaboração de um PES e Nuno Jacinto diz esperar que tal não tenha sido esquecido pela equipa nomeada especificamente para esta missão e pelo próprio Governo. Até porque, "o que vier neste plano tanto nos pode dar um sinal de que, de facto, se vai valorizar os cuidados primários de saúde e os médicos de família, como um sinal absolutamente contrário e negativo, que as medidas definidas são soluções de curta duração." Ora, avisa, "os médicos de família ainda não atiraram a toalha ao chão, mas há anos que vivem o desânimo".

Segundo anunciou no domingo Luís Marques Mendes, no seu espaço de comentário na SIC, e confirmou o DN, este *Plano de Emergência* assenta em cinco áreas – listas de espera, falta de recursos humanos na medicina geral e familiar, falta de recursos e funcionamento nas maternidades e Serviços de Urgência e melhoria do aceso a cuidados de saúde mental. Mas só hoje, depois da reunião semanal do Conselho de Ministros, onde será discutido e aprovado, e do anúncio feito por Luís Montenegro é que ficaremos a saber o que vai integrar.

PES foi promessa da Aliança Democrática na campanha para as últimas eleições com prazo para ser apresentado, 60 dias após a tomada de posse do Governo, 2 de junho. A missão foi entregue a uma equipa liderada pelo médico Eurico Castro Alves, que, oficialmente, só foi nomeada pela ministra Ana Paula Martins há cerca de duas semanas, mas que já se encontrava a trabalhar. E como um dos pontos prioritários deste plano são os cuidados primários e a Medicina Geral e Familiar, o presidente da APMGF deixa um alerta para soluções que possam ser consideradas rápidas: "Não precisamos de mais trabalho, já temos muito. O que precisamos é que algumas tarefas sejam eliminadas das nossas funções para termos mais tempo para os doentes", acrescentando: "Honra seja feita à anterior Direção Executiva que deu alguns passos, que podem ser considerados tímidos, mas que permi- tiram a simplificação de muitas das nossas tarefas."

Questionado sobre se este plano poder assentar em mais tarefas, mas com incentivos, Nuno Jacinto responde prontamente: "Não adianta colocar mais tarefas em cima de profissionais que já estão no seu limite, mesmo com incentivos. O dia tem 24 horas, portanto todos nós preferimos ter equipas mais completas e mais estruturadas para garantirmos a resposta, do que dizer-se aos poucos profissionais de muitos locais que ainda têm de trabalhar mais, embora pagos por trabalho extraordinário. Porque, na realidade, isto não se consegue fazer e quando se faz não é igual a um trabalho programado ou estruturado."

Portanto, sublinha, o que tem de estar, à partida, garantido neste PES "é que os profissionais trabalhem em condições de segurança e de qualidade, que nenhum é colocado noutro local a servir de penso rápido, como também nenhum é substituído no seu local de origem. As soluções em avulso já mostraram no passado que foram tentativas erradas de resolver problemas".

O médico assume que a questão da "valorização salarial é importante, mas que não pode ser encarada como a única solução". Para já, deveria ser preocupação desta tutela resolver o que ainda há para resolver "nos processos de transição das Unidades de Saúde Familiares Modelo B. Ainda está tudo muito confuso, não se conseguem fazer pagamentos corretamente e há profissionais que ainda não estão a receber o que deviam em suplementos. Tudo isto desmotiva, tudo isto já deveria estar mais do que clarificado", reforçando: "Às vezes, bastam pequenas coisas serem corrigidas, por exemplo com uma orientação superior, para que se passe a fazer corretamente".

Outro exemplo é a possibilidade de contratar mais rapidamente especialistas. "Os internos que terminaram a especialidade este ano na época de março e abril ainda aguardam concurso para entrarem no SNS. "São meses à espera para saber onde vão ficar e há muitos que depois acabam por não querer."

No ano passado, nesta altura, havia 1,7 milhões de utentes sem médico de família. Agora, estima-se que sejam 1,5 milhões, sendo que a especialidade de Medicina Geral e Familiar é das mais afetadas com as reformas de médicos neste e no próximo ano, podendo este número aumentar ainda mais. Mas Nuno Jacinto lembra que o diagnóstico sobre a situação do SNS está feito há muito tempo e o que os médicos de família esperam "é que este *Plano de Emergência* vá ao encontro de soluções que, não são só para os próximos meses, mas que garantam alguma estabilidade e alguma coerência no que vai ser feito nos próximos anos no SNS e nomeadamente nos cuidados primários".

Recusa de horas extra pode voltar

O *Movimento Médicos em Luta* enviou uma carta aberta à ministra da Saúde, Ana Paula Martins, tal como fez no ano passado ao ministro Manuel Pizarro. A mensagem é a de que "estão unidos e solidários" e que tomarão medidas caso não seja apresentada "uma proposta negociável nas próxima reuniões com os sindicatos médicos". Na missiva, o movimento refere que se não for dado este sinal a partir de julho muitos médicos, que já ultrapassaram o limite das 150 horas extraordinárias previstas na lei, recusarão fazer mais trabalho suplementar. Embora, ninguém queira assinar tais minutas nem que o SNS fique no caos.

Pagamentos têm custos e os comerciantes arcam com a maior parte

ESTUDO Encargos suportados pelos bancos, consumidores e lojistas com meios de pagamento, como numerário, cartões, cheques ou transferências, aumentaram 20% entre 2017 e 2022.

TEXTO **MARIANA COELHO DIAS**

Os custos suportados em conjunto pelo sistema bancário, consumidores e comerciantes com a disponibilização e utilização dos instrumentos de pagamento de retalho (que englobam numerário, cheques, cartões, débitos e transferências) totalizaram 2,29 mil milhões de euros em 2022, agravando-se 20% face a 2017, segundo um estudo divulgado ontem pelo Banco de Portugal (BdP).

A entidade liderada por Mário Centeno explica que este aumento – que representa um valor *per capita* de 219,1 euros, que compara com 185,5 euros do ano em comparação – deveu-se, por um lado, ao "crescimento do número de pagamentos realizados na economia" e, por outro, ao "incremento dos custos internos de todos os intervenientes".

Ainda que a subida dos custos tenha sido transversal a todos os implicados, o Banco de Portugal avança que a maior fatia continuou a ser suportada pelos comerciantes e pelo sistema bancário: juntos arcaram com 91% do total (52% e 39%, respetivamente). Os consumidores foram responsáveis pelos restantes 9%.

Uma análise aos instrumentos de pagamento sugere que o numerário representou a maior parte dos custos, embora a sua proporção tenha diminuído de 57,3% em 2017 para 52,4% em 2022. Juntamente com os cartões de débito, amplamente utilizados em espaços de venda físicos, os dois instrumentos somaram 80,2% dos encargos totais – os comerciantes suportaram 70% e 45%, respetivamente. O sistema bancário, por sua vez, liderou os custos dos outros métodos.

O levantamento do supervisor bancário revela ainda que os débitos diretos continuaram a ser o instrumento mais custo-eficiente para efetuar pagamentos, com um valor de 22 cêntimos por transação, menos cinco cêntimos do que em 2017. Seguiram-se os cartões de débito (34 cêntimos), as transferências (41 cêntimos) e o numerário (50 cêntimos). Os cheques e os cartões de crédito foram os menos eficientes, custando 4,16 euros e 2,38 euros por transação, pela mesma ordem.



PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGENS

Despesa dos comerciantes com meios de pagamento aumentou 28% entre 2017 e 2022.

Especificamente para pagamentos inferiores a 1,07 euros, o numerário revelou-se o mais eficiente, enquanto para valores superiores, o cartão de débito mostrou-se mais vantajoso devido às economias de escala que compensam os custos fixos.

Comerciantes pagam 1,52 mil milhões

O estudo do Banco de Portugal indica que os comerciantes enfrentaram um custo de 1,52 mil milhões de euros com a aceitação de pagamentos de retalho em 2022, mais 19% do que em 2017. O numerário continuou a ser o instrumento mais oneroso, representando 56,2% dos custos totais. As comissões pagas à banca e às empresas de transporte de valores também foram uma componente significativa, embora o seu peso tenha diminuído de 29,6% para 24,5%, entre os dois anos em comparação.

Do outro lado, os consumidores tiveram custos de 1,09 mil milhões de euros com a utilização destes instrumentos, o que reflete um aumento de 39% em relação a 2017 – o maior entre os três. O numerário e os cartões de débito foram os mais requisitados, dando origem a encargos de 255,8 milhões e 468,8 milhões de euros, respetivamente. Segundo o Banco de Portugal, as comissões bancárias representaram a maior fatia, enquanto o custo do tempo necessário para efetuar pagamentos foi estimado em 209,9 milhões de euros.

Em termos unitários, detalha o supervisor, o numerário e os débitos diretos mantiveram-se como os mais económicos para os consumidores, apesar de terem registado um aumento de custos desde 2017. Os cartões de crédito e os cheques continuaram a ser os mais caros, com custos unitários de 2,53 euros e 3,89 euros por transação.

Já o sistema bancário suportou custos de 892,2 milhões de euros. As receitas associadas, por seu turno, alcançaram os 1,21 mil milhões de euros, o que resultou numa situação líquida positiva de 323,7 milhões de euros, mais 191,6 milhões em comparação com 2017. O grau de cobertura dos custos pelas receitas subiu de 116,7% para 136,3%, impulsionada por um aumento significativo das comissões cobradas por pacotes de gestão e manutenção de contas.

O banco central liderado por Mário Centeno nota que "os cartões de débito, pré-pagos e de crédito, as transferências a crédito e os débitos diretos contribuíram positivamente para a situação líquida obtida pelos bancos". Em contrapartida, "o numerário, os cheques e as transferências imediatas apresentaram situações líquidas negativas, com taxas de cobertura de 60%, 84% e 80%, respetivamente".

mariana.dias@dinheirovivo.pt

> Os cheques e os cartões de crédito são os meios de pagamento menos "eficientes", custando 4,16 euros e 2,38 euros por transação, respetivamente.

Aumentam queixas contra táxis e TVDE nos aeroportos

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes alertou ontem para o aumento de irregularidades nos serviços de táxi e TVDE nos aeroportos, recomendando à ANA – Aeroportos de Portugal que disponibilize informação "clara, apelativa e visível" sobre estes serviços. Em comunicado, a AMT – enquanto regulador dos transportes – refere que este ano já recebeu 23 queixas relacionadas com "alegadas burlas no âmbito do transporte de passageiros em táxi (designadamente de preço de viagem sem utilização do taxímetro e muito acima do preço praticado)". De acordo com o organismo, em 2022 foram recebidas também 23 queixas pelo mesmo motivo, enquanto no ano passado foram 28.

A autoridade alerta que tem igualmente recebido "denúncias de angariação ilegal de clientes junto aos aeroportos (por contacto direto com o cliente), por parte de alegados operadores e motoristas de TVDE". Segundo a AMT, para além das diligências realizadas por si, as queixas e denúncias têm sido reencaminhadas às entidades competentes, "considerando que podem configurar a prática de crime".

A AMT recomenda à ANA a divulgação no interior dos aeroportos, designadamente na zona de Chegadas, de "forma clara, apelativa e visível", de informação genérica sobre tarifas, horários, características dos veículos, suplementos e emissão de fatura, de forma a promover a literacia sobre o serviço de táxi e TVDE, salientando que a medida irá proteger os cidadãos que chegam aos aeroportos internacionais em Portugal "e que são potenciais vítimas das alegadas burlas".

A Autoridade dos Transportes recomenda, por seu turno, às associações de operadores de táxi e TVDE a "sensibilização dos seus associados para a situação que se tem vindo a verificar e para a obrigatoriedade de cumprimento das regras aplicáveis".

DN/LUSA

Metade dos incêndios urbanos têm mão criminosa

CRIME A Polícia Judiciária deteve um homem por incendiar a casa onde morava. No ano passado morreram 29 pessoas na sequência destes fogos.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

O *Anuário de Segurança Contra Incêndio em Edifícios 2023*, estudo levado a cabo pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), revela que cerca de metade dos incêndios urbanos têm origem criminosa. Num universo correspondente a 13% do total dos incêndios urbanos confirmados em Portugal Continental, em 2023, "constata-se que a origem dolosa representa 48%, seguida da origem negligente em 12% das situações", pode ler-se neste anuário.

Os casos, de facto, não são raros e, ainda esta semana, um homem de 59 anos, com antecedentes criminais por roubo, foi detido, pela Polícia Judiciária (PJ), através da Diretoria do Norte, indiciado pela autoria de um crime de incêndio, em Rio Tinto.

Tudo terá acontecido, segundo a PJ, quando o detido "no seguimento de um episódio de violência doméstica contra a sua mulher, de onde resultou o internamento hospitalar desta, se fechou na residência por três dias, acabando por derramar um produto acelerante nas diversas divisões, presumivelmente gasolina, e ateando fogo à habitação".

Deste incêndio urbano, com origem dolosa, "resultou a destruição da totalidade do piso superior da casa de que é arrendatário, tendo ainda provocado danos por fuligem no rés-do-chão e cave". Ao ter ateado fogo à casa, o suspeito "criou perigo para a sua vida, acabando por ser internado com diversas queimaduras graves no corpo, bem como para a vida de terceiros, face à proximidade das habitações existentes no local", refere ainda a PJ, no mesmo comunicado. O homem acabou por ficar em prisão preventiva.

De acordo com o estudo da ANEPC, 25 por cento dos casos tiveram origem acidental, seguindo-se os dde origem inconclusiva, em 15% das situações.



FERNANDO FONTES / GLOBAL IMAGENS

No ano passado aconteceram 9665 incêndios urbanos em Portugal.

Falsos alarmes e menos mortes

A ANEPC refere que foram registados "1840 falsos alarmes em Portugal Continental, valor ligeiramente superior aos anos anteriores, e que originaram o acionamento de 13 592 bombeiros e 3947 viaturas".

No total, verificaram-se 9665 ocorrências de incêndios urbanos no ano passado, metade das quais na Grande Lisboa, Área Metropolitana do Porto, Península de Setúbal e Região de Coimbra.

Em comparação com 2022, o anuário concluiu que o número de vítimas mortais em incêndios urbanos em Portugal baixou de 44 para 29 em 2023. Já o número de feridos é semelhante. "Considerando os valores dos últimos três anos, relativos a vítimas mortais resultantes de incêndios urbanos, conclui-se que em Portugal Continental, em média, ocorrem 34,25 mortos por ano", pode ler-se no documento.

Mais fogos no inverno

A maior parte dos incêndios teve início à hora de almoço e há uma maior incidência durante o inverno. No total, confirmaram-se 7192 incêndios em edifícios em utilização, verificando-se ainda 607 casos em espaços devolutos.

Segundo a ANEPC, "vale a pena refletir sobre estes dados e interpretá-los, procurando identificar as suas causas", num "desafio que constitui, como o tradicional mote da atividade de proteção civil, uma verdadeira tarefa de todos e para todos", refere a direção da ANEPC, presidida por Duarte da Costa.

No texto que assina, o presidente da ANEPC, Duarte da Costa, considera que "só com a análise conjunta de todas as partes interessadas será possível definir estratégias que permitam melhorar as condições de segurança do edificado e, acima de tudo, dos seus ocupantes". **Com LUSA**

Papa pede desculpa por dizer que há "muitos *bichas* nos seminários"

RELIGIÃO Vaticano garantiu que Francisco não quis ofender ninguém. E reafirma: o Papa disse que "na Igreja há lugar para todos, para todos!"

O Vaticano assegurou ontem que o Papa Francisco não teve intenção de ofender ninguém quando, na passada semana, num encontro com bispos italianos, e segundo relatos na comunicação social transalpina, terá dito que já havia "muitos *bichas* nos seminários".

"O Papa nunca teve a intenção de ofender ou de se exprimir em termos homofóbicos e apresenta as suas desculpas a todos aqueles que se sentiram ofendidos pela utilização de um termo, referido por outros", afirma uma nota ontem divulgada pelos Serviços de Comunicação da Santa Sé.

Segundo a nota, "o Papa Francisco está ciente dos artigos recentemente publicados sobre uma conversa, à porta fechada, a 20 de maio, com os bispos da Conferência Episcopal Italiana (CEI) e, como ele afirmou em várias ocasiões: 'Na Igreja há lugar para todos, para todos! Ninguém é inútil, ninguém é supérfluo, há lugar para todos."

A polémica surgiu há alguns dias, quando alguns artigos em meios de comunicação social italianos afirmavam que o Papa se tinha referido à existência de "muitos bichas" nos seminários, para, alegadamente, defender a posição de não admitir homossexuais naqueles estabelecimentos de formação.

A alegada utilização pelo Papa de uma palavra com sentido depreciativo em italiano tinha sido publicada há alguns dias no sítio *Web Dagospia*, mas na segunda-feira meios de comunicação italianos como o *Corriere della Sera* e o *Repubblica* confirmaram o termo com alguns dos bispos presentes.

PSP e GNR querem aumento de 600 euros pago em dois anos

ATÉ 2025 Plataforma de sindicatos e associações apresentou contraproposta ao MAI para que o pagamento seja feito de forma faseada.

A plataforma dos sindicatos da PSP e associações da GNR propõe que o suplemento que cobre o risco aumente 300 euros este ano e outros 300 em 2025, passando dos atuais 100 para 700 euros. A plataforma enviou na segunda-feira uma contraproposta ao Ministério da Administração Interna para que as alterações ao Suplemento por Serviço e Risco nas forças de segurança sejam discutidas na próxima ronda de negociações, dia 3 de junho.

O porta-voz da plataforma que congrega 11 estruturas da PSP e GNR, Bruno Pereira, disse à Lusa que os polícias continuam a defender a proposta apresentada ao MAI inicialmente, defendendo agora que os 600 euros de aumento sejam pagos de forma faseada entre este ano e 2025. A plataforma quer que a vertente fixa do atual Suplemento por Serviço e Risco nas forças de segurança passe dos atuais 100 para os 700 euros, mantendo a vertente variável de 20% do ordenado base.

O também presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Polícia afirmou que esta é a contraproposta à apresenta pelo Governo na semana passada. Na última ronda de negociações, a ministra da Administração Interna propôs alterar o suplemento que já existe na vertente fixa de 100 para 280 euros, um aumento de 180 euros. Nesse sentido, a plataforma propõe mais 120 euros do que esta última proposta do Governo, que seriam pagos este ano, e um novo aumento de 300 euros em 2025.



Entre meadas
Paula Cardoso

Sequestrada num autocarro ou "exagerada" e "arrogante"

Em 2019, reclamei junto da então Rodoviária de Lisboa dos desmandos de uma dupla de fiscais que encontrei ao seu serviço.

O caso começou com uma infracção: duas passageiras, uma delas com uma criança de colo, foram apanhadas a viajar sem título de transporte.

Diante da situação, ambas reconheceram o erro e se prontificaram a pagar a viagem. O motorista sugeriu inclusivamente que os fiscais cobrassem mais do que um bilhete a cada uma das infractoras, como forma de punição.

Todo o ambiente ali era de conciliação, mas a arrogância e intransigência prevaleceu.

Em menos de nada, sem alternativa de sair porta fora, nem direito a uma única palavra de explicação, eu e os outros mais de 20 passageiros ficámos parados e trancados dentro do autocarro, sob o controlo de um dos fiscais.

Enquanto isso, o outro saiu em busca de apoio policial, algo perceptível apenas e só por dedução: das janelas, vi-o dirigir-se para uma superfície comercial, onde, à porta, estavam agentes em serviço gratificado.

Os minutos foram passando, a impaciência dentro do autocarro aumentando, e, quando vi o fiscal regressar sozinho, imaginei que o assunto se resolveria sem intervenção policial.

Só que não! Em vez de retomar a marcha em direcção ao destino, a viatura deu meia-volta para o sentido oposto.

Contestei, pedi uma explicação, e exigi que me dissessem para onde me estavam a levar contra a minha vontade.

Mas de nada valeu ter expressado o meu protesto e vontade de sair dali, porque, em vez de seguir na direcção que escolhi, tive de fazer um desvio até à esquadra mais próxima, onde os vigilantes saíram com as tais passageiras.

Foi a primeira e – até ver – única vez que assisti a uma situação dessas, apesar de ter testemunhado outros casos semelhantes, no sentido de envolverem passageiros, fiscais, e a ausência de título de transporte.

Por "coincidência", todas as situações que tinha observado anteriormente envolveram pessoas brancas, e foram resolvidas, na maioria dos casos, com uma simples admoestação. Lembro-me apenas de uma ocasião em que o "pica" optou pela multa, ainda assim sem causar alarido.

Também por "coincidência", o caso em que me vi presa num autocarro contra a minha vontade, e desviada da minha rota, envolveu mulheres da comunidade cigana.

Convém assinalar que em nenhum momento as duas passageiras apanhadas em infracção representaram uma ameaça à integridade física dos presentes. Pelo contrário, procuraram sanar o problema. Eu vi, ouvi, ninguém me contou.

Mas a resposta à queixa que apresentei apresenta uma narrativa bem diferente da minha. Embora não tenha como reportar as palavras das infractoras, sei perfeitamente que, ao contrário do que me transmitiram, a equipa de fiscalização nunca comunicou nada aos restantes passageiros, nem abriu as portas da frente para que pudéssemos sair.

Portanto, e à falta de outros elementos, o caso esbarrou no clássico "diz-que-disse", ainda que sem me dispensar de uma reprimenda. Aos olhos de quem me leu, estava a ser exagerada e talvez até arrogante, por recorrer à palavra sequestro.

Na ocasião, explicaram-me que "os sequestros envolvem sempre vítimas e infelizmente em alguns casos mortais, e são perpetrados por criminosos, pessoas em desequilíbrio emocional e, em alguns casos até, por terroristas, e habitualmente não se efectuam sequestros para esquadras de polícia, infelizmente para os sequestrados".



Por 'coincidência', todas as situações que tinha observado anteriormente envolveram pessoas brancas."

Retorqui que o Código Penal Português inclui o sequestro nos "Crimes contra a liberdade pessoal", reconhecendo que o mesmo poderá ser praticado "mediante simulação de autoridade pública, ou por funcionário com grave abuso de autoridade".

A história assalta-me à memória enquanto leio as últimas sobre o julgamento de Cláudia Simões, que, em 2020, teve de receber assistência hospitalar depois de ter sido transportada para a Esquadra do Casal de São Brás, na Amadora. Tudo porque a filha, então com 7 anos, viajava num autocarro sem bilhete.

Cláudia garante que explicou a situação ao motorista, e que estava a pedir ao filho, por telefone, que se dirigisse para a paragem de destino com o passe da criança, que tinha ficado esquecido em casa.

A proposta não terá convencido o condutor, que decidiu chamar a polícia. Apesar de existir um vídeo do agente Carlos Canha a agredir Cláudia na via pública, e de, horas depois de ter sido conduzida para a esquadra, a mesma ter dado entrada nas Urgências do Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra) com a face deformada por hematomas extensos, o Ministério Público (MP) entende que o polícia deve ser ilibado.

Pouco importa que, na mesma noite e na mesma esquadra, outras pessoas garantam ter sido agredidas pelo mesmo agente. Para o MP é crível que Carlos Canha tenha avançado sobre essas pessoas, e que Cláudia se tenha magoado sozinha.

Sabemos assim que, contra factos, afinal há argumentos: ela mostrou em tribunal ser "arrogante" e "exagerada", enquanto os outros ofendidos foram humildes e demonstraram ausência de revolta.

Fundadora do Afrolink



Opinião
Francisco George

Opinião pessoal (XXV)

Ainda sobre as comemorações dos 50 anos da nossa Liberdade apresento, hoje, algumas recomendações que considero úteis para a generalidade dos leitores destas crónicas de quarta-feira.

1. Organizar uma deslocação à vila pesqueira de Peniche, juntando, preferencialmente, três gerações da respetiva família, para visitar a Fortaleza onde, agora, foi inaugurado o novo Museu Nacional Resistência e Liberdade. A visita deve ser agendada através do preenchimento de formulário próprio, facilmente acessível na internet. Aconselho que seja programada com a duração de tempo suficiente para ser completa (duas horas).

O Museu é uma fortaleza antiga, construída no tempo da ocupação espanhola pelos reis Filipes, mas só concluída no início do reinado de João IV de Bragança, em 1645. Mais tarde acolheu o Regimento de Infantaria e durante o Estado Novo foi cadeia para presos políticos que se opunham a Salazar.

Ficaram célebres as fugas de António Dias Lourenço (em 1954) e a de Álvaro Cunhal, em 1960. Curiosamente, a evasão de Cunhal, acompanhado por mais nove companheiros seus, terá sido organizada a partir do exterior por Dias Lourenço.

Imperdível. Inesquecível.



Quem se interessa por conhecer pormenores da preparação da *Revolução de Abril* não poderá deixar de ver os nove episódios da excelente série documental, *A Conspiração*."

2. Quem se interessa por conhecer pormenores da preparação da *Revolução de Abril* não poderá deixar de ver os nove episódios da excelente série documental, *A Conspiração*, que a RTP1 tem difundido nas últimas semanas. As emissões, que ainda decorrem no horário mais nobre da estação, representam justas homenagens aos heróis do Movimento das Forças Armadas que libertaram o País há 50 anos. A série, escrita e realizada pelo cineasta António-Pedro Vasconcelos, é magnífica. Como se sabe António-Pedro viria a morrer a 5 de março de 2024, aos 84 anos. Poucos dias antes, mesmo internado no hospital, trabalhou na obra que nos deixou.

3. Na dimensão política, proponho o acompanhamento das notícias sobre o *Manifesto da Justiça* que foi, inicialmente, promovido por 50 personalidades provenientes de diversos quadrantes políticos que consideram urgente reformar as magistraturas como órgão de soberania.

A falta de transparência, as desigualdades no acesso à Justiça e a intolerável morosidade constituem, entre outras, componentes críticas ao Sistema que impõem profunda e inadiável Reforma.

4. Sem assumir a importância dos pontos acima enumerados, e apesar de eu mesmo ser parte interessada como coautor, aconselho a leitura da recente publicação intitulada *50 ANOS DEPOIS – AS POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL* que as Edições Almedina publicaram recentemente. Trata-se de um livro coordenado por Jorge Simões e que conta, em capítulos distintos, com a participação de Gustavo Cardoso, Jorge Reis Novais, Sara Vera Jardim e Vasco Franco.

É, estou certo, uma boa sugestão para a *Feira do Livro*, em Lisboa, que hoje tem início no Parque Eduardo VII e que decorrerá até 16 de Junho.

Ex-diretor-geral da Saúde
franciscogeorge@icloud.com

Técnicos de manutenção da TAP avançam para greve. Cancelamentos ameaçam verão

AVIAÇÃO Paralisação será de quatro dias em junho e julho e inclui greve ao trabalho suplementar por tempo indeterminado. Em causa está o não-pagamento dos aumentos salariais acordados com a administração da companhia.

TEXTO **RUTE SIMÃO**

O Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves (SITEMA) vai entregar hoje ao conselho de administração da TAP um pré-aviso de greve de quatro dias a todo o trabalho prestado na companhia nos dias 21 e 28 de junho e 5 e 12 de julho, e ao trabalho suplementar e deslocações em serviço a partir do dia 18 de junho, por tempo indeterminado. A paralisação abrange 700 técnicos de manutenção de aeronaves (TMA) da TAP e 80 da Portugália associados da estrutura sindical, e visa "pressionar a empresa a cumprir as obrigações acordadas e a valorizar devidamente os esforços adicionais dos trabalhadores" no âmbito do novo acordo de empresa (AE), assinado em dezembro de 2023 e publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* (BTE) no passado mês de fevereiro. Em causa está o não-pagamento dos aumentos salariais de 6% definidos para este ano. O SITEMA acusa a TAP de "inércia e falta de respeito pelos direitos dos trabalhadores" face aos compromissos assumidos no AE.



JORGE AMARAL / GLOBAL IMAGENS

TAP quer reduzir peso dos custos salariais e está a negociar com os trabalhadores.

A transportadora quer dar um passo atrás e renegociar alguns aspetos do documento, de forma a aliviar o peso da massa salarial na operação, depois de ter dado luz verde aos aumentos das remunerações no ano passado. O SITEMA garante que não irá ceder. "A TAP está a incumprir a aplicação do AE. Dizem que não há margem para aumentos e querem negociar. Fizeram-nos uma proposta para avançar com a concretização dos aumentos apenas após o final deste ano. Não estamos disponíveis para negociar aquilo que já o foi anteriormente, não foi isso que as pessoas votaram e não temos outra alternativa a não ser avançar com este pré-aviso de greve", justifica ao DN/Dinheiro Vivo o presidente da estrutura sindical. Jorge Alves diz que o novo AE "não é espetacular", tendo sido aprovado, em assembleia-geral, por pouco mais de 60% dos associados. "As pessoas não vão aceitar, mais uma vez, serem os parentes pobres disto", garante.

Quanto às disrupções da paralisação, o responsável atesta que o objetivo "não é fazer mossa na empresa", mas acredita que o protesto venha a originar distúrbios na operação, bem como cancelamentos de voos face à ausência de profissionais que assegurem a manutenção dos aviões.

"No dia em que ficarem com um avião no meio de África vai ser muito difícil tirá-lo de lá, como já aconteceu em greves anteriores. Terá de ser com recurso a colegas de outros sindicatos que não farão greve – e acontece com alguma frequência, porque os aviões avariam. Temos outros compromissos, aviões que vão deixar de estar disponíveis para voar, porque não saem do hangar a tempo. É possível que haja cancelamentos e, se chegarmos a fazer os quatro dias inteiros de greve, a TAP tem de mudar tudo em termos de manutenção para conseguir operar os voos e às vezes não é possível", antevê.

Recorde-se que a TAP encetou negociações durante mais de um ano com os trabalhadores para assinar os novos AE que vieram substituir os Acordos Temporários de Emergência (ATE), que vigoraram desde 2021, no âmbito do plano de reestruturação aprovado pela Comissão Europeia, ainda sob a liderança de Christine Ourmières-Widener. Coube a Luís Rodrigues conduzir as negociações com os representantes dos trabalhadores e restaurar a paz social na empresa. Mas o cenário de turbulência voltou à companhia depois de, no final do ano passado, o antigo ministro das Finanças, Fernando Medina, ter dado ordens ao CEO da transportadora aérea para cortar os custos com o pessoal, argumentando que a empresa está a incumprir as métricas definidas pelo Plano de Bruxelas. O rácio entre a massa salarial e as receitas estava, no final do 2023, nos 21%, acima dos 19% estipulados no documento de Bruxelas, de acordo com a informação veiculada pela transportadora aos sindicatos.

"A TAP tão depressa diz que o excedente da massa salarial são 70 milhões de euros, como aponta 80 milhões de euros. Não nos dão números certos e nunca tivemos nenhuma reunião com o responsável financeiro da empresa [Gonçalo Pires]", acusa Jorge Alves.

Contactada, a companhia aérea adianta apenas que "o processo [de negociação com os sindicatos] decorre como previsto".

O presidente do SITEMA diz não entender as contas apresentadas pela companhia. "Não conseguimos perceber por que é que 16% das pessoas levam 55% da massa salarial, e por que é que não há dinheiro para os outros. Fizeram acordos com os pilotos e com o pessoal navegante que não podem sustentar e agora estão a querer ir buscar dinheiro a todo o lado", acusa.

Negociações continuam

Luís Rodrigues começou a apertar o cinto no início do ano e os pilotos foram os primeiros – e até agora os únicos – a ceder ao apelo da administração para reduzir custos, ao aprovarem o congelamento dos aumentos salariais de 3% definidos para 2024 e 2025. Ainda assim, esta classe de trabalhadores tem estado debaixo de fogo depois de ter sido tornado público que a companhia aérea irá pagar, em maio e junho, uma compensação de seis salários-base extraordinários aos pilotos, como indemnização por ter ultrapassado, em 2023, o limite de contratação externa de voos previsto no AE do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC), conforme noticiou o jornal *Expresso*, que avançou com um impacto de 60 milhões de euros nas contas da companhia.

O representante do SITEMA lamenta que a TAP "não tenha negociado este pagamento com os pilotos no AE" e indica que "não terão de ser os técnicos de manutenção a pagar por isto". Também o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA) atesta que a situação "revoltou o pessoal de terra". "Para uns há dinheiro a rodos e para outros temos de diminuir? Não me parece que haja muito caminho para isso", aponta Paulo Duarte. Para já, o sindicalista diz aguardar que a TAP cumpra as obrigações estipuladas nos AE e adianta que, até agora, não foi chamado pela administração para renegociar o documento.

Já o porta-voz dos pilotos, Tiago Faria Lopes, assegura que a transportadora irá cumprir o pagamento dos salários compensatórios e defende-se das críticas afiançando que "os pilotos perderam mais do que ganharam nas negociações com a TAP". "Abdicámos dos aumentos salariais, da majoração definitiva dos feriados e da majoração temporária dos voos noturnos até ao final de 2025", enumera o presidente do SPAC ao DN/Dinheiro Vivo.

Do lado dos tripulantes, que definiram não receber aumentos salariais até 2026, as conversas com a administração estão a decorrer "numa lógica de entender a parte operacional e perceber o que tem existido de ganhos ou não por parte da empresa com o AE", enquadra o presidente do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), Ricardo Penarroias.

rute.simão@dimheirovivo.pt

Crédito a famílias em risco de incumprimento dispara quase 13%

BANCO DE PORTUGAL Corredor que conduz ao malparado está cada vez mais cheio de clientes em dificuldades para pagar ao banco. Problema é maior no segmento de consumo, mas agravou-se muito mais na habitação.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

O crédito bancário concedido a famílias que é classificado pelos bancos portugueses como estando no corredor ou à beira do malparado (falha no pagamento dentro do prazo acordado) disparou quase 13% em 2023, um dos valores mais elevados dos últimos anos, indica o Banco de Portugal (BdP) no novo *Relatório de Estabilidade Financeira*, ontem publicado. De acordo com a análise do banco central governado por Mário Centeno, o problema está essencialmente concentrado nas famílias mais pobres ou de menores rendimentos, que têm vindo a sentir cada vez mais dificuldade a honrar o pagamento das suas prestações ao banco.

O referido problema – designado de "categorias de risco de crédito *stage*2 [nível 2]", isto é, as que estão no tal corredor em vias de poderem vir a ser incumprimento (créditos não produtivos ou NPL, cujos clientes falham no pagamento, onde se inclui também o malparado, empréstimos por pagar há mais de 90 dias) – é um problema cada vez maior e está a motivar preocupação junto do BdP.

O aumento do crédito em risco de nível 2 afeta proporcionalmente mais o segmento do consumo, mas foi no crédito à habitação que a situação se degradou mais, avisa o BdP. "A potencial materialização de um cenário económico mais adverso, em particular com aumento do desemprego, e a manutenção de taxas de juro elevadas por mais tempo do que atualmente antecipado poderão diminuir a capacidade dos particulares para servir a dívida, potenciando uma maior materialização do risco de crédito", indica o Banco.

Ato contínuo, os bancos comerciais já estão a aumentar o nível de provisões ou cobertura por imparidades para ficarem mais protegidos face a este risco de famílias (mais pobres e de menores rendimentos), mas também de empresas mais "vulneráveis", poderem falhar cada vez mais nas prestações.

Para o BdP, isso é crucial para manter a solidez atual da banca nos tempos mais adversos que podem aí vir. "Caso se materializem condições adversas, nomeadamente na atividade económica, com implicações sobre o desemprego, poderemos assistir a uma deterioração da qualidade de crédito", afirma o BdP.

"Ainda que o rácio total de *non-performing loans* (NPL, créditos não produtivos entre eles o malparado) tenha continuado a diminuir em 2023, de 3% para 2,7% do total de crédito, a verdade é que parece haver um problema mais grave em gestação.

"De forma transversal às principais instituições, o rácio de empréstimos a particulares em *stage*2 aumentou 2,2 pontos percentuais (p.p.) para 10,4%, revelando a vulnerabilidade das famílias de menores rendimentos perante condições monetárias mais restritivas", alerta a instituição de Centeno.

É de lembrar que os empréstimos de nível 2 correspondem aos "contratos cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade", segundo define um dos maiores bancos do mercado o BCP.

Do mesmo modo, o crédito *stage 1* diz respeito aos "contratos cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial".

Mas os empréstimos *stage* 3 já são contratos "com sinais objetivos de imparidade", ou seja, já existe incumprimento por parte dos devedores, segundo a classificação disponibilizada pelo BCP no seu *site*.

O Banco de Portugal explica que esta dinâmica de agravamento dos créditos em *stage*2 de risco "refletiu uma transferência líquida de empréstimos para categorias de risco de crédito mais elevado, nomeadamente transições de *stage*1 para *stage*2, que contribuiu para um aumento de 12,6% do valor bruto dos empréstimos a particulares em *stage*2".

"Destes destacaram-se os empréstimos à habitação (contributo de 10,1 p.p.) tendo, neste segmento, o rácio de empréstimos em *stage*2 aumentado 2,3 p.p., para 9,8%". "Relativamente ao segmento consumo e outros fins, o rácio aumentou para 12,4% (+1,6 p.p.)".

> O Banco de Portugal considera que "o potencial de materialização de risco de crédito leva a que seja importante a existência de cobertura para fazer face a perdas".

Ou seja, embora o rácio de quase incumprimento das famílias seja naturalmente maior no segmento de consumo, ele está a subir mais depressa na componente habitação, onde está a fatia de leão dos empréstimos concedidos.

O BdP considera que "o potencial de materialização de risco de crédito leva a que seja importante a existência de cobertura para fazer face a perdas. O rácio de cobertura por imparidades de empréstimos a particulares em *stage*2 aumentou para 7,2% (+2,0 p.p.) por via do reforço das imparidades, na habitação e no consumo e outros fins".

Além do fator desemprego, o BdP sublinha que "o efeito acumulado da manutenção de taxas de juro elevadas na atividade económica e nos custos de financiamento, juntamente com eventuais subidas dos custos de produção e perturbações nas cadeias de abastecimento, potenciará a materialização de risco de crédito, em especial nas empresas e famílias mais vulneráveis".

O governador, Mário Centeno, diz que "no plano nacional, destacam-se ainda os riscos associados a um cenário de maior incerteza na condução da política económica, no quadro de um novo modelo de regras orçamentais europeias, que colocarão novos desafios à condução da política orçamental".

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt



LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

Centeno fala em riscos associados a "cenário de maior incerteza na condução da política económica".

Emprego e melhores salários ajudam contas da SS

O aumento das contribuições sociais foi determinante para o excedente orçamental de 5485 milhões de euros atingido no ano passado pela Segurança Social, o "maior desde, pelo menos, 2010", sublinha o Conselho das Finanças Públicas (CFP) no relatório *Evolução Orçamental da Segurança Social e da CGA em 2023*, divulgado ontem.

A receita efetiva da Segurança Social (ajustada do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas), cresceu 8,7% face a 2022, mas as contribuições sociais aumentaram 12,5%, em resultado da "criação líquida de emprego, decorrente de um enquadramento macroeconómico favorável", e também devido ao aumento do Salário Mínimo Nacional, que em 2023 aumentou em 55 euros para 760 euros, sublinha o CFP.

Já a despesa aumentou 5,2%, com as pensões a representarem a maior fatia na subida dos gastos (4,2%), refletindo "a atualização efetuada no início do ano, bem como a atualização intercalar das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, efetuada em julho", lê-se no documento.

Sobre as atualizações extraordinárias de pensões, o CFP salienta o aumento do seu peso na despesa efetiva desde 2017, ano em que começaram a ser feitas . Segundo o CFP, em 2017 representavam 77 milhões de euros e, em 2023, já tinham subido para 935 milhões.

Apesar dos bons números da Segurança Social, a instituição liderada por Nazaré da Costa Cabral critica a gestão do anterior Executivo, dizendo que "os desvios face ao Orçamento da Segurança Social inicial para 2023, tanto no lado da receita, como no lado da despesa, não evidenciam um processo de orçamentação em linha com as melhores práticas de gestão financeira pública, com aumentos intercalares de despesa decididos após a aprovação do orçamento." **C.A.R.**

Stephen Bronner
"As negociações vão ter que ser impostas de fora, na Ucrânia e em Gaza"

GUERRA O professor de Ciência Política da Universidade de Rutgers e codiretor do Conselho Internacional de Diplomacia e Diálogo esteve em Lisboa para os *Mafra Dialogues*. Ao DN falou de como a guerra na Ucrânia está a ser vista nos EUA, das comparações com o conflito entre Israel e o Hamas, e dos cenários das Presidenciais de novembro nos EUA.

ENTREVISTA **SUSANA SALVADOR**



SERGEY BOBOK / AFP

A guerra na Ucrânia ainda é uma prioridade para os EUA face à guerra em Gaza, e tendo em conta que a China, não a Rússia, é considerada a maior ameaça para a política externa norte-americana?
Quando a guerra começou, havia um apoio enorme e um entusiasmo pelos ucranianos. As pessoas estavam emocionadas com a sua resiliência e capacidade de resistência ao invasor. Agora... a verdade é que os EUA, e usando o Vietname como um exemplo, não são muito bons no que diz respeito a um apoio alargado. Especialmente para qualquer aventura militar e quando começam a perder. E claramente a situação já não é o que era. No início, parecia que seria uma questão de meses até a Ucrânia dar a volta. Foi ingénuo e excessivamente otimista. E agora, claro, há problemas imensos.
Acha que a postura do presidente Joe Biden tem sido a melhor?
Acho que a política do presidente Biden tem sido muito boa. Ele garantiu um apoio alargado, um apoio que é necessário para revitalizar a NATO e para os EUA tentarem restringir e enviar uma mensagem para uma antiga superpotência que está a tentar reclamar o império que perdeu. E claro, isto solidifica os laços norte-americanos com a Europa e com alguns pequenos países da região na fronteira com a Ucrânia. Há um medo enorme, que vem de 1938, em relação à forma como os Aliados ocidentais apaziguaram Hitler... Acho que essa é uma falsa analogia. O apaziguamento é um problema quando parece que o outro lado está a ganhar e a ganhar rapidamente. E não é esse o caso aqui. Acho que talvez seja possível que o presidente Putin, se for bem-sucedido na Ucrânia, possa atacar a Moldávia e outros pequenos países frágeis, mas seria necessário gastar muitos recursos e meios humanos para pensar num ataque sério à Europa. Essa é a minha opinião.
Mas considera que a ajuda dos EUA tem sido suficiente?
É algo estranho, porque apesar de Biden ter dado muita ajuda militar à Ucrânia, a ajuda é temperada, tanto na questão do que é dado – por exemplo, os EUA não deram F16 – como no facto de a ajuda estar a chegar de forma regrada. Não é como se todos os "brinquedos" militares estão a ser enviados em cinco minutos, prontos para ser usados. E claro, o presidente deixou claro que não haverá militares norte-americanos no terreno. O último ponto que gostaria de tocar é uma das críticas que faço. Acho que é importante colocar condições à ajuda que é enviada para a Ucrânia. Como foi feito em relação a Israel, quando se disse que se não der determinados passos em direção à paz, o apoio militar dos EUA pode ser diminuído.
Mas não acha que é uma situação totalmente diferente? A Ucrânia foi invadida, está a defender-se, a tentar recuperar o território, enquanto Israel é quem está a atacar Gaza para tentar desmantelar o Hamas, após o ataque terrorista do 7 de Outubro, matando nesse processo inúmeros civis...
É um ponto importante. Como eu vejo, a questão não é simplesmente o Governo. É sempre um erro, da mesma forma com Israel e o Hamas, identificar os interesses da liderança com os interesses dos cidadãos. Na Ucrânia, o país está a ser completamente obliterado. É uma desgraça em termos de Direitos Humanos, tal como Gaza, onde milhões estão internamente deslocados, a infraestrutura está obliterada... Da mesma forma, o presidente Zelensky identificou os seus interesses com a vitória, pura e simples. Não acho que isso seja do interesse dos cidadãos. É outra semelhança com a situação no Médio Oriente, a obstinação de ambos os lados, de ambos os líderes. O presidente Zelensky disse que não irá negociar até todas as tropas russas terem saído do solo ucraniano. O presidente Putin disse que não vai negociar até as suas conquistas terem sido reconhecidas. O que isso basicamente significa é que não há negociações a não ser que as exigências de cada lado sejam cumpridas primeiro.
E é impossível conciliar ambas...
Certo. Se as exigências de cada lado são cumpridas primeiro, então não há razão para negociar. Por isso acho que as negociações vão ter de ser impostas a partir de fora, na Ucrânia e em Gaza. Independentemente das diferenças.
O último pacote de ajuda à Ucrânia demorou mais de um ano a ser aprovado e só agora está a chegar à frente. E o que vemos é a Rússia a avançar, com os ucranianos a ter dificuldades para se defenderem. Ao atrasar essa ajuda, será que os EUA não tornaram mais difícil chegar a uma posição de negociar?
Na minha opinião, e esta é uma posição que também sempre tomei em relação aos palestinianos, a questão é: será que querem minimizar as perdas ou continuar a apostar que, apesar de estarem a perder, no final vão ganhar? Será que isso faz sentido? Eu iria mais para a primeira hipótese do que para a segunda, embora seja menos dramático e menos heroico. Mas o que levantou foi uma preocupação crucial. O problema não foi com esse pacote de ajuda. O problema não foi o presidente Biden ou os democratas. O problema foram os republicanos. E também, tenho de dizer, a extrema-esquerda do Partido Democrata.



"Assumir que Trump vai atuar com este tipo de realpolitik *rigorosa é um erro. E a sua visão de interesse nacional é sempre identificada com o seu próprio interesse."*

Stephen Bronner
Professor de Ciência Política na Universidade Rutgers (EUA)



De certa forma, os extremos unem-se. Para os republicanos, o isolacionismo é um tema que remonta ao presidente Wilson e à Liga das Nações, nos Anos 1920. A ideia da *América Primeiro*, que o ex-presidente Trump usa, era o *slogan* do movimento quase fascista dos Anos 1930. O movimento da *América Primeiro* queria que a América ficasse de fora do conflito entre fascistas e antifascistas e, nesse processo, tender a favor dos fascistas. Hoje, para os republicanos, a situação é semelhante. O partido quer que os EUA fiquem de fora da batalha, de forma a ajudar a Rússia. Se recuarmos uns anos e pensarmos nas ligações que existiam entre Putin e Trump, é claro que a posição que foi apresentada foi basicamente ordenada pelo ex-presidente, que tem muito controlo do partido nesta altura.

E no caso dos democratas?

Com os democratas da extrema-esquerda é um pouco diferente. Na minha opinião, eles têm uma certa visão de um anti-imperialismo romântico. E isso envolve uma desconfiança dos EUA em questões de política externa. Alguns têm uma certa tendência de olhar para Putin com um olho na antiga União Soviética, de uma forma romântica. É completamente irrealista. Além disso, alguém me disse isto e há uma certa verdade: a esquerda americana que tem problemas em entender algo em que os EUA não são os vilões. Isso é uma posição que remonta, na realidade, à Guerra Fria e às lutas contra a Guerra no Vietname, pelas quais tive grande simpatia. A falta de confiança que é dada à NATO por esta setor da cidadania é real e tem raízes sérias no anti-imperialismo. E existe a crença básica, entre muitos, de que a NATO provocou a guerra. Por outras palavras, ao instigar, ao cortejar de forma tão forte a Ucrânia, eles atiçaram o urso. Não acho que isto faça sentido, mas muitas pessoas acreditam. Logo, há uma certa convergência entre dois grupos que, de outra forma, não têm nada a ver um com o outro. Mas isso torna-se num bloqueio e não tenho dúvida que isto será um tema nas próximas eleições.

Se os democratas recuperarem o controlo do Congresso, mesmo que Biden ganhe, esse grupo à esquerda poderá colocar barreiras a mais apoio à Ucrânia?

É possível, mas é um grupo muito pequeno e muito menos poderoso do que os extremistas do Partido Republicano. Há quem diga que se Trump ganhar, haverá uma continuação da política atual. Porque será do interesse nacional não apoiar a Rússia, alinhar-se com a China, continuar a dar armas à Ucrânia. Não acho que seja verdade. Assumir que Trump vai atuar com este tipo de *realpolitik* rigorosa é um erro. E a sua visão de interesse nacional é sempre identificada com o seu próprio interesse. E, se isto é verdade, então vamos ver uma quebra brusca do apoio.

É isso que acha que vai acontecer se Trump ganhar?

Acho que será um desastre. A minha posição sobre muitas coisas na política é: "Se alguém te diz algo, acredita. Não o descartes." Trump ameaçou cortar entre um terço e metade de todos os funcionários federais. Também prometeu uma purga nos Serviços de Informação e no FBI, colocando as suas pessoas nos cargos, e assim enfraquecendo a separação dos poderes e reforçando o seu próprio poder. Acho que a vitória de Trump também iria capacitar os racistas, a extrema-direita, os supremacistas, os nacionalistas cristãos... Vão sentir-se encorajados. Questões como o aborto e outros assuntos que estão ligados aos direitos e liberdades civis, vão ser empurrados da mesa.

Acha que poderá ser ainda pior do que os primeiros quatro anos?

O abismo não tem fim, digamos assim. E em matéria de política externa, Rússia à parte, haverá também claramente um recuar de fundos em todo o lado. A crença básica dos seus apoiantes é: "Por que é que temos que enviar este dinheiro todo para o estrangeiro, quando temos tantos problemas em casa?" Claro que os EUA não estão a chegar ao pé do presidente Zelensky e a dar-lhe 60 mil milhões... O material é fabricado nos EUA.

Grande parte do dinheiro fica na indústria de armas nos EUA, logo está basicamente a ajudar a economia norte-americana...

A maioria das pessoas não sabe disso. E depois há o racismo crescente, que está a tornar-se corrosivo. As coisas que são permitidas na esfera pública... E podia ser legítimo falar assim, agir assim, nos estados mais reacionários. Mas que isto esteja a acontecer a nível federal... é muito embaraçoso.

Mas para muitos, Biden não é uma boa alternativa...

Eu não percebo que se fale da questão da idade. A diferença de idades entre eles não é assim tão grande. Trump não é propriamente um jovem. E, talvez por ser mais velho, acho que devemos julgar o homem pelo que ele fez politicamente. Biden já apresentou mais projetos de lei para lidar com temas do interesse dos cidadãos americanos do que qualquer presidente desde Franklin Roosevelt ou Lyndon Johnson. Tem sido uma megamudança. Os empréstimos dos alunos que foram perdoados, a infraestrutura que foi construída, os EUA reafirmaram-se nas questões internacionais, já não somos motivo de chacota... Quando Trump estava no poder, os EUA eram uma piada constante. Acho que Biden tentou restabelecer a dignidade da Casa Branca. E é um tipo bom. Isto é de grande importância.

susana.f.salvador@dn.pt

ANC arrisca perder maioria. Estagnação traz incerteza eleitoral

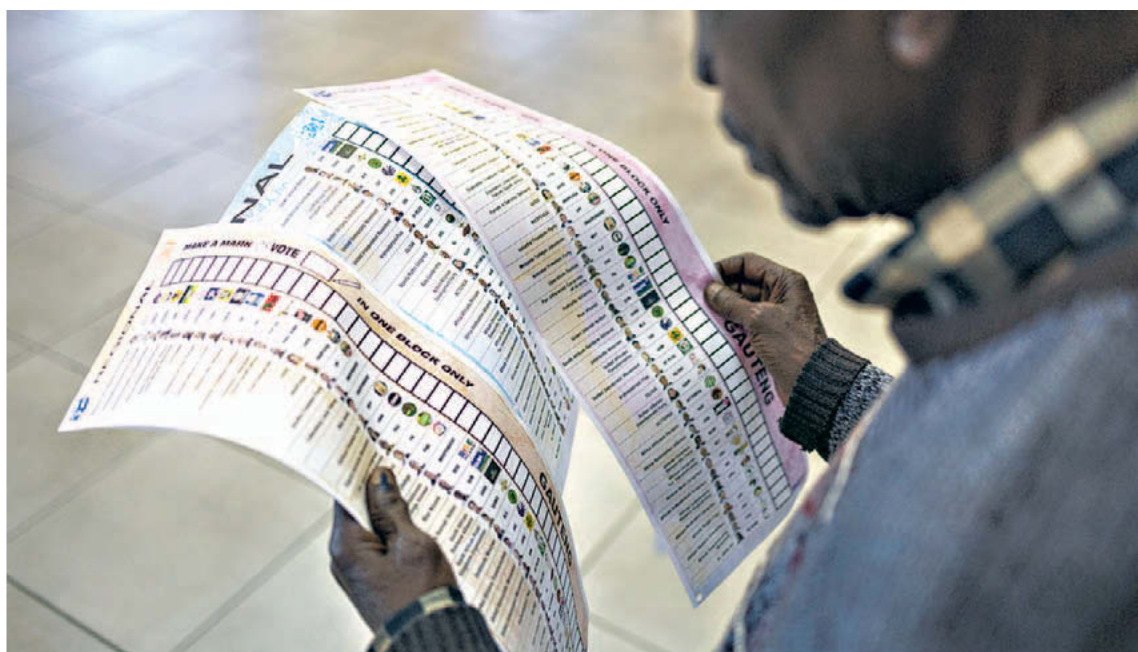
ÁFRICA DO SUL Pela primeira vez em 30 anos o desfecho do escrutínio pode não dar maioria absoluta ao Congresso Nacional Africano (ANC), mas Ramaphosa não terá reeleição em risco.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

O partido de Nelson Mandela combateu o regime racista de *apartheid* e protagonizou uma transição feliz para a democracia, onde prometeu construir uma vida melhor para todos. Passados 30 anos a esperança deu lugar à desilusão. Embora a vitória nas eleições nacionais e provinciais não esteja em causa, os 27,8 milhões de eleitores poderão passar a fatura ao ANC e escolher entre outros 51 partidos em número suficiente ao ponto de retirar a maioria absoluta.

São muitos e de monta os problemas de África do Sul. A desigualdade, herdada do anterior regime, mantém-se nos rendimentos (que o país lidera), mas também no acesso à Educação, à Habitação ou aos serviços essenciais. No geral, tendo em conta o clima e uma gestão questionável das infraestruturas, os cortes de água e de eletricidade – que depende de centrais a carvão – tornaram-se comuns. O banco central sul-africano estima que, graças à interrupção de eletricidade, houve em 2023 uma perda diária de 45 milhões de euros.

A economia do país mais industrializado de África – que fechou 2023 à beira da recessão – debate-se com outros desafios, da baixa produtividade à corrupção e ao desemprego. Os números oficiais dizem que um em cada três sul-africanos não tem emprego, situação que se agrava no grupo etário mais novo: aí chega aos 45%. Com os indicadores socioeconómicos no vermelho, os índices de criminalidade violenta aumentaram na última década. Com um agravamento de mais de 60% de homicídios em 10 anos, em cada 19 minutos um sul-africano é vítima de assassínio. No último congresso do ANC, um documento alertava para o facto de bandos instalados e redes de extorsão terem procurado estabelecer formas criminalizadas de governação. Desde 2019 registaram-se 166 assassínios políticos, segundo dados da Iniciativa Global Contra o Crime Organizado. Estes crimes estão por norma ligados à obtenção de contratos públicos ou para chegar ao controlo dos partidos, tudo ao nível local.


MICHELE SPATARI / AFP

Antes do voto antecipado, um eleitor observa os boletins onde figuram 52 partidos.

É neste contexto que a África do Sul elege os 400 deputados e os representantes das assembleias das nove províncias. O ANC tem vindo a perder terreno em cada eleição, que se realiza em cada cinco anos. Em 2019, caiu 4,6 pontos percentuais em relação a 2014, mas ainda assim foi a escolha de 57,5% dos eleitores. Caso não atinja a maioria absoluta, como indicam várias sondagens, pela primeira vez ao nível nacional vai ter de haver um acordo pós-eleitoral para garantir uma maioria parlamentar e a escolha do presidente.

Na África do Sul, o chefe de Estado, que é também o líder do Executivo, é eleito pelos deputados no início da legislatura. É esperado que Cyril Ramaphosa, de 71 anos, seja reeleito para um segundo e último mandato. É tido como muito improvável que outro partido consiga impor outro candidato presidencial num acordo de governação.

Até ao dia de eleições, o ANC evitou pronunciar-se sobre os cenários de coligação. Na realidade, depende da percentagem obtida: se ficar perto dos 50% o mais certo será abordar pequenas formações partidárias. Um *score* mais baixo obrigará o partido a fazer escolhas mais consequentes. À direita, a Aliança Democrática, o segundo maior partido, cuja maior base eleitoral se encontra na população não negra, maioritário na província do Cabo Ocidental, exige privatizações e desregulação da economia. À esquerda, o partido do dissidente do ANC Julius Malema, Combatentes pela Liberdade Económica, que defende nacionalizações e a expropriação de terras. Também nesta ala se encontra o novo partido do ex-presidente Jacob Zuma, MK. Apesar de o próprio não poder ser eleito por ter sido condenado a uma sentença de prisão superior a 12 meses – e de ter saído do poder após escândalos de corrupção –, deverá desviar muitos votos do ANC, em especial em Kwazulu-Natal (*ver texto abaixo*). Mas dado o tom de confronto, não se descortina um acordo entre ANC e MK.

cesar.avo@dn.pt

Nova força de Zuma tenta conquistar a fortaleza do seu antigo partido

KWAZULU-NATAL A segunda província em população pode ter um papel decisivo em retirar a maioria ao partido no poder desde o fim do *apartheid*.

Numa aldeia aninhada nas montanhas da província de Kwazulu-Natal, o novo partido do antigo presidente Jacob Zuma tem feito uma campanha incansável para conquistar os eleitores do seu antigo partido, o ANC. Na segunda-feira, em tendas montadas pelos dois partidos à porta de uma escola que serve de assembleia de voto, tocavam-se canções partidárias a dar as boas-vindas aos primeiros eleitores que esperavam influenciar.

Alguns, incluindo os idosos e os doentes, já puderam votar na segunda-feira, no que se espera ser a eleição mais renhida das últimas décadas. O aparecimento do partido *uMkhonto we Sizwe* (MK) de Zuma aumentou a tensão em Kwazulu-Natal, um campo de batalha eleitoral famoso pela violência política. Em KwaXimba, uma zona rural pontilhada por cabanas de colmo nos arredores da cidade oriental de Durban, as vacas passeiam ao sol pelas ruas cobertas de cartazes de campanha dos partidos rivais. Muitos aqui reverenciam Zuma, de etnia zulu, que nasceu na província. "Há muito que precisamos de mudanças nas nossas vidas", disse Thokozani Mthembu, coordenador local do MK em KwaXimba.

Algumas sondagens apontam para uma vitória do MK poderá ganhar em Kwazulu-Natal. Muitos habitantes de KwaXimba voltaram-se para o MK, lamentando a contínua escassez de água e eletricidade, que alguns culpam pela má gestão do ANC. A votação decorreu sem problemas em KwaXimba durante o dia, mas num ambiente tenso. Mthembu afirma que depois de Zuma, 82 anos, ter realizado um comício na aldeia, em janeiro, o partido recebeu ameaças de apoiantes do ANC. Foram também erradamente informados de que o MK iria retirar os subsídios sociais e a habitação gratuita, afirmou. O ANC nega qualquer irregularidade.



Jacob Zuma
Líder do partido MK

Ao fundo da estrada da escola, as galinhas cacarejavam no quintal de Nicolas Ndlovu, de 66 anos, enquanto esperava que os funcionários eleitorais chegassem a sua casa e lhe permitissem votar antecipadamente.

Depois de ter lutado pelo ANC durante a luta anti-*apartheid* e de ter apoiado o partido toda a vida, Ndlovu diz que agora espera vê-lo na oposição, para que "talvez possam trabalhar mais e recuperar o poder". O apelo de Zuma estende-se aos jovens: "O velho, por mais velho que seja, ainda valoriza a nossa contribuição e ainda permite que sejamos vencedores", disse Nkazimula Makhanya, de 26 anos, desempregado, referindo-se a Zuma.

DN/AFP



Um rapaz numa varanda em Rafah, com o fumo de mais ataques israelitas.

AFP / EYAD BABA

Tanques israelitas já estão no centro de Rafah

GUERRA Novo ataque atinge campo de deslocados. Espanha, Irlanda e Noruega reconhecem oficialmente o Estado Palestiniano.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Após uma noite de bombardeamentos, os tanques israelitas avançaram ontem no centro de Rafah, com quatro projéteis de artilharia alegadamente a atingir um campo de deslocados em al-Mawasi. Pelo menos 21 pessoas terão morrido naquele que é apontado como o segundo ataque em zonas que tinham sido dadas como seguras pelos israelitas. Espanha, Irlanda e Noruega oficializaram ontem o reconhecimento do Estado Palestiniano, desencadeando acesas críticas do lado de Israel.

O chefe da diplomacia israelita, Israel Katz, acusou o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, de ser "cúmplice de incitação ao assassinato do povo judeu e de crimes de guerra" numa mensagem no X. O chefe do Governo espanhol insistiu que reconhecer o Estado Palestiniano "é a única forma de avançar para a única solução possível para alcançar um futuro de paz: a de um Estado Palestiniano que coexista ao lado do Estado de Israel em paz e segurança". Na véspera, Israel já tinha dado ordens para proibir o consulado espanhol em Jerusalém de prestar serviços aos residentes de fora do distrito.

O chefe da diplomacia espanhola, José Manuel Albares, disse que haverá uma resposta coordenada dos três países que estão a ser vítima de "provocações, ataques e boatos infames" da parte de Israel. "Acordámos dar uma resposta coordenada, serena e firme. Ninguém nos intimida e ninguém afastará o Governo de Espanha de apoiar a legalidade internacional, a justiça e o sentimento profundo do povo espanhol em relação à Palestina e também de amizade com o povo de Israel", afirmou.

Enquanto o reconhecimento do Estado Palestiniano avança, Israel ignora os apelos a uma pausa nos combates para permitir negociar a libertação de reféns. Tanques israelitas foram ontem vistos no centro de Rafah pela primeira vez, com Israel a dizer prosseguir as operações limitadas a leste da cidade – os EUA, entre outros, alertaram contra uma operação de larga escala.

Um novo centro de deslocados foi contudo atingido a oeste da cidade. Segundo as autoridades locais, controladas pelo Hamas, pelo menos 21 pessoas terão morrido. As Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) negam ter realizado qualquer ataque na zona.

Sobre o ataque no domingo à noite, que desencadeou um incêndio que terá matado 45 pessoas e causou consternação a nível internacional, Israel acredita que as suas munições sozinhas não foram as únicas responsáveis. O porta-voz das IDF, Daniel Hagari, disse que foram lançadas duas bombas de 17 quilos no alvo (alegadamente uma base do Hamas), que era afastado das tendas. "Estamos a analisar todas as hipóteses, incluindo a opção de que as armas [do grupo terrorista] armazenadas no local ao lado do alvo podem ter sido detonadas como resultado do ataque", indicou, explicando ainda que a zona atacada não era uma "zona segura" e ficava a 1,7 quilómetros da área humanitária.

Apesar da situação do terreno, os *media* egípcios dizem que o Egito está a tentar retomar as negociações para uma trégua e a libertação dos reféns ainda nas mãos do Hamas. Ontem, a Jihad Islâmica Palestiniana divulgou um vídeo de um deles – identificado pelos *media* israelitas como sendo Sasha Trupanov, de 28 anos. As famílias apelam ao Governo de Israel que avance nas negociações.

susana.f.salvador@dn.pt

Investigação preliminar de Israel aponta para eventual detonação de armas do Hamas em armazém como resultado do ataque israelita.

Trump dá dez razões para dúvida razoável

O julgamento de Donald Trump entrou na fase final em Nova Iorque, com a defesa a apresentar aos jurados dez razões para considerarem que há "dúvida razoável" e o absolverem. O ex-presidente é acusado de 34 crimes de falsificação de registos empresariais para encobrir a compra do silêncio de uma estrela pornográfica com quem terá tido um caso – ele nega tudo.

Durante cerca de três horas, o advogado de Trump, Todd Blanche, apresentou as alegações finais, insistindo nas mentiras da principal testemunha da acusação: o ex-advogado Michael Cohen. E deu dez razões para absolver o ex-presidente, desde o facto de ter sido o próprio Cohen a criar os registos dos pagamentos, sem haver provas de que Trump sabia, até aos cheques que este não viu. Ou simplesmente porque não havia intenção de fraude ou de influenciar as eleições de 2016. Outra das razões é o facto de considerarem que houve "manipulação" de provas.

Do lado de fora do tribunal, houve um confronto de posições. De um lado o ator Robert de Niro, que apelidou Trump de "palhaço" e avisou que ele será um "ditador para a vida" se vencer de novo as eleições. Do outro, os filhos do ex-presidente, Donald Trump Jr. e Eric Trump, que saíram em sua defesa – dizendo que o pai está a ser "censurado" por não poder falar publicamente do julgamento. Falaram numa "caça às bruxas", dizendo que "tem de parar" e pedindo "desculpa" aos jurados. "Esta foi a maior perda colossal de tempo", disseram.

Do lado da acusação, o procurador Joshua Steinglass começou ontem as suas alegações finais, devendo o dia em tribunal prolongar-se para lá do horário normal até estas acabarem. É esperado que hoje o juiz Juan Merchan dê as últimas instruções aos jurados, que depois devem começar a deliberar. **S.S.**

BREVES

Ex-líder da secreta vai suceder a Rutte

O Governo de coligação dos Países Baixos, liderado pelo partido de extrema-direita de Geert Wilders, nomeou ontem o ex-diretor dos Serviços Secretos Dick Schoof para primeiro-ministro, sucedendo a Mark Rutte, que assegurou interinamente o cargo durante mais de dez meses. Atual responsável máximo no Ministério da Justiça e Segurança, Dick Schoof dirigiu o Serviço-Geral de Informações e Segurança, foi coordenador Nacional de Contraterrorismo e Segurança e diretor do Serviço de Imigração e Naturalização. Wilders, líder do Partido para a Liberdade (o mais votado nas eleições de novembro), disse estar "extremamente feliz e muito orgulhoso" com o consenso entre os quatro partidos. A coligação inclui ainda o Partido Popular para a Liberdade e a Democracia, de Rutte, o Novo Contrato Social, e o Movimento Agricultores-Cidadãos.

Parlamento da Geórgia aprova lei polémica

O Parlamento da Geórgia anulou ontem o veto presidencial à lei sobre agentes estrangeiros, rejeitada pela oposição por ser semelhante à *Lei Russa* sobre dissidentes. Dos 104 deputados presentes, 84 votaram a favor da lei e contra o veto imposto em 18 de maio pela presidente, a pró-europeia Salome Zurabishvili. A maioria dos deputados da oposição abandonou o hemiciclo no momento da votação, segundo a AFP. A hipótese de o veto ser ultrapassado causou grandes protestos em Tiblíssi durante semanas, sendo também criticada pelo Ocidente. Os EUA apelidaram ontem a lei de "antidemocrática", dizendo que "não está conforme às regras europeias" e condenaram a anulação do veto. A presidente tem agora cinco dias para aprovar o projeto de lei. Se não o fizer, o líder do Parlamento assiná-lo-á como lei.



Um mês depois das eleições, Pinto da Costa passou o testemunho a Villas-Boas como presidente da SAD portista.

Villas-Boas deita "mãos à obra" enquanto Conceição prepara o adeus

FC PORTO Na tomada de posse, o novo presidente da SAD disse querer a "participação ativa" de todos os funcionários. Um deles é o treinador, que nas próximas horas deve oficializar a saída, após sete temporadas a comandar os dragões. Pepe também estará com um pé fora do Dragão.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

André Villas-Boas tomou ontem posse como presidente da SAD do FC Porto, numa Assembleia-Geral da sociedade que se realizou ao fim da manhã. Iniciou-se assim, finalmente, a nova era Dragão, tendo o novo líder, vencedor das eleições do clube realizadas a 27 de abril. Após uma espera de 31 dias, Villas-Boas já pode dizer "mãos à obra".

"Dá-se o completar de todo o ciclo e processo que foram ditados pelo ato eleitoral. Agora, já podemos dizer 'mãos à obra', porque é preciso continuar a colocar este clube no rumo das vitórias. Desta forma, fica tudo oficializado e vamos ao trabalho", disse, determinado, aos meios de comunicação do clube, acrescentando que os primeiros passos seriam "conhecer os funcionários da SAD e das empresas do grupo". E, para isso, garantiru ir sentar-se "com toda a gente" com o objetivo de "dar as linhas orientadoras" para os quatro anos do seu mandato, afinal é sua intenção "ter a participação ativa de todos os funcionários", que considera "fundamental para uma boa organização empresarial".

Ao mesmo tempo que André Villas-Boas, de 46 anos, tomava posse na SAD, no Estádio do Dragão, no Centro de Treinos do Olival estava Sérgio Conceição para elaborar o relatório final da temporada, onde refere os pontos positivos e negativos, bem como a avaliação de todos os jogadores, seguindo ainda as recomendações para que se evitem erros recentes na nova época que, ao que tudo indica, já não será sob o seu comando.

Este terá sido um dos seus últimos atos como treinador do FC Porto, uma vez que nas próximas horas Sérgio Conceição irá reunir-se com André Villas-Boas para uma conversa final sobre o futuro, sendo que o mais provável é que ambos comuniquem o final de uma ligação de sete temporadas, apesar de o técnico ter um acordo assinado – pelo ex-presidente Pinto da Costa – que é válido até 2028.

> Sérgio Conceição reúne-se nas próximas horas com André Villas-Boas, mas a saída parece inevitável. E até Galeno já deu a entender que será esse o desfecho: "Vamos sentir muito a falta dele."

No entanto, tendo em conta que existe uma cláusula que permite a saída do Sérgio Conceição no caso de Pinto da Costa não ser reeleito, tal como aconteceu, facilita o divórcio, sendo que na cerimónia de entrega da Taça de Portugal no museu do FC Porto, o novo presidente já deixou a entender que esse cenário é inevitável, ao dizer: "Obrigado por sete anos maravilhosos de vitórias e títulos."

E ontem mesmo Galeno deixou isso bem claro, no aeroporto, à partida para férias. "O Sérgio vai ser feliz e vamos sentir muito a falta dele", disse o extremo brasileiro, acrescentando esta foi "uma boa época", mas que é preciso "preparar bem a próxima".

E para que isso aconteça é preciso que André Villas-Boas clarifique quem será o treinador do FC Porto, razão pela qual o futuro de Sérgio Conceição deverá ser anunciado o mais rápido possível.

Outra das decisões que o novo presidente da SAD tem de tomar nos próximos dias prende-se com o capitão Pepe, que aos 41 anos renovou com Pinto da Costa por mais uma temporada, nos mesmos moldes de Conceição. Agora, a última palavra irá pertencer a Villas-Boas e ao novo diretor Desportivo Andoni Zubizarreta, sendo que o jornal catalão *Sport* já garantiu que o defesa-central estará "com pé e meio" fora do FC Porto, garantindo que a nova SAD dos dragões pretende rejuvenescer o plantel. Recorde-se que a época de Pepe foi muito irregular, com várias lesões, a última das quais (no tendão de Aquiles) impediu-o de jogar a final da Taça de Portugal e coloca-o em dúvida para o Euro2024.

Administração mais pequena

A administração da SAD do FC Porto passa agora a ter apenas cinco elementos, uma diminuição significativa, tendo em conta os nove nomes que compunham a sociedade na gestão de Pinto da Costa.

André Villas-Boas é assim, desde ontem, o presidente da SAD, contando com José Pereira da Costa como responsável pelo pelouro financeiro, Carlos Gomes da Silva, antigo administrador da petrolífera Galp, como vice-presidente, num elenco completado por Maria do Rosário Moreira, docente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, e Ana Teresa Lehmann, que de 2017 a 2018 foi secretária de Estado da Indústria do XXI Governo, então chefiado pelo socialista António Costa. Já as presidências da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da SAD ficam a cargo de António Tavares e Angelino Ferreira, respetivamente.

carlos.nogueira@dn.pt

Supertaça joga-se a 3 de agosto

A Supertaça Cândido de Oliveira, entre o campeão Sporting e o FC Porto, vencedor da Taça de Portugal, disputa-se a 3 de agosto, às 20.15 horas, em Aveiro, anunciou ontem a Federação Portuguesa de Futebol. Trata-se do primeiro troféu de 2024/25, que pela quinta vez consecutiva terá como palco o Estádio Municipal de Aveiro. Os leões vão tentar levantar a 10.ª Supertaça do seu historial em 12 participações, enquanto o FC Porto tentará a sua 24.ª conquista, à 34.ª presença. As duas equipas não se encontram neste troféu desde 2008, sendo que este será o 250.º clássico entre leões e dragões da história do futebol português. Nas quatro vezes em que disputaram este troféu, o Sporting venceu sempre: num terceiro jogo nas edições de 1994/95 e 1999/2000 e em embate único em 2006/07 e 2007/08. O FC Porto é quem tem mais troféus (23), seguido de Sporting e Benfica (9), Boavista (3) e V. Guimarães (1).

Sete portugueses do Pireu a sonhar com o primeiro título europeu

LIGA CONFERÊNCIA Olympiacos decide hoje final com a Fiorentina. Clube grego com tradição de jogadores e treinadores lusos quer fazer história. Jogo terá Artur Soares Dias a apitar.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

Rúben Vezo, David Carmo, Chiquinho, André Horta, João Carvalho, Gelson Martins e Podence. O que têm em comum estes sete jogadores portugueses? São todos futebolistas do Olympiacos e esta noite (20.00, SIC) podem conquistar a Liga Conferência, caso vençam a Fiorentina na final que se realiza em Atenas, na Grécia, e que será apitada por... Artur Soares Dias.

Se, em tempos, o Wolverhampton foi o clube estrangeiro da Europa com mais portugueses – chegaram a ser mais de 10 –, atualmente esse epíteto pertence ao Olympiacos. São sete, mas podiam ser mais, pois o clube de Istambul chegou a ter esta época como treinador Carlos Carvalhal e Pedro Alves como diretor desportivo. Ambos saíram em fevereiro, mas a comunidade portuguesa de jogadores ficou.

A maioria chegou no mercado de janeiro, precisamente a pedido de Carvalhal. Foram os casos de David Carmo (cedido pelo FC Porto), André Horta (emprestado pelo Sp. Braga), Chiquinho (a custo zero do Benfica) e Rúben Vezo (ex-Levante). Mas já lá estavam desde o início da época João Carvalho, Gelson Martins e Podence (o Melhor Marcador da equipa com 15 golos).

Mas as afinidades a Portugal não se ficam por aqui, porque no clube do Pireu há outros jogadores que, apesar não terem nacionalidade portuguesa, atuaram no nosso país, casos de Jovane Cabral e Sotiris (ambos cedidos pelo Sporting) e ainda Fran Navarro (ex-FC Porto).

Esta será a primeira final europeia de sempre do Olympiacos, o clube grego com mais títulos nacionais conquistados (um total de 47). Na Grécia, até hoje, apenas o Panathinaikos tinha atingido uma final da UEFA – a Taça dos Campeões Europeus, em 1970-71, perdida diante do Ajax.

"Ganhar esta final seria algo incrível. Ficaríamos na história do Olympiacos e do futebol grego. Sabemos que será muito difícil contra uma equipa italiana que compete ao mais alto nível, mas nunca se sabe numa final", referiu o treinador espanhol José Luis Mendilibar, de 62 anos, o sucessor de Carlos Carvalhal que no ano passado venceu a Liga Europa pelo Sevilha e quer esta noite somar mais uma conquista europeia.



Olympiacos joga esta noite a sua primeira final europeia.

Curiosamente, esta final surge cerca de um mês depois de o clube grego ter feito história nas camadas jovens, ao conquistar a *Youth League* (a *Champions* dos juniores), depois de deixar o FC Porto nas meias-finais e ter batido o AC Milan no jogo decisivo.

Caminhos até à final

O Olympiacos, que terminou o Campeonato Grego no terceiro lugar, começou a campanha europeia na Liga Europa, mas o terceiro lugar no Grupo A relegou os helénicos para o *play-off* da terceira prova continental, no qual afastou o Ferencvárosi com dois triunfos (1-0).

Nos oitavos-de-final, protagonizou uma das eliminatórias mais sensacionais da temporada, ao golear o Maccabi Tel Aviv por 6-1, após prolongamento, depois de ter perdido em casa por 4-1. Nos quartos, apurou-se no desempate por grandes penalidades frente ao Fenerbahçe (3-2 e 0-1), e, nas meias-finais, bateu com inesperada facilidade o Aston Villa, por 4-2 e 2-0.

Os sete jogadores portugueses do emblema do Pireu podem esta noite adicionar no palmarés a primeira taça europeia. Refira-se que esta prova, a terceira em termos de importância da UEFA, foi criada em 2021-22 e ganha pela primeira vez pela AS Roma de José Mourinho (bateu o Feyenoord na final). Quem vencer já sabe que tem entrada direta na Liga Europa da próxima época.

A Fiorentina surge como favorita, até por estar mais habituada a estas andanças europeias, ainda que, das cinco vezes em que atingiu o jogo decisivo, apenas numa conseguiu erguer o troféu, na época 1960/61, ao impor-se aos escoceses do Glasgow Rangers na edição inaugural da extinta Taça dos Vencedores de Taças.

O mais recente insucesso da formação treinada por Vincenzo Italiano aconteceu há um ano, precisamente nesta prova, frente aos ingleses do West Ham, que se impuseram por 2-1 na final disputada em Praga.

Além dos sete portugueses, haverá mais um dentro do campo, neste caso Artur Soares Dias. Esta será a quinta final europeia de clubes com árbitros portugueses, depois de António Garrido e Pedro Proença terem dirigido os jogos decisivos da Liga dos Campeões de 1979/80 e 2011/12, respetivamente, e de Vítor Pereira ter arbitrado a final da Taça UEFA de 2001/02 e a Supertaça Europeia de 2001.

nuno.fernandes@dn.pt

Seis treinadores portugueses, quatro campeões

O Olympiacos é há muito um clube com tradição de contratar portugueses. Só treinadores já passaram pelo clube do Pireu seis, com destaque para Pedro Martins, ainda hoje o técnico com mais jogos realizados no clube, num total de 220, ele que foi campeão três vezes. Marco Silva, Paulo Bento, Leonardo Jardim, Vítor Pereira e Carlos Carvalhal também passaram pelo banco do clube grego. Jogadores foram mais de 20 portugueses, entre eles José Sá, Bruma, Rúben Semedo, Paulo Machado, Rúben Vinagre, Gonçalo Paciência, entre outros. Além de Pedro Martins, também os treinadores Marco Silva, Leonardo Jardim e Vítor Pereira se sagraram Campeões Gregos.

BREVES

Nuno Borges eliminado em Roland Garros

Nuno Borges foi ontem eliminado na primeira ronda de Roland Garros pelo checo Tomas Machac, perdendo em três *sets* e deixando o quadro principal de singulares do segundo *Grand Slam* da época sem tenistas portugueses. O N.º 1 Nacional foi derrotado pelo 34.º classificado do *Ranking ATP* pelos parciais de 7-6 (7-3), 6-4 e 6-3, em duas horas e 28 minutos. Borges (47.º do Mundo) caiu pela segunda vez na primeira ronda de Roland Garros, depois de no ano passado ter conseguido o seu melhor resultado na terra batida parisiense, ao atingir a segunda ronda. O maiato de 27 anos continuará, no entanto, em Paris para disputar o quadro de pares, ao lado do francês Arthur Rinderknech, com Francisco Cabral a ser o outro representante português na variante, fazendo dupla com o colombiano Nicolas Barrientos.

Rui Borges com "ambição" no V. Guimarães

Rui Borges, novo treinador do V. Guimarães, prometeu ontem "muita ambição e vontade de trabalhar" no clube da I Liga, com dimensão para valorizar uma equipa técnica prestes a estrear-se nas competições europeias. Oficializado com contrato até junho de 2026, o técnico natural de Mirandela assumiu ser "uma honra e um orgulho enorme" representar "um clube tão grande" e realçou que "o trabalho e a competência" devem ser as bases para uma caminhada que oficialmente arranca em 25 de julho, com a segunda pré-eliminatória da Liga Conferência Europa, algo novo na sua carreira. "Toda a grandeza do Vitória me encanta. O meu pai [Mário Borges] jogou futebol, eu também e sempre ouvi falar da grandeza deste clube", atirou o técnico na época passada treinou o vizinho Moreirense.

A maior *Feira do Livro* de sempre abre hoje no Parque Eduardo VII

94.ª EDIÇÃO É a época do ano mais esperada por editores, autores e também por leitores. Entre jacarandás em flor e desejos de farturas, abre hoje ao público a *Feira do Livro de Lisboa*. Prolonga-se até 16 de Junho.



TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

É a maior livraria do país", afirma Pedro Sobral, presidente da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, entidade que organiza há décadas a *Feira do Livro de Lisboa*. Na verdade, os números anunciados para o evento, que inaugura hoje às 20.00 horas, na presença do Presidente da República, da ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, e do presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, são impressionantes: 350 pavilhões, 960 marcas editoriais, uma oferta de mais 85 mil títulos disponíveis e mais de 3000 eventos agendados. No lugar habitual (e que não poderia ser outro, segundo Pedro Sobral), esta será a maior edição de sempre com duas praças, horário alargado e uma forte aposta na acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

Com estes 350 pavilhões, está, assim, atingido este ano o limite máximo de crescimento do recinto, o que deixa aos organizadores um desafio para o futuro. Em declarações ao DN, Pedro Sobral diz que "o Parque é um organismo vivo, que não se pode estender de acordo com a nossa vontade – e ainda bem." O problema é que, mesmo estando no limite, continuam a aumentar os pedidos de novos participantes, o que, no futuro, poderá significar sacrificar a atribuição de alguns pavilhões, porque retirar a *Feira do Livro* do Parque está fora de questão.

"Prefiro ter de enfrentar este problema do que o inverso, que seria ver diminuir o número de interessados em participar na Feira. Mas também estou muito ciente de que ela só tem este êxito todo porque está no Parque. Este é realmente um sítio muito central, onde as pessoas gostam de passear, e isso tem de ser ponderado quando pensamos qual é o público a que nos destinamos. Estou convencido de que quem tem hábitos de leitura enraizados, compra livros em qualquer lugar, mas a nossa principal aposta é ganhar novos leitores e, assim sendo, um lugar tão aprazível como o Parque, nesta época do ano, é fundamental."

Atividades para todas s idades... e gostos

Como de costume, é vasta e muito diversificada a agenda de atividades paralelas ao comércio de livros. No ano passado realizaram-se perto de 2600 eventos e este ano, na véspera da abertura, já estão marcados mais de 3000, salientando Pedro Sobral que, ao longo da feira, os vários agentes envolvidos marcam sempre novas iniciativas.

Logo no primeiro fim de semana (a 2 de Junho), o escritor norte-americano Michael Cunningham (*Prémio Pulitzer* pelo romance *As Horas*), será a "estrela", mas, conforme o esperado, muitos mais autores de ficção e não-ficção, para público adulto e infantojuvenil, nacionais e estrangeiros, aparecerão quer em sessões de autógrafos, quer em lançamentos de novas obras. Para o visitante só há um embaraço: o da escolha.

À imagem do que tem vindo a acontecer nas edições anteriores, também não faltarão descontos especiais. De 2ª a 5ª feira (exceto feriados), das 21.00 às 22.00 horas as editoras aderentes ao programa *Hora H* vão fazer descontos mínimos de 50% em títulos publicados há mais de 24 meses. Também o *Plano Nacional de Leitura* volta a marcar presença com um espaço próprio e uma série de iniciativas dedicadas, não apenas às crianças e jovens em idade escolar, mas a toda a família. Destacam-se o *Consultório de Leitura*, onde os leitores podem encontrar sugestões de acordo com o seu perfil; o *Clube de Leitura*, que terá três sessões com Inês Maria Meneses, Gisela Casimiro e João Tordo; e um encontro para *Ler e Conversar com Música*, inspirada no sucesso do projeto nova-iorquino *Reading Rythms*.

> À imagem do que tem vindo a acontecer nas edições anteriores, também não faltarão descontos especiais. De 2ª a 5ª feira (exceto feriados), das 21.00 às 22.00 horas as editoras aderentes ao programa *Hora H* vão fazer descontos mínimos de 50% em títulos publicados há mais de 24 meses.

Voltada ainda para o público infantil é a iniciativa *Acampar com Histórias*, que permite a crianças entre os 8 e os 10 anos (mediante inscrição e com um custo de 18,5€) dormirem no Parque Eduardo VII, num ambiente de literatura e longe dos equipamentos eletrónicos. Esta ação vai ter seis sessões (sextas, sábados e vésperas de feriado) e tem capacidade para 25 crianças por noite. É o regresso daquela que é a 5.ª edição desta iniciativa, que foi interrompida durante a pandemia.

Mas nem só de livros vive a programação cultural da Feira. Está prevista pelo menos uma sessão de cinema. No dia 15 de Junho, a partir das 20.00, no Auditório Sul, será exibido o filme de animação japonês *Naze Ikiru*, que conta a história de um jovem camponês que, depois de perder a esposa grávida, é convidado a assistir à palestra de um monge budista.

Segue-se a apresentação do livro *Porque Vivemos*, de Kentetsu Takamori, em que o filme se inspira.

Às sextasfeiras à noite também haverá música. A 31 de maio é Joana Alegre, cantautora que navega entre o *folk*, *art-rock* e *baroque pop*, que sobe ao palco. A 7 de junho segue-se JP Simões, cantor, compositor, letrista, contista e dramaturgo. E finalmente, a 14, será a vez da cantora, compositora e cineasta lisboeta Ela Li. Nos restantes dias há mais momentos musicais para toda a família, nos mais diversos horários.

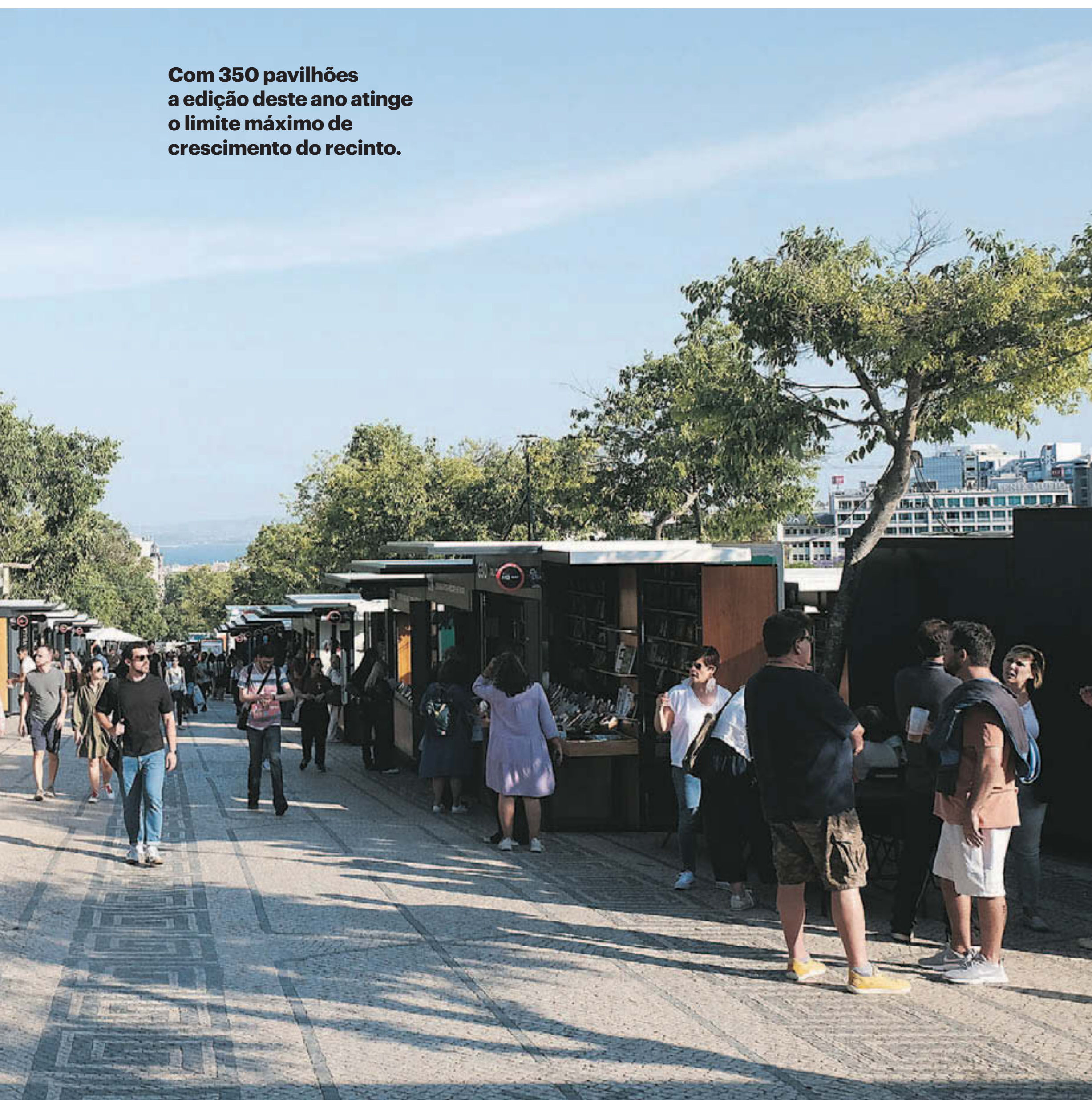
Outra iniciativa que requer a colaboração do público é a campanha *Doe os seus Livros*, uma parceria da APEL com o Banco de Bens Doados. As ofertas vão ser encaminhadas para as crianças apoiadas por instituições da Entrajuda e importa referir que, desde 2015, já foram angariados mais de 264 mil livros. Isto para não falar na oferta gastronómica, que vai da tradicional fartura a experiências mais inovadoras.

Uma Feira mais inclusiva

O Parque Eduardo VII pode ser muito apetecível, mas não para quem tem a mobilidade condicionada. Graças a um protocolo de três anos assinado com a Access Lab (empresa especializada em mobilidade de pessoas com deficiência) a APEL está agora a trabalhar a questão da inclusão e os modos de facilitar a visita e a frequência de pessoas com a locomoção menos ágil.

"É um trabalho gradual", diz-nos ainda Pedro Sobral. "Há ali uma série de desafios que demoram a ser respondidos e, como tal, é preciso fazer uma série de levantamentos, mas já este ano vamos ter, por exemplo, mais casas de banho com acesso para estas pessoas de mobilidade condicionada. Adicionalmente, as rampas vão estar mais bem sinalizadas e vai haver "uma formação bastante intensa, por parte da Access Lab quer ao *staff* da APEL, quer aos participantes, para poderem dar informação adequada às pessoas de mobilidade condicionada."

Também a programação de eventos se tornou mais inclusiva, com um conjunto de iniciativas acompanhadas por intérpretes de


Com 350 pavilhões a edição deste ano atinge o limite máximo de crescimento do recinto.

língua gestual portuguesa, e a existência de um alfabeto de cores para daltónicos, que, entre outras coisas, ajuda as pessoas a orientarem-se nas praças que são definidas por cores.

Conforme sugerido pelos utentes em edições anteriores, também vão estar disponíveis espaços de apoio às famílias, junto à Entrada Sul da feira, para que seja possível mudar fraldas, amamentar ou dar comida a bebés. Já no topo norte, estará aberto um segundo espaço com condições para amamentação e fraldário.

Este ano, pela primeira vez, o visitante poderá dispor de um serviço de bengaleiro, que permitirá não só guardar casacos, chapéus de chuva e outros acessórios, como as compras que for fazendo. Aí estará também disponível um serviço de apoio que permitirá carregar telemóveis ou fazer expedição de livros por correio.

Outra das grandes novidades deste ano é a antecipação do horário de abertura da feira, que passa a abrir às 12.00 horas durante a semana, e às 10.00 ao fim de semana e feriados. O horário de encerramento mantém-se: 22.00 horas nos dias de semana e 23.00 aos sábados, sextas-feiras e vésperas de feriado.

> Outra das grandes novidades deste ano é a antecipação do horário de abertura, que passa a ser às 12.00 horas durante a semana, e às 10.00 ao fim de semana e feriados. O encerramento mantém-se: 22.00 horas nos dias de semana e 23.00 aos sábados, sextas-feiras e vésperas de feriado.

A *Feira do Livro*, que no ano passado ultrapassou os 800 mil visitantes, prepara-se, este ano, para chegar ao milhão. Pedro Sobral gostaria, mas não faz disso ponto de honra: "Aquilo que queremos é que a Feira seja um motor de formação e de promoção dos índices de leitura. Se chegarmos a mais pessoas, maior será a probabilidade de aumentar os índices de leitura, aproximando-nos dos índices da União Europeia."

Ao longo da sua vida quase centenária, a *Feira do Livro de Lisboa* foi mudando de "palco" mas nunca permitiu que a metessem debaixo de telha. Tudo começou por iniciativa de um livreiro luso-espanhol, natural de Olivença, que, em meados do século passado, se destacou pelo dinamismo cultural da Baixa de Lisboa. Ventura Ledesma Abrantes, assim se chamava, moveu céus e terras, criou a Associação de Classe dos Livreiros de Portugal (antepassada da atual APEL) e lá conseguiu que, em 1931, se realizasse a ainda designada *Semana do Livro*. Foi inaugurada às 14.00 horas de um outro 29 de maio, faz hoje 94 anos, frente ao Teatro Nacional Dona Maria II.

80 milhões de euros para plano de ação para a cultura a Norte

INVESTIMENTO Plano propõe a criação do selo Rotas do Norte e de redes regionais de polos de arqueologia e centros de criação e museus de identidade territorial.

O plano para a cultura Norte 2030 terá um investimento superior a 80 milhões de euros. "Nós temos um valor de referência, mas as possibilidades financeiras vão para além daquilo que é o orçamento de referência", adiantou Jorge Sobrado, vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) com responsabilidades na área da Cultura e do Património..De acordo com aquele responsável, este valor pode atingir os 100 milhões de euros, quando somados, por exemplo, incentivos à aquisição de tecnologia e equipamentos ou contratação de recursos qualificados, disponibilizados através de outras linhas do programa operacional Norte 2030. Apresentado na segunda-feira na reunião do Conselho Estratégia para a Cultura, o documento visa responder a necessidades e problemas estruturais da região nos domínios do património, dos serviços e equipamentos culturais e da criatividade, através da identificação e definição de prioridade e oportunidade de financiamento. O documento assinala ainda como estratégica, a instituição de uma Rede Regional de Museus de Identidade Territorial, capaz inverter a ideia de que este tipo de estruturas são "filhos de um Deus menor da museologia. Com um horizonte temporal que pode estender-se um pouco para lá de 2030, o Plano de Ação Regional para a Cultura não tem, sublinha Jorge Sobrado, a ambição de "num toque de varinha de condão resolver as assimetrias culturais da região".

DN/LUSA

Mind Da Gap regressam aos palcos no festival SBSR

JULHO O grupo, uma das referências do rap português, colocaram um ponto final na carreira em 2016, regressam aos palcos para um concerto.

A 28.º edição do festival de música Super Bock Super Rock (SBSR) vai receber o regresso "dos lendários Mind Da Gap, no dia 20 de julho", informou ontem, terça-feira, a promotora Música no Coração, em comunicado. Nesse dia, o plano dos Mind Da Gap é "partir tudo", "como sempre fizemos e é isso que vamos querer manter", disseram os músicos à agência Lusa acrescentado que não irão apresentar novos temas. Formados no Porto em 1993 como Da Wreckas, os Mind Da Gap são Ace, Presto e Serial.O grupo foi também um dos pioneiros do chamado rap do Porto, que abriu caminho para coletivos e artistas como Dealema (Maze, Mundo, Expeão, Fuse e Guze), Keso, Virtus, Berna, Capicua ou Conjunto Corona. Em 1995, editaram o EP de estreia, homónimo, ao qual se seguiu, dois anos depois, *Sem Cerimónias*, um dos álbuns que marcaram a história do rap em Portugal e do qual fazem parte temas como *Dedicatória*, *És como um dom* e *Falsos amigos*. Ao longo de mais de 20 anos de carreira editaram mais cinco álbuns de originais, que incluem temas como *Todos gordos*, *Bazamos ou ficamos?*", Invicta, *Tilhas? São sapatilhas*, *Não para*, *A essência* e *És onde quero estar*. Nos vários álbuns contaram com a colaboração de, entre outros, Sam The Kid, Valete, Da Weasel. O último álbum do grupo, *Regresso ao futuro*, foi editado em 2012.Quatro anos depois, punham um ponto final na carreira. O SBSR decorre entre 18 a 20 de julho, na Herdade do Cabeço da Flauta, perto do Meco, em Sesimbra.

DN/LUSA

Academia das Ciências

A Natureza na arte da azulejaria apaixona a historiadora Sónia Talhé Azambuja

CONFERÊNCIAS No âmbito do ciclo de debates online *A Arte do Azulejo em Portugal*, da Academia das Ciências de Lisboa, conversámos com Sónia Talhé Azambuja, investigadora nas áreas da História da Arte e da Arquitetura Paisagista e docente convidada nas universidades de Lisboa e do Algarve. À conferência, a investigadora leva o tema A Botânica no Azulejo em Portugal.



ENTREVISTA **JORGE ANDRADE**

Como se dá a sua aproximação ao estudo da botânica no azulejo português?
Desde sempre, tive uma paixão pela Arte e pela Natureza, e o meu interesse pelos azulejos surgiu a partir de visitas a jardins históricos especiais, como a Quinta da Bacalhoa e o Jardim do Palácio Fronteira. Formei-me em Arquitetura Paisagista pelo Instituto Superior de Agronomia e, no início da minha carreira, participei em dois projetos de investigação internacionais. Senti que, para estudar e intervir em jardins históricos, devia complementar a minha formação com um curso de História da Arte, na especialidade de Arte, Património e Restauro, na Universidade de Lisboa, tanto ao nível de mestrado como de doutoramento, tendo obtido bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia. No âmbito do meu mestrado, estudei obras de pintura do século XVII. Este estudo foi publicado em 2006 pela Nova Vega, com o título *A Linguagem Simbólica da Natureza*. Tenho desenvolvido a minha investigação no centro de investigação no Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves, e também colaboro com o ARTIS-Instituto de História da Arte. A edição em livro do meu doutoramento ocorreu em 2021, intitulado *Plantas, Animais e Paisagem*. Para o desenvolvimento das bases de dados relacionais de ambos os estudos, contei com o apoio do meu marido, João Azambuja (NOVA-IMS). Nestes dois livros, analiso mais de 500 obras de pintura dos séculos XV a XVII em Portugal, com a identificação de mais de 300 espécies de flora e fauna, tendo interpretado o seu significado simbólico.

O que de notável se lhe tem apresentado no que respeita à botânica representada na azulejaria portuguesa?
Durante muito tempo, as figurações botânicas na azulejaria portuguesa foram quase ignoradas pelos investigadores. As plantas representadas muitas vezes possuem um valor simbólico, expressando uma história cultural associada aos seus usos históricos, propriedades terapêuticas, referência a obras literárias da Antiguidade Clássica, mitologia e lendas. Muitas das plantas que surgem na pintura do Renascimento são as mesmas que eram cultivadas nos jardins do Império Romano, sendo muitas delas medicinais e referidas no tratado do médico greco-latino *Dioscórides* (século I d.C.). Naturalmente, existem plantas muito estilizadas, cuja identificação precisa é difícil. Algumas das espécies botânicas presentes na azulejaria portuguesa têm significados e são usadas como símbolos na Arte há milhares de anos, sendo muitas delas plantas bíblicas, como o acanto, o pinheiro, a palmeira e a açucena. Há também uma grande preponderância de plantas associadas a lendas e histórias da mitologia greco-latina, que o cristianismo incorporou na iconografia sagrada.

Na conferência propõe-se identificar as espécies de flora que surgem em várias obras em azulejos dos séculos XVI ao século XIX em Portugal. Quer destacar algumas destas espécies?
A influência do azulejo mudéjar na cultura portuguesa patenteia a fusão cultural entre a arte islâmica e a arte cristã durante o século XVI, que teve grande impacto nos jardins. As plantas nos azulejos mudéjares são muito estilizadas devido à geometrização das formas, mas surgem, por exemplo, as romãzeiras. No século XIX, nos azulejos do jardim da Quinta Nova da Assunção, em Belas, Sintra, obra do pintor Ferreira das Tabuletas, são incluídas espécies recentemente introduzidas em Portugal, que foram cultivadas no Jardim Botânico da Ajuda, na Tapada das Necessidades e no Jardim da Estrela, como a árvore-ave-do-paraíso (*Strelitzia nicolai*), originária da África do Sul, e a palmeira-do-paraíso (*Howea forsteriana*), nativa da Austrália. A localização de Lisboa, no sudoeste da Europa, numa zona de transição entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, e entre a África e a Eurásia, faz com que seja uma das capitais europeias com maior biodiversidade arbórea, permitindo a presença ao ar livre tanto de espécies subtropicais, como o jacarandá do Brasil, quanto de espécies nórdicas. Num dos painéis de azulejos desta quinta, há uma alusão à balaustrada do Jardim Botânico da Ajuda (JBA), lugar onde muitas espécies exóticas foram introduzidas e aclimatadas. Estou a coordenar a obra de conservação/restauro da balaustrada do referido jardim, na qualidade de presidente da Associação dos Amigos do JBA. A balaustrada setecentista do JBA é obra do último arquiteto barroco da Casa Real, Manuel Caetano de Sousa, autor da Biblioteca do Convento de Mafra, e da primeira fase do Palácio da Ajuda.



SÓNIA TALHÉ AZAMBUJA, CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Painel de azulejos da Quinta Nova da Assunção, Belas, Sintra, século XIX da autoria do pintor Ferreira das Tabuletas.

> *"As figurações botânicas na azulejaria portuguesa foram quase ignoradas pelos investigadores. As plantas representadas muitas vezes possuem um valor simbólico, expressando uma história cultural associada aos seus usos históricos."*


PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

Esta representação pictórica também reflete a relação de Portugal com outras partidas do mundo, nomeadamente com o Novo Mundo. De que forma se reflete na arte do azulejo?

Na iluminura portuguesa dos séculos XV e XVI, a representação de fauna exótica revela o fascínio pelas novidades trazidas de terras longínquas, como elefantes, rinocerontes e camelos da Índia, dromedários do Norte de África e papagaios e macacos de diversas proveniências, especialmente do Brasil. Em contraste, a representação de plantas trazidas pelos Descobrimentos é ainda pouco frequente na arte do Renascimento. No entanto, a partir dos séculos XVII e até ao século XIX, a representação de flora exótica proveniente de todo o mundo torna-se cada vez mais comum. Alguns exemplos de espécies do Novo Mundo presentes nos azulejos são o girassol (*Helianthus annuus*) e o lírio (*Lilium canadense*) da América do Norte; e o cravo-túnico (*Tagetes patula*), as dálias (*Dahlia sp.*) e a costela-de-adão (*Monstera deliciosa*) originárias do México. O fascínio pelo Oriente e a moda da *Chinoiserie* levaram à representação de várias espécies da Ásia (China e Japão), como a glicínia (*Wisteria floribunda*), o arbusto-das-borboletas (*Buddleja davidii*), a peónia (*Paeonia sp.*) e o pessegueiro (*Prunus persica*).

Qual o estado de conservação deste património azulejar?

Tenho estudado especialmente os conjuntos azulejares inseridos em jardins históricos, estando, por isso, na maior parte das vezes ao ar livre. Alguns deles têm cerca de 500 anos e estão sujeitos a um maior desgaste do que aqueles que se encontram no interior de palácios, conventos, igrejas, entre outros. O azulejo possui uma resiliência extraordinária, como poucos materiais o possuem. Por ser uma marca identitária nacional, os azulejos continuam a ser utilizados em obras contemporâneas. Um dos principais problemas é que os conjuntos azulejares históricos já não estão *in situ*, no seu contexto original, e dispostos na composição da narrativa iconográfica imaginada pelos artistas. Muitos azulejos foram roubados e vandalizados porque estavam em conjuntos edificados em ruína ou abandonados. Não basta classificar em termos patrimoniais um conjunto azulejar; deve ser classificado o edifício e o jardim onde se inserem como um todo. Sugiro a leitura do livro *Os Próximos 10 Anos do Património Cultural em Portugal: Tendências*, onde sou coautora e faço uma reflexão sobre o futuro do nosso património paisagístico. Procuro contribuir para que os futuros profissionais defendam a causa da salvaguarda dos jardins históricos e dos seus conjuntos azulejares.

Ciclo de Conferências

O ciclo de conferências *A Arte do Azulejo em Portugal* prossegue a 5 de junho (18.00 horas) com o tema *O Azulejo e os Fingimentos Cerâmicos,* com a presença do investigador Vítor Serrão.
O DN agradece o acesso ao Jardim Botânico da Ajuda do ISA/ULisboa.

Acesso à conferência:
Link: https://videoconf-colibri.zoom.us/j/94839946250
ID Reunião: 94839946250



Opinião
Ana Paula Laborinho

Caminhos que unem

Os debates para as Eleições Europeias raramente se centram naquilo que foram os grandes objetivos desta construção e se encontram plasmados no Conselho da Europa. Poucos europeus sabem que, no ano anterior à formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cinco líderes europeus constituíam, em 1949, o Conselho da Europa, tendo como objetivo defender os Direitos Humanos, a democracia e o Estado de Direito. Importa recordar quem foram aqueles que pugnaram por esses valores que continuam a ser o princípio constitutivo do projeto europeu: Winston Churchill (Reino Unido), Konrad Adenauer (Alemanha), Robert Schuman (França), Alcide de Gasperi (Itália), Paul-Henri Spaak (Bélgica). Estes homens, que conheceram duas Guerras Mundiais em que os seus países foram inimigos, entenderam a importância do diálogo e de uma Europa da paz e dos valores.

O Conselho da Europa reúne atualmente 46 Estados-membros, o que vai muito além da Europa dos 27. É condição essencial para a adesão à União Europeia ter sido aceite no Conselho da Europa, o que já acontece com os países candidatos, como a Albânia, a Macedónia do Norte, o Montenegro, a Sérvia ou a Ucrânia.

Entre os projetos que o Conselho da Europa desenvolve e apoia com o objetivo de aprofundar o diálogo e o conhecimento entre os cidadãos, destaco as rotas e itinerários culturais que cruzam países e mostram como afinal as fronteiras são artifícios. Este programa foi iniciado em 1987 e reúne até agora 47 rotas e itinerários. Cada rota ou itinerário tem de reunir pelo menos três países, e o seu reconhecimento implica laboriosa investigação, muito trabalho técnico e vontade de colaboração, sendo um importante instrumento de valorização do património e incremento do turismo. Portugal integra 15 dessas rotas, como os Caminhos de Santiago de Compostela, a Rota Europeia do Património Judaico, o Itinerário das Cidades Termais Históricas, os Caminhos da Vinha ou a Rota da Oliveira.

Em 2011, a plataforma *Ppor-todosmuseus.pt* apresentou um estudo que identificou mais de 500 propostas de rotas e itinerários culturais. Na sua sequência, vários trabalhos têm sido desenvolvidos, reconhecendo a diversidade e riqueza do património cultural, enquanto importante recurso do país, cada vez mais procurado pelo turismo interno e externo, como bem sabemos.

Mas a geografia destas rotas e itinerários tem vindo a ser alargada a outros continentes, contribuindo para o desenvolvimento de mais comunidades e identificando os traços de uma história partilhada.

Hoje inaugura-se na Casa da América Latina em Lisboa uma exposição de têxteis do Paraguai (depois das mostras do México, Panamá e Peru). Reconhecemos com facilidade trabalho artesanal idêntico ao nosso, não apenas no têxtil, mas também na cestaria e na filigrana. O Instituto Paraguaio de Artesanato tem vindo a apoiar os artesãos para que a sua arte seja protegida, mas também rentável. A salvaguarda destas artes implica, por exemplo, o reconhecimento do trabalho manual (distinto das imitações industriais) como património cultural, ou a criação de condições para rotas turísticas (desde os caminhos aos transportes, à recuperação das casas, aos apoios logísticos e formação dos artistas) e, ainda, que sejam claros os mecanismos para um mercado justo.

Nestes dias, decorre em Cáceres um encontro que junta União Europeia, América Latina e Caraíbas, com participação de especialistas, partilha de experiências e conhecimento, que permitam apoiar a construção de rotas culturais e contribuir para o desenvolvimento das comunidades através de experiências e produtos turísticos sustentáveis. Neste contexto a OEI está a promover uma rede ibero-americana de rotas e itinerários culturais que junta continentes, a que importa associar a África.

Estou certa de que cada vez mais necessitamos de experimentar processos artísticos diversos e partilhados. Expressões artísticas entre a surpresa e o encontro. Formas simples de construir caminhos de paz e diálogo de que tanto carecemos.

Diretora em Portugal da Organização de Estados Ibero-Americanos


O projeto tem a parceria do Ministério da Agricultura, Ambiente, Instituto Superior de Agronomia e as Universidades de Évora, Coimbra e Lisboa.

Uma descoberta de Tanka Sapkota: há trufa negra em solo português

GASTRONOMIA O *chef* Tanka Sapkota descobriu trufa negra de verão entre os pinheiros de Alenquer. Agora, no seu restaurante irá incluir dois pratos com este ingrediente. Só até 11 de junho.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

A história da descoberta é relativamente fácil de contar: em Alenquer num local onde foram plantados pinheiros, foram encontradas trufas negras. João Pedro Pereira, de 12 anos, foi quem descobriu uma das trufas pretas quando passeava por um terreno da família. De seguida mostrou ao pai, Pedro Pereira, que logo entrou em contacto com o *chef* Tanka Sapkota. "Quando ele (Pedro Pereira) nos levou ao terreno, vimos que parecia mesmo uma trufa, mas não tinha cheiro. Depois mandamos a amostra para três universidades e as três confirmaram que era trufa preta", explicou o chefe aos jornalistas, durante uma caça à trufa em Alenquer, realizada ontem. "Os italianos não vão aceitar que a trufa portuguesa tem um melhor cheiro", avisou desde logo o *chef*.

A "caça à trufa" foi o momento escolhido pelo *chef* nepalês para divulgar a descoberta em Portugal. Nessa busca pela trufa, Sapkota fez-se acompanhar por Giovanni Longo, um caçador de trufas natural de Piemonte, no norte de Itália, e pela cadela pisteira Pina. A "busca" também contou com o presidente da Câmara Municipal de Alenquer, Pedro Miguel Ferreira Folgado.

Tanka Sapkota trabalha com trufas desde 1992 e há vários anos que suspeitava que poderiam existir trufas negras em Portugal. Foi em 2023 que começou "à caça" pelo país, acompanhado por duas cadelas pisteiras e Giovanno Lungo, num projeto com a parceria do Ministério da Agricultura, Ministério do Ambiente, Instituto Superior de Agronomia e as Universidades de Évora, Coimbra e Lisboa.

Inicialmente, encontrou apenas trufas vermelhas. "Todos os jornais falaram deste assunto. Acho que foi por isso que a partir daí as pessoas vieram falar comigo, quando encontraram uma espécie de bola preta e não sabiam o que era. Este acontecimento é uma coisa mágica para a minha vida", mencionou o *chef* em conversa com o DN no seu restaurante Come Prima, em Lisboa, acrescentando de que se trata de uma descoberta histórica. "Nunca se tinha descoberto trufas negras em Portugal e estas foram descobertas por um nepalês", acrescentou.


Um dos pratos inclui a massa *tajarin* com sálvia e trufa negra fresca.

> O *chef* Tanka Sapkota trabalha com trufas desde 1992. No entanto, há vários anos que suspeitava que poderia haver trufas em Portugal. Foi em 2023 que começou a exploração.

Durante este projeto de exploração de Tanka Sapkota, a maior dificuldade foi a constante dúvida sobre a existência de trufa negras em Portugal. "Era uma total incógnita. As universidades não acreditavam, os cientistas não acreditavam. Ninguém acreditava que havia trufas em Portugal", sublinhou.

Já a investigadora da Universidade de Évora Celeste Santos e Silva em conversa com o DN, afirma que, até ao momento, não havia registo de "nenhuma espécie de trufa comestível com valor económico apreciável". "Vários investigadores de várias nacionalidades procuraram a trufa comestível, porque ela é cultivada em Espanha, e porque existe em França e em Itália, e por conseguinte vêm o nosso país como um maná", acrescentou.

Segundo a investigadora, a razão para o surgimento desta trufa em solo português é ainda desconhecida. "Se ela é espontânea, se vem associada às raízes das árvores que lá estão, ainda não sabemos. Isto é uma descoberta".

Para Celeste Santos e Silva, a trufa preta poderá ser espanhola. "Por causa do viveiro, da proximidade, da origem delas poderá ser espanhola, mas tenho ainda de testar essa hipótese."

A investigadora explicou ainda que o segredo é a trufa estar madura para ter o seu típico cheiro forte. "É a vantagem dos cães para as apanharem, eles só as encontram através do cheiro. Quando está imatura não a reconhecem, por isso mesmo não danificam o que existe". O preço da trufa preta é 100 euros por quilo. Devido à descoberta o *chef* Tanka Sapkota passou a incluir as trufas pretas apanhadas em Portugal no menu do restaurante Come Prima entre hoje e 11 de junho. As opções disponíveis são: um prato de Creme de batata, ovo orgânico e trufa fresca (13,95 €) e *Tajarin* com sálvia e trufa negra fresca (19,95 €). Estes pratos estão apenas disponíveis ao jantar e com reserva obrigatória.

mariana.goncalves@dn.pt

PUBLICIDADE

avisos, tribunais e conservatórias

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E INCLUSÃO

ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES OU ÀS RESPETIVAS COMISSÕES COORDENADORAS, ASSOCIAÇÕES SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54.º, n.º 5, alínea *d)*, e 56.º, n.º 2, alínea *a)*, da Constituição, do artigo 16.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 469.º a 475.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), e do artigo 132.º do Regimento da Assembleia da República, avisam-se estas entidades de que se encontram para apreciação, de 29 de maio a 28 de junho de 2024, as iniciativas seguintes:

Projetos de Lei n.os 129/XVI/1.ª (BE) — *Estabelece o direito a 25 dias de férias no setor privado e na Administração Pública e reconhece ao trabalhador o direito a faltar no dia de aniversário*, **130/XVI/1.ª (BE) —** *Garante uma maior conciliação entre a vida familiar e profissional através da criação de uma licença para fruição e cuidado de filhos menores*, **136/XVI/1.ª (PAN) —** *Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado*, **139/XVI/1.ª (PCP) —** *Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores* **e 146/XVI/1.ª (L) —** *Altera o Código do Trabalho e legislação relacionada, consagrando o direito ao horário de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais e 25 dias úteis como período mínimo de férias; à verificação das condições de trabalho de quem está em teletrabalho, bem como o direito a férias pagas de quem esteja a realizar estágio profissional extracurricular.*

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até à data-limite acima indicada, por correio eletrónico dirigido a *10CTSSI@ar.parlamento.pt* ou por carta dirigida à Comissão de *Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

Dentro do mesmo prazo, as comissões de trabalhadores ou as comissões coordenadoras, as associações sindicais e associações de empregadores poderão solicitar audiências à *Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, devendo fazê-lo por escrito, com indicação do assunto e fundamento do pedido.

O texto das citadas iniciativas encontra-se publicado na Separata n.º 8/XVI do *Diário da Assembleia da República*, de 29 de maio de 2024, e pode ser consultado na «página» *internet* da Assembleia da República, na morada: **http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/Separatas.aspx.**

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI BAIRRO FONTAINHA DAS PIAS

União de Freguesias de Ramada e Caneças, Concelho de Odivelas

Caneças, 28 de maio de 2024

Ata 1/2024 – Extrato

A Comissão de Administração Conjunta da AUGI do Bairro Fontainha das Pias **torna público que na Assembleia de Proprietários e Comproprietários realizada no dia 25 de maio de 2024, em segunda convocatória, pelas 10 horas, foi deliberado:**

a) Por unanimidade, aprovar os relatórios e contas dos anos de 2015 a março de 2024, sendo que o ano de 2014 foi já aprovado na Assembleia Geral de 2015.

b) Por maioria, com 2 abstenções, dos Lotes 11 e 11A, aprovar a retificação e ratificação das comparticipações dos anos de 2003 a 2015, sendo que a comparticipação global liquidada por lote totaliza a quantia de €2.200.

c) Por maioria, com 2 abstenções, dos lotes 11 e 11A, aprovar o Projeto Estudo de Loteamento.

d) Por unanimidade, eleger a Comissão de Fiscalização composta por **Presidente:** Helena Camara (Lotes 20, 20A e 20B), **Vogais:** Joaquim Mendes (Lote 8), e Hugo Pereira (Lotes 23 e 24).

e) Por maioria, com 4 abstenções, dos Lotes 11 e 11A, 12 e 12A, aprovar a comparticipação para o ano de 2024 no valor de €500, a ser liquidada por lote dividida em duas tranches de €250 a se vencerem em 10/07/2024 e 10/12/2024.

O Presidente da Comissão
José Carvalho

Travessa Fontainha das Pias, Vivenda Santos,
Bairro Fontainhas das Pias, 1685-411 Caneças

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI N.º 11 FONTE DO FETO

Freguesia de Santo António da Charneca, Concelho de Barreiro

Santo António da Charneca, 28 de maio de 2024

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da Lei 91/95, de 2 de setembro, republicada pela Lei 71/2021, de 04/11, convoca-se todos os proprietários e comproprietários da Área Urbana de Génese Ilegal, denominada "**AUGI N.º 11 – Fonte do Feto**", freguesia de Santo António da Charneca, concelho do Barreiro, para a assembleia geral que terá lugar no dia **15 de junho de 2024**, pelas **10 horas**, no Centro Sociocultural do Bairro da Liberdade, sito na Rua da Azinhaga, 16, Bairro da Liberdade, 2835-525 Santo António da Charneca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º – Informações.
2.º – Discussão, votação e aprovação do relatório e contas relativo aos anos de 2021, 2022 e 2023.
3.º – Eleição da Comissão de Administração.
4.º – Eleição da Comissão de Fiscalização.
5.º – Fixação da quota de comparticipação para o ano de 2022 e 2023.
6.º – Outros assuntos de interesse para o Bairro.

Se à hora marcada não se encontrarem presentes ou representados comproprietários em número suficiente para validamente deliberar, desde já fica marcada segunda assembleia para as **10.30 horas, no mesmo dia e no mesmo local**, nos termos do Artigo 1432.º, n.º 4, do C.C., deliberando assim com qualquer número de comproprietários presentes.

As listas destinadas a compor a Comissão de Administração e a Comissão de Fiscalização devem ser entregues à mesa até ao início da assembleia geral.

Os originais que serviram de base às contas em aprovação no 2.º ponto da ordem de trabalhos podem ser consultados na sede da Comissão de Administração Conjunta mediante prévio agendamento.

Os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS AO PARLAMENTO EUROPEU - 2024

O Partido Político PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA vem, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, comunicar que constitui Mandatário Financeiro nacional:

Manuel Filipe Mateus dos Reis

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS AO PARLAMENTO EUROPEU – 2024

O **Partido Político Ergue-Te** vem, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, comunicar que constitui Mandatário Financeiro nacional: **José António Pais Coimbras.**

ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI A – CASAL DA BOAVISTA MINA DE ÁGUA – AMADORA

EXTRATO DA ATA N.º 4

No dia vinte e cinco do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas e trinta minutos, na sede da União Recreativa da A-da-Beja, sita na Rua José Augusto Costa, número 32, Amadora, reuniu-se a Assembleia de comproprietários do prédio integrado na Área Urbana de Génese Ilegal denominada "AUGI A – Casal do Rebentão / Portela de Cambra", freguesia de Mina de Água, concelho de Amadora, descrito na conservatória dos registos predial e comercial de Amadora sob o número três mil novecentos e cinquenta e oito da freguesia de Mina e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 9 secção B da freguesia de Mina de Água, com a presença de catorze proprietários, que corresponde uma permilagem de oitenta e um porcento, conforme lista de presenças em anexo a esta ata, contando ainda com a presença do Solicitador Rui Santos e da Contabilista Certificada da AUGI, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
PONTO UM: Apreciação do relatório de atividades da Comissão de Administração conjunta relativo ao ano 2023.
PONTO DOIS: Apreciação e votação das contas intercalares relativas ao ano 2023 e parecer da Comissão de Fiscalização.
PONTO TRÊS: Eleição da Comissão de Fiscalização para o mandato 2024/2025.
PONTO QUATRO: Assuntos de interesse geral.
Iniciados os trabalhos, a presidente da Comissão de Administração Conjunta procedeu à apresentação do relatório de atividades do ano dois mil e vinte e três, salientando que o mesmo reflete, de forma resumida, a atividade da mesma daquele ano.
Findo o ponto um da ordem de trabalhos, deu-se início ao ponto dois, tomando a palavra a Contabilista Certificada da AUGI, explicando aos presentes os valores constantes nos mapas de receitas e despesas entregues nos quais verificamos, em termos genéricos, que o valor global da receita no ano dois mil e vinte e três ascendeu a **€28.317,60 (vinte e oito mil trezentos e dezassete euros e sessenta cêntimos)**. Já o valor da despesa fixou-se em **€20.979,60 (vinte mil novecentos e setenta e nove euros e sessenta cêntimos)**, verificando-se por esta via um saldo positivo a trinta e um de dezembro de dois e vinte e três no valor de **€13.997,50 (treze mil novecentos e noventa e sete euros e cinquenta cêntimos)**. De seguida, procedeu-se à leitura do parecer da Comissão de Fiscalização, sendo este favorável quanto ao relatório e às contas anuais e intercalares da Comissão de Administração Conjunta relativa ao ano dois mil e vinte e três. Findo o período de discussão, procedeu-se à votação das contas anuais e intercalares da Comissão de Administração Conjunta relativa ao ano dois mil e vinte e três, as quais foram **aprovadas por unanimidade**.
Encerrado o ponto dois, deu-se início ao ponto três da ordem de trabalhos, tendo sido proposta pelo Sr. António Claudino Cortes Pimenta a seguinte lista para a Comissão de Fiscalização da AUGI, uma vez que os mandatos da mesma são limitados a um ano:
Presidente: António Claudino Cortes Pimenta;
Vogal: Arsénio António Nunes;
Vogal: Joaquim Ferreira Alexandre.
A presente lista foi votada e **aprovada por unanimidade** e tomou posse na presente assembleia.
Nada mais havendo a tratar no ponto três, deu-se início ao ponto quatro, tomando a palavra o Solicitador Rui Santos, o qual fez um ponto de situação do processo de loteamento em curso nos serviços camarários e, bem assim, as diligências a tomar por si e pela equipa técnica para dar resposta à notificação camarária recebida.
Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou pelas onze horas e quarenta e cinco minutos do mesmo dia, tendo sido lavrada a ata que depois de lida vai ser assinada pela Comissão de Administração e Fiscalização, ficando apensa à mesma a folha de presenças assinada por todos.
Feita a leitura da ata, a mesma foi posta à votação e aprovada por **unanimidade**.

A Comissão de Administração Conjunta

ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI BAIRRO QUINTA DA SERRA

União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto
Concelho de Odivelas

Olival Basto, 28 de maio de 2024

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da Lei 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 71/2021, de 4 de novembro, convoca-se todos os proprietários e comproprietários da Área Urbana de Génese Ilegal, denominada "**Bairro Quinta da Serra**", União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, concelho de Odivelas, para a assembleia que terá lugar, no dia **16 de junho de 2024** pelas **9.30 horas**, no Largo José Afonso, Pavilhão Multiusos, junto à Rotunda do Repuxo, no Olival de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º – Informações.
2.º – Discussão, votação e aprovação do relatório e contas relativo ao ano de 2023.
3.º – Eleição da Comissão de Fiscalização.
4.º – Fixação da quota comparticipação do ano 2024.
6.º – Outros assuntos de interesse para o Bairro.

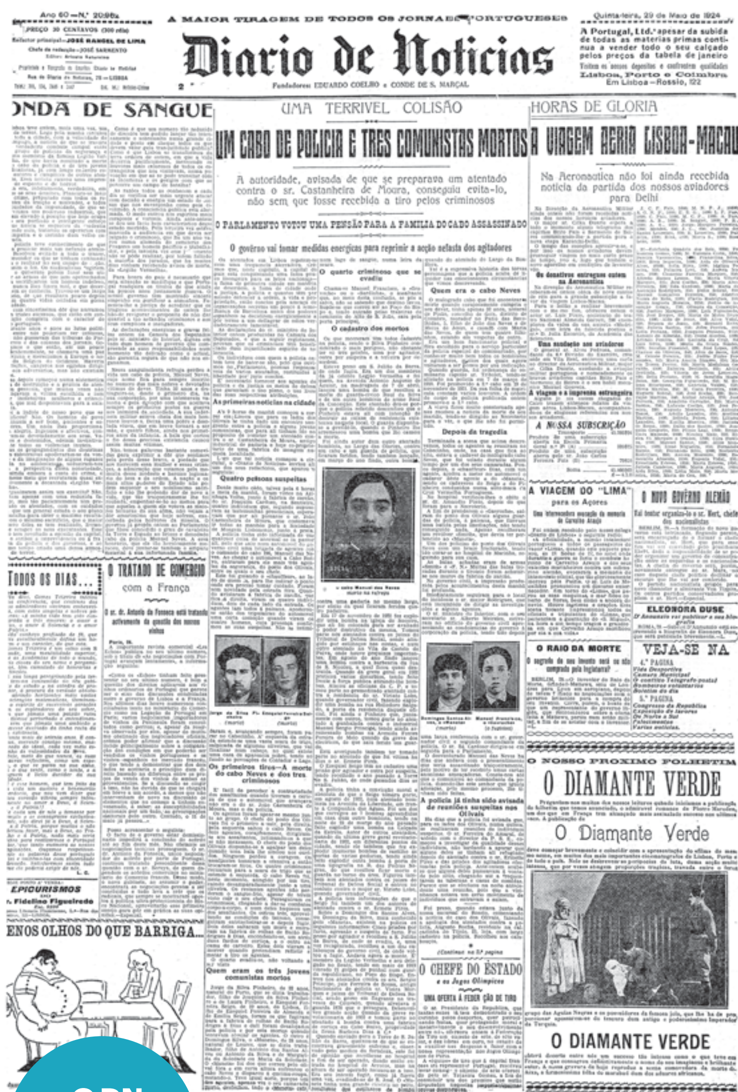
Se à hora marcada não se encontrarem presentes ou representados comproprietários em número suficiente para validamente deliberar, desde já fica marcada segunda assembleia para as **10 horas, no mesmo dia e local**, nos termos do Artigo 1432.º, n.º 4, do C.C., deliberando-se assim com o número de proprietários presentes.

As listas destinadas a compor a Comissão de Fiscalização devem ser entregues até ao início da assembleia geral.

Os relatórios, comprovativos originais e extratos de conta que serviram de base ao relatório e contas do ano de 2023 podem ser consultados na sede da Comissão de Administração a requerimento de qualquer interessado, até ao dia 14/06/2024.

Aqueles que não possam estar presentes ***devem fazer-se representar por meio de procuração.***

O Presidente da Comissão


A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

Diario de Noticias

ONDA DE SANGUE

UMA TERRIVEL COLISÃO

UM CABO DE POLICIA E TRES COMUNISTAS MORTOS

A autoridade, avisada de que se preparava um atentado contra o sr. Castanheira de Moura, conseguiu evitá-lo, não sem que fosse recebido a tiro pelos criminosos

HORAS DE GLORIA

A VIAGEM AEREA LISBOA-MACAU

Na Aeronautica não foi ainda recebida noticia da partida dos nossos aviadores para Delhi

TODOS OS DIAS...

O TRATADO DE COMERCIO com a França

O DIAMANTE VERDE

O CHEFE DO ESTADO

EPICURISMOS

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 29 DE MAIO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

ONDA DE SANGUE

Lisboa teve ontem, mais uma vez, um dia de terror. Logo pela manhã circulou por toda a cidade, com a velocidade do relampago, a noticia de que se travára um verdadeiro combate campal entre um grupo de policias da segurança e alguns membros da famosa Legião Vermelha, de que havia resultado a morte dum cabo da policia e de três jovens sindicalistas, já com longo cadastro como autores e cumplices de outros atentados. Essa noticia causou uma impressão de espanto e de horror.

Ela era, infelizmente, verdadeira, em todos os seus detalhes. Planeára-se mais um crime, preparado com todos os requintes da traição e malvadez, e todos os cuidados da impunidade, de que seria vitima um poderoso industrial, que se tem elevado á posição que hoje ocupa pelo seu porfiado e inteligente esforço e que nunca se esqueceu da modestia de onde saiu, tratando os operarios com a simpatia e o carinho dum velho camarada.

A policia teve conhecimento de que se ia praticar mais um nefando atentado. Resolveu evitá-lo a todo o transe, surpreender os que se tinham conluiado para o realizar no seu campo de acção. E assim o fez. Os sindicalistas fugiram. Não o quiseram porém fazer sem utilizar as armas de que iam apetrechados para sacrificarem um homem indefeso, que nunca lhes fizera mal, e que decerto nem os conhecia. Travou-se um largo tiroteio, de que resultava pouco depois serem quatro vidas ceifadas em plena mocidade.

E' com sincerissima dôr que narramos estes tristes sucessos, que estão em contradição completa com o caracter do povo português.

Durante anos e anos as lutas politicas entre nós poderiam ser intensas, mas não passavam das tribunas do Parlamento e das colunas dos jornais. Gozavamos o que então, até um pouco desdenhosamente, se chamava uma paz octaviana e mereciamos á Europa o nome da Belgica do Ocidente. Haveria exaltações, exageros nos epitetos dirigidos aos adversarios, mas não existiam odios.

Mas depois começou numa sistematica obra de destruição e a prática de atentados pessoais, que muitas vezes não alcançavam a vitima escolhida e iam ferir inofensivas mulheres e criancinhas, que mal despontavam para a existencia.

Foi a indole do nosso povo que se modificou? Não. Os homens do povo continuam a ser bons, pacientes e sofredores. Um nada lhes proporciona uma alegria. Ingenuos e afectivos, consagram-se devotadamente aos seus. Valentes e destemidos, odeiam instintivamente todas as violencias inuteis.

Mas os propagandistas das doutrinas mais subversivas apoderaram-se da vontade e da imaginação de alguns rapazes ainda na adolescencia, seduziram-nos com a perspectiva duma notoriedade, adquirida embora á custa do crime, e foi nesse meio que recrutaram quasi exclusivamente a decantada «Legião Vermelha».

Organizaram assim um exercito? Não. Contam apenas com uma reduzida falange, mas tão pacientemente têm preparado os atentados, com os cuidados com que um general estuda o seu plano de batalha para obter o maximo resultado com o minimo sacrificio, que o maior numero deles se tem realizado, livrando-se sempre os seus executantes. Esse facto tem revoltado a opinião da capital, que o atribui á imprevidencia ou á fraqueza da policia e dos governos, e ao mesmo tempo criado uma densa atmosfera de terror.

Como é que um numero tão reduzido de discolos tem podido lançar tão intensamente o sobressalto numa grande cidade e posto em cheque todos os que devem velar pela tranquilidade publica? Como é que Lisboa se transformou da terra ordeira de ontem, em que a vida decorria pacificamente, merecendo os louvores mais calorosos de todos os estrangeiros que nos visitavam, numa povoação em que só se pode transitar com as incertezas e os perigos com que se percorre um campo de batalha?

As razões todos as conhecem e cada dia se verifica ser mais urgente atacar com decisão e energia um estado de coisas que nos envergonha como país civilizado. A consciencia publica está alarmada. O medo entrou nos espiritos mais corajosos e varonis. Ainda ante-ontem se deu um facto bem caracteristico desse estado morbido. Pela terceira vez estava marcada a audiencia em que devia ser julgado o criminoso, que ha um ano varou numa alameda do cemiterio dos Prazeres um homem pacifico e trabalhador, e pela terceira vez esse julgamento não se pôde realizar, por terem faltado a maioria dos jurados, que ha muitos dias vinham recebendo avisos de morte, da «Legião Vermelha».

Para honra do país é necessario que esta situação se modifique e que Portugal readquira os titulos de que ainda ha poucos anos justamente gozava. O actual governo tem mostrado sincero empenho em purificar a atmosfera. Fazemos-lhe a justiça de acreditar que os tragicos acontecimentos de ontem lhe hão-de revigorar o proposito de não dar quartel a tão nefandos criminosos e aos seus cumplices e instigadores.

As declarações energicas e graves feitas ontem na Camara dos Deputados pelo sr. ministro do Interior, dignas em tudo dum homem de governo que compreende as suas responsabilidades num momento tão delicado como o actual, são garantia segura de que não nos enganamos.

Nessa sanguinolenta refrega perdeu a vida um cabo de policia, Manuel Neves, cujo nome fica para sempre inscrito no numero das mais nobres e devotadas vitimas do dever. Tinha 32 anos e distinguira-se, desde o primeiro dia, na sua corporação, por uma intemerata valentia e pela devoção com que aceitava sempre os primeiros postos na guerra aos inimigos da sociedade. A sua caderneta militar estava cheia dos mais honrosos louvores. Deixa uma pobre e desolada viuva, que em breve tornará a ser mãe, e quatro filhos, ainda nos primeiros anos da infancia. A bala que cortou o fio dessa preciosa existencia causou assim muitas vitimas.

Não temos palavras bastante comovidas para exprimir a dôr que sentimos pela perda desse bravo, a piedade que nos merecem essa mulher e essas crianças, a admiração que votamos pela memoria desse modesto e heroico legionario do bem e da ordem. A nação e os mais altos poderes do Estado não podem esquecer o seu nobilissimo sacrificio e não lhe podendo dar de novo a vida, que tão traiçoeiramente lhe foi roubada, empenhar-se-ão ao menos para que aqueles a quem ele votava as maiores ternuras da sua alma, não vejam a dôr amarissima que hoje sofrem, exacerbada pelos horrores da miseria. O governo já propôs ontem ao Parlamento que fôsse concedido o grau de cavaleiro da Torre e Espada ao brioso e denodado cabo da policia Manuel Neves. A essa honraria, que ele tão heroicamente mereceu, deve juntar-se tambem o amparo material á sua infortunada familia.

TODOS OS DIAS...

Ha dias, Gomes Teixeira iniciou uma conferencia, que centenas dos seus admiradores ouviram embevecidos, com estas singelas e nobres palavras: «A minha vida tem sido consagrada a três amores: o amor a Deus, o amor á Sciencia e o amor á Patria.»

Não conheço profissão de fé, que mais esculturalmente defina um homem e um caracter, do que esta.

Gomes Teixeira é um sabio com S grande, uma mentalidade superior, que as Academias de todo o mundo, mais ciosas do seu nome e pergaminhos, têm cumulado de honrarias e distinções.

A sua longa peregrinação pela terra tem-na consumido no seu gabinete de estudo e na catedra de professor, á procura da verdade absoluta, abrindo horizontes mais vastos ás sciencias matematicas, iluminando o espirito de sucessivas gerações com os esplendores do seu saber, sem que jámais uma paixão ruim lhe tivesse perturbado o entendimento, sem que jámais uma ambição o houvesse desviado da linha recta da sua existencia.

Conta mais de setenta anos. E continua, coerente consigo mesmo, enamorado do ideal, cada vez mais estranho ás vulgaridades da terra.

Hoje, mais do que nunca, as suas palavras reflectem, como um espelho, o que se passa na sua alma. Diz o que sente, como o sente, e a ninguem é licito duvidar da sua lealdade.

E é esse homem, que tem feito da sua vida um austero e benemerito sacerdocio, que nos vem dizer que o seu coração vibrou sempre intensamente no amor a Deus, á Sciencia e á Patria!! . . .

Se cada um de nós o tomasse por exemplo e se consagrasse exclusivamente, não direi já a Deus, á Sciencia e á Patria, porque muitos o não poderiam fazer, mas a Deus, ao Trabalho e á Patria, nada mais seria preciso para realizarmos o Portugal Maior, que tanto enamora as nossas imaginações. Ouçamos respeitosamente as palavras desse português de lei e imitêmo-las com sinceridade e devoção. Satisfaremos assim tudo o que ele poderia exigir de nós.

L. G.

O TRATADO DE COMERCIO

com a França

O sr. dr. Antonio da Fonseca está tratando activamente da questão dos nossos vinhos

Paris, 28.

A importante revista comercial «Les Echos» publica no seu ultimo numero, sob o titulo de «As negociações com Portugal avançam lentamente», a informação seguinte:

«Como os «Echos» tinham feito pressentir no seu ultimo numero, é bem a questão dos direitos aplicaveis aos vinhos ordinarios de Portugal que parece ser o eixo das discussões entaboladas entre o governo de Lisboa e a França. Nos ultimos dias houve numerosos conciliabulos tanto no ministerio do Comercio como na Legação de Portugal em Paris; varios negociantes importadores de vinhos da Peninsula foram consultados como peritos; e, apesar da reserva observada por eles, apesar do mutismo obstinado dos negociadores oficiais, crêmos poder afirmar que a discussão incide principalmente sobre a comparação das condições em que poderão ser vendidos os vinhos portugueses e os vinhos espanhols no mercado francês, o que tende a demonstrar que dos dois lados se aceitaria o principio dum direito baseado na diferença entre os preços de venda dos vinhos de ambas as proveniencias. Se a discussão se cingir a isso, não ha duvida de que se chegará em breve a um acordo, a menos que não intervenham de novo na discussão os elementos que no começo a tinham envenenado, a saber: as susceptibilidades nacionais por um lado, as preocupações eleitorais pelo outro. Contudo, o 11 de maio já passou...»

Posso acrescentar o seguinte:

O facto de o governo estar demissionario impedirá a conclusão do acôrdo até ao fim deste mês. Não obstante as negociações tecnicas prosseguem. O sr. dr. Antonio da Fonseca, unico negociador do acôrdo por parte de Portugal, continua tratando pessoalmente dessa questão com o sr. Seruys, de quem dependem os acôrdos comerciais no ministerio do Comercio francês. Dêsse modo, o novo gabinete, ao assumir o poder, encontrará as negociações prestes a ser concluidas e tudo leva a crêr que os radicais, que sempre se mostraram opostos á politica ultra-protecionista do Bloco Nacional, aproveitarão esse primeiro ensejo para pôr em prática as suas opiniões.—Especial.

HORAS DE GLORIA

A VIAGEM AERIA LISBOA-MACAU

Na Aeronautica não foi ainda recebida noticia da partida dos nossos aviadores para Delhi

Na Direcção da Aeronautica Militar ainda ontem não foram recebidas noticias dos nossos heroicos aviadores.

O major sr. Cifka Duarte espera a todo o momento algum telegrama dos capitães Brito Pais e Sarmento de Beires comunicando-lhe a partida para a nova etapa Karatchi-Delhi.

O tempo das monções aproxima-se, e por isso os nossos aviadores devem prosseguir viagem no mais curto prazo de tempo, isto é, logo que tenham o novo aparelho em condições de levantar vôo.

Os donativos entregues ontem na Aeronautica

Na direcção da Aeronautica Militar receberam-se ontem cêrca de nove contos de réis para a grande subscrição a favor da viagem Lisboa-Macau.

Para o leilão a realizar brevemente com o mesmo fim, ofereceu ontem o actor sr. Luís Pinto, societario do teatro Nacional Almeida Garrett, 200 exemplares da valsa da sua autoria «Madrigal», com letra da falecida poetisa a sr.ª D. Julia Escorcio, da Academia das Sciencias.

Uma saudação aos aviadores

O general sr. Alves Pedrosa, comandante da 6.ª Divisão do Exercito, com séde em Vila Real, escreveu uma carta ao director da Aeronautica Militar, major sr. Cifka Duarte, saudando a aviação militar portuguesa e nomeadamente os bravos aviadores capitães Brito Pais e Sarmento de Beires e o seu habil mecanico Manuel Gouveia.

A viagem e a imprensa estrangeira

Alguns jornais ontem chegados do Cairo trazem extensos relatos da viagem aérea Lisboa-Macau, acompanhando-os de elogiosas referencias aos nossos aviadores.

A NOSSA SUBSCRIÇÃO

Transporte	45.266$94
Produto de uma subscrição aberta na Escola Primaria Geral n.º 38 (A)	120$25
Produto de uma subscrição aberta pelo sr. João Carlos Ferreira Pais (B)	79$50
Soma	45.466$69
	£—4.1.0

J. C. F. Pais, 5$00; M. N. P. J., 10$00; A. G. N. P., 5$00; E. S. G., 5$00; L. F. Pais, 5$00; C. Pais, 5$00; M. C. P., 1$00; A. Pais, 5$00; A. B., 5$00; M. Senglet, 5$00; P. R., 5$00; A. S., 5$00; Jorge Marques Ferreira, 1$00; Mendes, $50; J. C., $50; Joaquim dos Santos Lourenço, $50; E. Loureiro, 3$00; Palmira, 4$00; Rosa, 4$00; Maria S., 1$00; Rosa Leão, 5$00.

B)—Estefania Quadrio dos Reis, 5$00; Felesmina Gomes, 5$00; M. Eufemia Costa, 5$00; Pereira Vasconcelos, 5$00; Franzelina Silva, 5$00; Rosa Sequeira, 5$00; Aida de Oliveira Alves, 10$00; Sofia Silva, 5$00; Idalina Pereira, $50; Palmira Levi, $50; Aurora Nunes, 1$00; Clemento Ferreira Marques, $50; Alfredo Ramos Lemos, $50; Maria Vitoria Marques, $15; José Coelho, $30; Maria Alves Ferreira, $50; Ilda Cardoso, 1$00; Maria da Assunção Rodrigues, $50; Dulce Sobral, $50; Manuel Gonçalves Ferreira, $50; Americo Nunes de Melo, 1$00; Flavio Rodrigues, $50; Maria Augusta Moreira, 2$50; Judite de Assunção Graça, $50; Olimpia da Conceição, $50; Justino Marques, 1$00; Luís Figueiredo, $15; José Borges, $20; Maria de Matos Brandão, 1$00; Alde de Jesus, $50; Alice Vidal, $50; Branca de Jesus, $50; Hernani Brito, $50; Julieta Santos, $50; Jofre Pereira, $60; Lidia Pestana, 2$50; Joaquim Pestana, 2$50; Antonio de Almeida, $40; Ivone Alcobia, 1$00; Arlindo Pereira, $50; Lucinda da Cruz, $50 Luís Silva, 2$00; Maria da Graça Simões, 1$00; Serafim Pimentel, $30; José Lopes, $30, Clarisse de Oliveira, $40; Alice de Jesus, $50; M. Celeste Pereira, $55; Judite Pinho Fernandes, $25; Maria Amelia Bizarro, $50; Maria Tereza Ferraz, $20; Maria Madalena Geraldo, 1$00; Zulmira Berlinda, $25; Abilia Berlinda, $25; Vitoria de Jesus Loureiro, $30; Zelia Pestana, 2$50; M. Serafina Magalhães, $50; Georgina Figueiredo, $50; M. Helena Henriques, $50; Gabriela Valdez, $50; Olivia Martins, $50; M. Costa Ferreira, 1$00; Huguete Sobral, $50; José Rocha, $20; Henrique Martins, $40; Anibal Araujo, $70; José Polvora, $10; Anacleto Carvalho, $15; Maria Santos, $50; Lafaiete Coelho, $30; José Pereira, $30; Augusto Monteiro, $30; Antonio Tonré, $50; Adolfo Leandro, $50; Avelino Martins, 1$00; Zelinda Pebre, $50; Liliana Leandro, $50; Emilia Moreira, 1$00; Jacinta de Sousa, 1$00; Dália dos Santos, 1$00; Joaquim Gregorio, $50; Plinio Leal, 1$00; Ermelinda Mamede, 2$00; Nicolau Maio, $50; Elzira Sá Marques e irmãos, 5$00; Córa Pereira, 1$00; Manuel Santos, 1$00; Alice Monteiro, 1$00; Irene Nogueira, $50; Fernando Ramos, $50; Fernando Rólo, 1$00; Norberto Rodrigues, $50; Aurora Monteiro, 1$00; Esmeralda Almeida, 2$50; Eugenia Vidal, $50; Ermelinda Esteves, 1$50; Maria Esteves, 1$50; Julieta Candeias, 1$00; Maria Augusta, 1$00; Aida Silva, 1$00; Lidia Maio, $50; Maria Moreira, 2$50; Maria do Ceu, $20.

DO "DIARIO DE NOTICIAS" OFERECE

AUGUSTO DE CASTRO

de Portugal

Os encantos da terra portuguesa não residem sómente na suavidade do seu ... grandiosidade dos seus monu- ... pitoresco das suas paisa- ... beleza palpi-







O embaixador do Brasil, Raimundo Carreiro Silva, com o diretor do DN, Bruno Contreiras Mateus. Em cima, Amanda Lima, editora-chefe do DN Brasil. Em baixo, Luís Goes Pinheiro, presidente da AIMA, com a diretora adjunta do DN, Valentina Marcelino.

FOTOS DE GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

"O DN Brasil terá o foco na integração da comunidade imigrante"

PROJETO Evento reuniu autoridades nacionais e brasileiras, além da direção do Global Media Group, para antevisão dos pormenores sobre a nova plataforma.



TEXTO **CAROLINE RIBEIRO**

A residência oficial do embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro Silva, acolheu ontem o lançamento do novo projeto jornalístico do Diário de Notícias. O DN Brasil arranca na próxima segunda-feira com conteúdo escrito em português brasileiro. O evento reuniu autoridades dos dois países, além da direção do Global Media Group. O embaixador disse ser um orgulho em receber o evento, "que mostra a excelente relação mantida entre a embaixada e os órgãos de comunicação social" e destacou o pioneirismo do projeto. "O conteúdo vai ser norteado pelo objetivo de promover a integração de brasileiros e portugueses, a começar pela integração da equipa de jornalistas na redação do Diário de Notícias", disse Carreiro.

Em dezembro, o DN, jornal mais antigo de Portugal continental, vai comemorar os 160 anos de existência, algo que foi destacado. "É uma data particularmente importante para nós. Muito nos honra que estejamos a ter uma iniciativa de integração de comunidades no nosso país", disse o diretor interino do DN, Bruno Contreiras Mateus, que também definiu alguns dos objetivos do projeto. "O propósito é informar com a verdade e criar proximidade nas relações que podemos ter com esse povo, sendo a informação um pilar fundamental da integração e da democracia", disse, destacando a opção de escrita dos conteúdos em português do Brasil como uma forma de valorização da língua portuguesa como um todo.

A editora-chefe do DN Brasil, Amanda Lima, conduziu um debate sobre imigração com a vice-presidente da Casa do Brasil de Lisboa, Ana Paula Costa, e o chefe da missão da Organização Internacional para as Migrações em Portugal, Vasco Malta. Ambos destacaram os problemas que não só os brasileiros, mas toda a comunidade imigrante tem enfrentado, nomeadamente a dificuldade de acesso à habitação, demora na regularização de documentos e precariedade no mercado de trabalho.

Amanda Lima destacou que a criação do DN Brasil representa um momento histórico para o jornalismo português e para a sociedade em geral. "A imigração não pode ser um assunto de extremos. No DN Brasil não será. Não vamos deixar o discurso sobre imigração na mão de quem nos divide. Em tempo de *fake news*, queremos informar. Em tempo de dúvidas, queremos dar certezas. Em tempo de divisão, queremos união", disse Amanda Lima.

O DN Brasil é um projeto multiplataformas. O site (*www.dnbrasil.dn.pt*) será atualizado diariamente com as notícias mais relevantes do dia. Na primeira segunda-feira de cada mês, um suplemento robusto em papel será publicado com a edição do DN. Nas restantes segundas-feiras, haverá uma secção identificada com o selo do projeto na edição impressa do jornal. Além disso, o digital também vai trazer uma *newsletter* e *podcasts* com atualidade e temas de interesse da comunidade.

BREVES

Tribunal de Contas autoriza Hospital Lisboa Oriental

O Tribunal de Contas (TdC) deu luz verde à construção do novo Hospital Lisboa Oriental, que vai substituir seis unidades de saúde da capital, disse ontem à agência Lusa fonte oficial da instituição. O contrato do novo hospital de Lisboa, ganho em fevereiro pela Mota-Engil, tem um investimento previsto de 380 milhões de euros nos próximos três anos. Em comunicado enviado na altura à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), foi referido que "após a verificação de todas as condições precedentes, nomeadamente as referentes ao financiamento deste importante projeto para o país e para a região de Lisboa" a Mota-Engil confirmou "a assinatura do contrato de gestão do complexo hospitalar do Hospital de Lisboa Oriental em regime de parceria público-privada", pelo consórcio participado por várias empresas do grupo. A produção de efeitos deste acordo estava apenas dependente do visto do TdC, o que já avançou. De acordo com a construtora, em causa estão "atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração do complexo hospitalar".

Desmantelada rede que desviou 1,8 M€ dos bancos

As autoridades brasileiras realizaram ontem uma operação para desmantelar uma rede criminosa responsável pelo desvio de 1,78 milhões de euros de contas bancárias de clientes de bancos portugueses. De acordo com a Polícia Federal, foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão e seis mandados de prisão preventiva nas cidades de Fortaleza, São Paulo e Brasília. A investigação, que teve início após informações fornecidas pela Polícia Judiciária de Portugal, identificaram "uma complexa e especializada estrutura criminosa". Os membros desta rede criminosa invadiam dispositivos informáticos das vítimas para obtenção de dados bancários através das técnicas de *phishing*, além de envio de *smishing* (com a utilização de mensagens SMS) e *vishing* (com utilização de ligações telefónicas). "A divisão de tarefas entre os integrantes da organização criminosa revelou também a existência de pessoas com a função especializada de realizar ligações telefónicas, com sotaque do idioma português falado em Portugal", de forma a convencer as vítimas a forneceram dados pessoais. O dinheiro desviado seguia depois para o Brasil através de "contas abertas em empresas que realizam transferências e remessas internacionais". "O grupo criminoso ainda lavava os valores das fraudes" através de "investimentos em criptoativos" que eram convertidos em reais.



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

